UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

VANDERSON WILIAM RIBEIRO SILVA

ENTRE TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES FAMILIARES: MODOS DE VIDA, NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES EM GUAÍRA, PARANÁ (1960 – 2019)

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE

CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA- PPGH

VANDERSON WILIAM RIBEIRO SILVA

ENTRE TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES FAMILIARES: MODOS DE VIDA, NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES EM GUAÍRA, PARANÁ (1960 – 2019)

Texto apresentado à banca para Defesa de Dissertação, no Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José Varussa

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silva, vanderson Wiliam Ribeiro
Entre trajetórias e relações familiares: modos de vida, narrativas e experiências de trabalhadores em Guaíra, Paraná (1960 – 2019) / vanderson Wiliam Ribeiro Silva; orientador Rinaldo José Varussa. -- Marechal Cândido Rondon, 2024.
111 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Trabalho em relações familiares. 2. Trabalhadores rurais. 3. Trajetórias. 4. Oeste Paranaense. I. Varussa, Rinaldo José, orient. II. Título.

PPGH unioeste PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **VANDERSON WILIAM RIBEIRO SILVA**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 8 dia(s) do mês de novembro de 2024 às 14h00min, no(a) Auditório da Pós-graduação, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Vanderson Wiliam Ribeiro Silva, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Rinaldo José Varussa, Vagner José Moreira, Fagner Guglielmi Pereira. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Rinaldo José Varussa,orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: **"Entre vidas de trajetórias e relações familiares: modos de vida, narrativas e experiências de trabalhadores em Guaíra-PR (1960- primeiros anos do século XXI)".** O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Vagner José Moreira, Fagner Guglielmi Pereira. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Rinaldo José Varussa
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Vagner José Moreira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

PPGH unioeste PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **VANDERSON WILIAM RIBEIRO SILVA**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Fagner Guglielmi Pereira
Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Vanderson Wiliam Ribeiro Silva
Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História
Prof. Dr. Marcos Nestor Stein
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 1633/2023-GRE

In memoriam de Geralda em dez. 2024 que
não conseguiu ver o presente texto terminado

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, necessito demonstrar meu agradecimento à CAPES/CNPQ, porque desde meados de 2023 até o fim do período, pude usufruir da bolsa de mestrado, propiciando o financiamento da minha pesquisa e a permanência dessa até setembro de 2024.

Nesse sentido, gostaria de agradecer aos meus pais, o Lauro e a Rita que sempre demonstraram o afeto e me ajudaram em todos os sentidos. Me refiro especificamente ao carinho e conselhos que pude usufruir, bem como o financiamento durante o meu período de infância, durante a minha graduação que se iniciou em 2018 e também em partes do período de ingresso no mestrado em 2022. O auxílio deles nessa perspectiva, me ajudou a ser a pessoa que sou hoje, seja em decorrência de valores e experiências construídos, seja por conta das possibilidades que me foram entregues ao estar em conjunto com eles.

Necessito demonstrar meu agradecimento aos trabalhadores Maria Diaz, João Paulo, o senhor Nelson, Sebastião, Geralda, Valdir e o senhor Eugênio, porque sem eles, literalmente não existiria a presente pesquisa apresentada. A partir do intermédio dos meus pais, pude conhecer esses sujeitos e além de os enxergar enquanto "entrevistados", os entendi enquanto pessoas que me contaram histórias incríveis, trágicas, emocionantes que envolveram a subjetividade e construção da memória. Ainda pretendo manter o contato seja enquanto conhecidos, ou seja, enquanto amigos propriamente com essas pessoas, porque suas narrativas marcaram as percepções que eu construí na localidade onde nasci e cresci.

Posso também agradecer certas amizades que construí no processo de graduação e durante o mestrado propriamente. Nesse sentido, me refiro ao Olavo Henrique Veiga, amigo e colega de mestrado que me ajudou em várias reflexões e debates que me influenciaram na construção da pesquisa e que sempre esteve disponível para sair para beber e tentar aproveitar alguns momentos da vida. Também menciono Tanice Fuhr, amiga que conheci durante a graduação e que me acompanhou com sua amizade durante o processo de mestrado. Essa amiga me auxiliou com conselhos e contribuições para a presente pesquisa, mas, além disso, mostrou-se enquanto uma das poucas pessoas que pude contar nos melhores e piores momentos durante o tempo que nos conhecemos.

Além desses dois amigos, também menciono o Matheus Magalhães e a Alina Rafaela. Ambos são pessoas que conheço há cerca de dois anos, mas que já passaram "poucas e boas" comigo, seja em torno de questões acadêmicas, envolvendo possíveis pesquisas, seja enquanto aspectos cotidianos, como conselhos, risadas, momentos tensos e auxílios que me ajudaram a chegar ao presente momento.

Num eixo não tão distante, posso agradecer ao professor Dr. Rinaldo José Varussa, o meu orientador que acompanhou essa trajetória de dois anos de pesquisa. Houve momentos de dúvidas e alguns, em parte estressantes (o que estava dentro da normalidade em decorrência das pressões da pesquisa), mas em contrapartida, o Rinaldo me ajudou a construir minhas próprias reflexões, colaborando com conselhos e corrigindo os meus textos com prontidão, possuindo inclusive bastante paciência para as correções e dúvidas, o que me proporcionou uma experiência de aprendizado e desenvolvimento. Pretendo "carregar" ambos os aspectos para futuras pesquisas e discussões e sempre tentarei me recordar das indicações e contribuições.

Para encerrar essa parte do texto, demonstro meu agradecimento para alguns professores do Programa de Pós-Graduação, bem como professores que colaboraram para presente pesquisa. Me refiro primeiramente à professora Dra. Sheille Soares de Freitas, por sempre estar disponível para auxílios relacionados à pesquisa e por ter me proporcionado boas experiências nas duas disciplinas realizadas ao longo de 2023. Também menciono o professor Dr. Vagner José Moreira que também ministrou uma disciplina sobre teoria da história que foi muito proveitosa, mas também porque ele se disponibilizou para possíveis diálogos em torno da minha pesquisa, seja enquanto membro da banca de qualificação, seja enquanto membro da banca de defesa, seja enquanto docente que pesquisa aspectos relacionados à questão do meio agrário. Por fim, menciono também o professor Dr. Paulo César Inácio que esteve presente na banca de qualificação e que contribuiu com ponderações para pesquisa e o professor Dr. Fagner Guglielmi Pereira que foi membro da banca de defesa ocorrida em novembro de 2024, espaço onde ele trouxe contribuições muito ricas para o debate da minha pesquisa.

SILVA, Vanderson Wiliam Ribeiro. **Entre Trajetórias e Relações Familiares:** Modos de vida, Narrativas e experiências de trabalhadores em Guaíra, Paraná (1960-2019). 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2024.

RESUMO

O texto apresentado visou analisar experiências, trajetórias, e relações familiares de trabalhadores com atividades produtivas agrícolas em Guaíra (Oeste do Paraná), a partir da década de 1960. Nesse sentido, essa dissertação refletiu sobre os modos de vida construídos por sujeitos a partir de suas trajetórias sociais e das construções de memórias e narrativas em torno do *trabalhar* e *se fazer* enquanto trabalhador. Dessa forma, utilizei como fonte principal, entrevistas coletadas em trabalho de campo, observando também como os entrevistados significaram o processo de chegada em Guaíra e como eles construíram espaços de moradia, seja na cidade, ou seja no campo sobretudo. É a partir desse debate, que podem ser refletidos os seguintes aspectos: i) trajetórias sociais moldadas pela busca por trabalho em melhores condições de vida; ii) relações familiares e o trabalho desde a infância, bem como as implicações morais no presente; iii) as experiências de exploração constituídas no campo a partir das relações de trabalho encontradas pelos entrevistados

Palavras-chaves: Trabalhadores; Narrativas Orais; Campo; Experiências; Guaíra.

SILVA, Vanderson Wiliam Ribeiro. **Between Trajectories and Family Relations:** Lifestyles, Narratives, and Experiences of Workers in Guaíra, Paraná *(1960-2019)*. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2024.

ABSTRACT

The text aimed to analyze the experiences, trajectories, and family relationships of agricultural workers engaged in productive activities in Guaíra (Western Paraná) starting in the 1960s. In this context, the dissertation reflected on the ways of life constructed by individuals based on their social trajectories and the construction of memories and narratives around working and shaping their identities as workers. To this end, I used interviews collected during fieldwork as the primary source, also observing how the interviewees interpreted their arrival process in Guaíra and how they established living spaces, whether in the city or primarily in rural areas. Through this discussion, the following aspects can be reflected upon i) social trajectories shaped by the pursuit of work and better living conditions; ii) family relationships and work from childhood, as well as its moral implications in the present; iii) the experiences of exploitation in rural areas based on the work relationships encountered by the interviewees.

Keywords: Workers; Oral Narratives; Countryside; Experiences; Guaíra.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....12

CAPÍTULO 01- "NÓIS QUERIA UMA AVENTURA PARA VER SE CONSEGUIA ALGO MELHOR": TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DE TRABALHADORES EM GUAÍRA.....25

1.1-Relações Sociais encontradas na construção da trajetória.....50

CAPÍTULO 2- "O BOIA FRIA SÓ TEM O DIA, A NOITE E DEUS QUE OLHA DE VEZ EM QUANDO PRA ELE": TRABALHO DESDE A INFÂNCIA, RELAÇÕES FAMILIARES E SIGNIFICADOS DA EXPLORAÇÃO.....64

2.1-Refletindo sobre "famílias trabalhadoras": relações de trabalho e convivências nas experiências familiares.....83

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....105

FONTES.....108

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....109

APRESENTAÇÃO

Os modos de vida de trabalhadores rurais em Guaíra (Oeste do Paraná) é a principal discussão do presente texto. A partir deste, busquei problematizar como foram construídas as trajetórias de sujeitos para essa localidade, relacionando com os temas que envolveram as vivências de trabalho no campo entre as décadas de 1960 e até o fim da segunda década do século XXI. Apesar do meu recorte se encontrar delimitado, este não está recluso à temporalidade mencionada, pois entendo que algumas trajetórias apresentadas e discutidas começaram antes do primeiro recorte e também refletem na concepção do presente também. A menção a isso dialoga, principalmente, com as fontes principais (narrativas orais) que escolhi para a análise dessa pesquisa e também em decorrência da minha utilização metodológica para essa.

Esse período que abarca mais de 40 anos passa por processos históricos de reorganização das formas de produção no campo do Paraná e de Guaíra, após a emancipação política em 1951 desse município. Essa localidade foi oficialmente constituída no ano mencionado, pois antes pertencia ao município de Foz do Iguaçu. Porém, desde tempos imemoriais é possível observar a partir de vestígios da presença de povos originários (indígenas Guaranis-Kaiowás) e desde meados do século XVI já existia o contato entre padres jesuítas espanhóis e indígenas guaranis na localidade (Masuzaki, 2015). Desse modo, foi compreendido esse processo de emancipação na década de 1950 que famílias de trabalhadores construíram trajetórias para essa localidade, buscando laborar no campo e também na cidade.

O motivo para pensar os pontos até então mencionados, deve-se ao fato que nasci em Guaíra em janeiro de 2000, morei em uma chácara que pertencia aos meus avós, no qual também moravam meus pais e meus tios. Essa propriedade ficava próxima de uma rua que ligava o município a Rodovia BR-163, logo na saída da cidade em direção ao distrito rural de Bela Vista e ao Município de Mercedes. Foi nesse contexto que vi diversas vezes a minha vó colhendo algumas hortaliças e depenando frangos para fazer a comida em seu fogão a lenha. Quando eu estava com cinco anos de idade conheci meus pais adotivos, sendo ambos engenheiros agrônomos: Lauro e a Rita. Eles participavam de festividades rurais e almoços em sítios e o trabalho deles estava envolto na assistência rural de proprietários rurais. Quando podia, acompanhava meu pai para visitar pequenas propriedades no campo em Guaíra, o que facilitou o trabalho de triagem das fontes orais para realização deste trabalho.

Pensando isso, as relações que envolvem o trabalho no campo sempre foram parte da minha vida. Em consequência disso, ao reconstituir parte do contexto social das minhas próprias

experiências, analiso vivências e memórias construídas por trabalhadores que moravam e que ainda moram no meio rural. As escolhas da presente pesquisa dialogam com a dualidade de visões que construí, enquanto uma pessoa que viveu na chácara mencionada e, segundo, enquanto sujeito que participou e visualizou momentos festivos de trabalhadores no meio rural em outra realidade econômica.

Para discutir alguns desses pontos, apresento a Imagem 1, do Google Earth do Município de Guaíra e uma fotografia aérea da década de 1970 encontrada em um livro sobre essa localidade

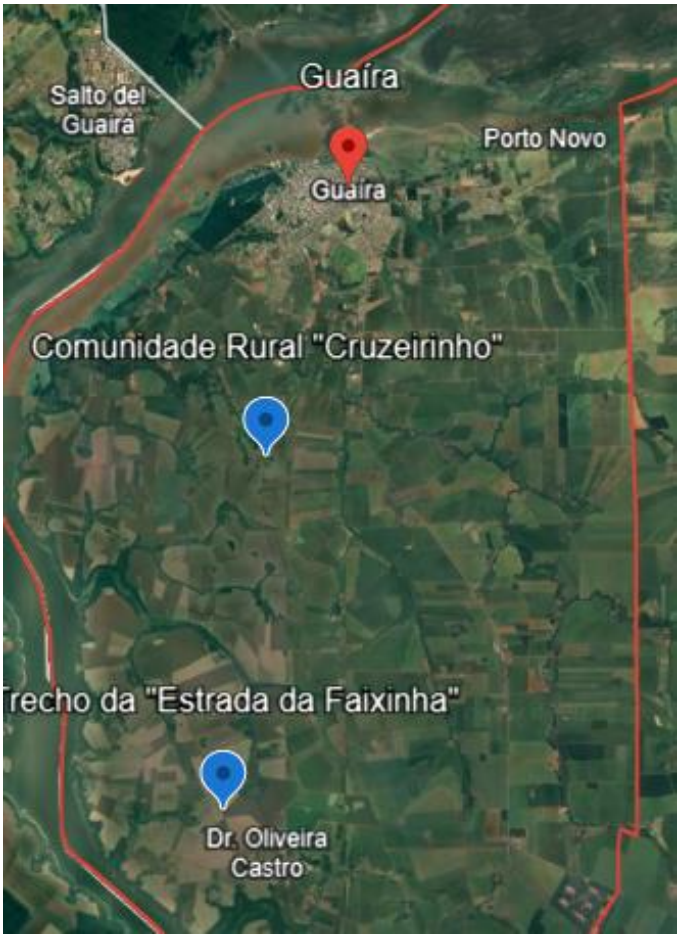

IMAGEM 1- Município de Guaíra

Fonte: Google Earth (2024).

A imagem mostra o município Guaíra, tanto a cidade, próxima ao Rio Paraná, quanto o meio rural que é abrangido pela região em vermelho no qual há variedade propriedades e algumas comunidade rurais. Dentre essas, é possível notar dois pontos sendo o primeiro a Comunidade Rural “Cruzeirinho” e o outro a “Estrada da Faixinha”. Ambos se localizam próximos ao distrito de Oliveira Castro, pertencente ao município de Guaíra. A imagem

apontada anteriormente, também registradas pela Imagem 2, trata-se dos espaços geográficos onde as fontes orais foram coletadas.

IMAGEM 2- Fotografia aérea do Município de Guaíra

Fonte: Aleksiejuk (2008).

Nessa imagem de 1973, em plano aéreo, o fotógrafo registrou o centro da cidade de Guaíra em que se encontra a região do "redondo" frente à rotatória que liga esse município à rodovia BR 163 (que na época da fotografia estava sendo construída) e a outras avenidas da cidade. Ao fundo da fotografia, com certa dificuldade é possível notar o rio Paraná, que fica mais fácil de observar com o auxílio da imagem anterior do município.

O Porto Guaíra que é exposto nas imagens foi ocupado no começo do século XX por uma *obrage*[1] intitulada "Companhia Matte Larangeira" que construiu estruturas para facilitar o transporte de erva mate da sede de Campanário (atual Mato Grosso do Sul) até Porto Mendes Gonçalvez, no oeste do Paraná. Em meados da década de 1940 as estruturas da localidade foram encampadas pelo governo estadual e repassadas para uma autarquia chamada de Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) que utilizou o estaleiro e outros edifícios para continuação da exploração de recursos naturais nesse local.

O processo de emancipação da localidade ocorreu no começo da década 1950, refletindo interesses financeiros e políticos de ex-membros das empresas mencionadas e sujeitos que

[1]Empresa de capital argentino e parceiras que exploraram recursos naturais, como a erva mate na região do Oeste do Paraná no começo do século XX. Como não pretendo discutir sobre esse assunto e já existe um debate extenso sobre a ocupação, assim como sujeitos que laboravam para essas empresas, indico algumas leituras acerca: Wachowicz, 1987, Gregory e Schallenberger, 2008.

residiam no porto. Nesta mesma década, houve a intensificação de compras e investimentos em terras agricultáveis e ocupação na região do Oeste do Paraná, que esteve presente em Guaíra também. Nesse espaço, empresas colonizadoras como: Fundação Paranaense de Colonização e Imigração; Pinho e Terras Ltda., Sociedade Agropecuária Industrial e Comercial Maracaju Ltda., e a Companhia Matte Larangeira realizaram a venda de lotes de propriedades rurais. Essa última empresa possuía cinco glebas rurais espalhadas pelo espaço agrário de Guaíra e realizou a comercialização para trabalhadores de variadas nacionalidades que chegavam na região.

Nesse sentido, o processo de ocupação também estava confluído com a reorganização da produção no campo, sobretudo depois da década de 1960. Segundo Vagner Moreira (2023, p. 9-20) é neste momento histórico que se intensificou a industrialização agropecuária, visto a constituição de fábricas de beneficiamento da carne (bovina, da psicultura e da avicultura) a introdução do maquinário para realização das dinâmicas do agronegócio na região e a destituição de ocupações tradicionais. A mecanização não é, portanto, um processo linear cujo progresso econômico causa progresso social. Ao contrário, o processo de mecanização do campo em Guaíra pode ser traduzido enquanto mudança. Compreendi, a partir da discussão realizada pelo autor, que as alterações produtivas impactaram também os modos de vida de sujeitos em processos de contínuos de expropriação e de constituição de novas ocupações integradas ao agronegócio. Vagner Moreira aborda e comenta sobre os ofícios de oveiros no interior do noroeste do estado de São Paulo (Moreira, 2023, p. 15) e o seu desaparecimento em decorrência das mudanças das formas de produção do campo.

Construiu-se uma noção da "história da industrialização" no Paraná (Moreira, 2023, p. 21), em que o "progresso" ou até mesmo a figura do desbravamento das terras no Oeste desse estado por "pioneiros" (Varussa, 2014) foi reforçada pelo discurso hegemônico e é bem-visto por parte da população. Nesse processo, foram excluídos os trabalhadores que não eram considerados "pioneiros", mesmo já estando nessa região e povos originários, como os indígenas guaranis-kaiowás que vivem na localidade desde tempos imemoriais. Desse modo, compreendi o quanto é importante analisar e revisitar os modos de vida de sujeitos que chegaram nessa região anterior e durante esse processo, buscando notar questões "basilares" relacionadas às dinâmicas construídas por esses sujeitos.

Para complementar essa discussão, apresento, no Quadro 1, dados demográficos do município entre as décadas de 1970 e 1980.

Quadro informativo 1 – Crescimento demográfico de Guaíra

Ano	População urbana	População rural	População total

1970	11.177	20.747	32.651
1980	9.513	19.578	29.091

Fonte: Silva, 2008.

É possível notar, sobretudo na década de 1970, que o município de Guaíra tinha uma população de mais de 2/3 de habitantes que viviam no meio rural, enquanto o outro 1/3 correspondia à população urbana. Isso explicita a diferença populacional entre os dois meios, realidade que não era distante de outros municípios do Paraná na época. Ao mesmo tempo, a partir dos dados da década anterior (1960 – 21,486 (total) (Aleksiejuk, 2008) é possível notar que houve o crescimento da população na década de 1970 e esse aspecto está relacionado a dois motivos.

O primeiro deles é a visitação da Sete Quedas, que aumentou exponencialmente após o período dos primeiros estudos relacionados à inundação, e por consequência, alagamento, em detrimento para a construção da Usina da Itaipu (processo que perdurou a década de 1970-80) o segundo está relacionado com as migrações de trabalhadores para Guaíra, principalmente após a emancipação do município, enquanto possibilidade de construir moradia na cidade, ou no campo, assim como trabalho com as culturas agrícolas.

Durante a década de 1980, tanto o número de habitantes urbanos e rurais decai e esse dado demográfico pode sugerir a partir do embasamento da bibliografia e das narrativas que muitos trabalhadores saíram do município. Seja em decorrência de questões externos (crises climáticas – "Geada Negra" e diminuição de plantação e por consequência trabalho nas lavouras do café), ou também porque em primórdios dessa década, houve trabalhadores que migraram para regiões do estado do norte do Brasil, na busca por condições de trabalho nas novas fronteiras agrícolas que estavam se expandindo.

Foi nesses contextos, entre as décadas de 1960 e 1970 que chegaram em Guaíra alguns dos sujeitos que entrevistei nas comunidades rurais mencionadas. As narrativas de Maria Diaz, Sebastião (pseudônimo), João Paulo, Valdir (pseudônimo[2]), o senhor Nelson, Geralda e o senhor Eugênio serão abordadas ao longo dos capítulos enquanto possibilidade de reflexões

[2]Sebastião e Valdir são os únicos entrevistados que compreendi que havia a necessidade de utilização de pseudônimos. A motivação para isso é que decidi manter a identidade e informações resguardadas porque o primeiro entrevistado se demonstrou receoso ao comentar tópicos durante a entrevista. O segundo sujeito (Valdir) não é exatamente uma entrevista, mas sim uma conversa que realizamos em 2023, mas ele me solicitou que eu utilizasse um pseudônimo, caso eu fosse utilizar algo do que foi narrado por ele durante nossa conversa. Desse modo, a utilização de pseudônimos nesse caso estava relacionada em parte ao desejo dos entrevistados e em parte ao meu entendimento especificamente, porém os demais sujeitos apresentados, tiveram suas informações plenamente narradas, existindo consentimento acerca da utilização dos nomes verdadeiros

acerca das trajetórias e experiências construídas no trabalho. Eu já conhecia alguns desses sujeitos (como Sebastião, João Paulo, o senhor Nelson e Geralda), enquanto os outros conheci a partir do intermédio dos meus pais e para realização da pesquisa.

Com o entrevistado João Paulo, foram realizadas duas entrevistas de 30 minutos cada, enquanto os demais houve apenas um espaço de entrevista, porém com duração em média de 60 minutos cada. Enquanto algumas entrevistas foram marcadas com agendamento prévio, como a de João Paulo, Sebastião e Geralda, outras foram realizadas de forma espontânea, ou seja, na prática da primeira visita e entrevista logo em seguida, como foi o caso de Maria Diaz e os outros. A entrevista foi realizada a partir de uma perspectiva semiestruturada, em outras palavras, apesar de haver um roteiro, bem como questões previamente elaboradas, senti que em alguns momentos seria possível construir outros questionamentos, não interrompendo o entrevistado, ou perguntando as coisas que estavam presentes no roteiro.

Foi na discussão realizada por Gilson Backes (2008) que me deparei primeiramente com um dos eixos que entendia enquanto pertinente para presente discussão. O autor ao analisar o processo de ocupação de Mercedes (cidade a 40 quilômetros de Guaíra), analisou tanto o espaço de trajetórias construídos por trabalhadores que laboravam principalmente com a cultura da hortelã, notando também os embates significados por “nortistas” e “sulistas”. Quando me deparei com a discussão me interessei pelo debate da migração de trabalhadores para a localidade de Guaíra, mas ao mesmo tempo havia me decido que o debate entre as diferenças e fricções culturais apenas não dialogava pelo norte da minha discussão.

Ao mesmo tempo, foi com o debate de Voll (2016, p. 10-18) que busquei no primeiro momento da pesquisa, refletir sobre a influência das dinâmicas de culturas agrícolas em torno do trabalho e de experiências dos trabalhadores que residiram e residem em Guaíra no campo no período mencionado acima. Em parte, sinto que isso se relacionou à minha trajetória, porque foi no processo de construção do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) que realizei uma pesquisa sobre trabalhadores *mensus* (mensalistas) na obrage Matte Larangeira em Guaíra e a relação com o trabalho envolto na colheita e transporte da erva mate durante a primeira metade do século XX.

Porém, assim como é a trajetória de pesquisa que influencia a escrita, assim como eixos/vínculos que são importantes para nós, também é o contato com a fonte que modifica as reflexões. Se no começo esse foi um dos aspectos privilegiados, nessa trajetória, não me dediquei tanto nessa questão, seja porque em parte alguns dos entrevistados não significaram um possível vínculo com alguma cultura específica, ou também porque esse não era uma coisa relevante dentro da narrativa.

Ao contextualizar o presente processo, tenho como principal propósito não realizar esses debates ao longo do capítulo. Apesar de compreender que alguns dos temas mencionados serão retomados, entendi que este seria o espaço para realizar algumas indagações, bem como apresentação dos assuntos em questão, para posteriormente construir a minha problemática em torno deste.

Guaíra, a localidade apresentada nas imagens, bem como discutida no presente espaço é, nos dias do presente momento da escrita, conhecida por estar situada próxima ao Rio Paraná, ou seja, sendo notória pelas paisagens que compõe a fauna presente em partes da região e também a prática entre março e novembro da pesca esportiva e profissional. Se por um lado ela é conhecida desse modo, outros talvez diriam que é por essa cidade que as pessoas vão ao Paraguai a partir da Ponte Ayrton Senna que passa por parte do estado do Mato Grosso do Sul até a fronteira desse país mencionado.

Ao mesmo tempo, um assunto que está em voga desde à década de 2010 em diante, mas que sempre houve fricções em torno é a questão indígena, que pela parcela memorialista é lembrada em parte por orgulho, mas é pensada apenas enquanto relação social que ocorreu no passado (século XVI). Desse modo, com exceção de alguns símbolos, bem como textos, esse espaço é mais significado enquanto suas belezas naturais/turísticas do que propriamente as suas relações sociais.

Alguns textos memorialísticos contribuem para essa última visão e dentre eles é possível citar o texto Guayrá – Guaíra (Muntoreanu, 1992), em que a autora, descendente de famílias de argentinos, narra a história de Guaíra desde tempos imemoriais de indígenas guaranis até a primeira metade do século XX, recorte temporal que a autora analisou a construção e o "desenvolvimento" da Companhia Matte Larangeira, principal empresa colonizadora de Guaíra. Por fim, o livro mais recente, "Guaíra: Essa terra tem dono" (Aleksiejuk, 2008), texto onde encontrei a fotografia apresentada anteriormente, existindo um grande acervo de documentações presentes. Nesse livro, o autor abarca as discussões já construídas em torno dos temas mencionados, ainda, complementa-as pensando a Guaíra em um período mais recente, até o começo dos anos 2000, utilizando algumas bibliografias também. Porém, este autor utiliza o ufanismo como recurso da escrita, como seu próprio título sugere e uma linguagem mais simples, como se o interesse estivesse envolto no acesso específico da população guairense.

Se houve tentativas de memorialistas de construírem "uma" história sobre Guaíra, também houve esse propósito de textos historiográficos. Um exemplo disso é a discussão realizada por Gregory e Schallenberger (2008) a qual problematizei ao longo dos capítulos, mas que é uma tentava de historizar o processo de ocupação do atual território de Guaíra, passando

desde os períodos de ocupações de reduções jesuíticas em primórdios do século XVI, até o processo de (re)ocupação da localidade em meados da década de 1950. Nesse sentido, a abordagem utilizada trata dos temas "mais centrais" dessas histórias, como justamente a Sete Quedas e seu alagamento e a colonização que é pensada a partir de uma perspectiva generalizante, em que a ocupação de Guaíra é tratada como semelhante, se não idêntica com as colonizações de outros municípios do Oeste do Paraná.

Por outro lado, existe a historiografia recente, observada notadamente em quatro dissertações do programa de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Elas buscaram abordar criticamente as questões do poder, das classes sociais e das relações entre sujeitos históricos que produzem o espaço social. A bibliografia se consolida como importante aporte teórico-metodológico no sentido de registrar e historicizar a experiência de trabalhadores no processo de constituição histórico-social da cidade de Guaíra. As três primeiras: Bairros de Má Fama: experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra (1975- 2013) (Carvalho, 2016); Trabalhadores na Vila Eletrosul: discutindo trajetórias e sentidos sobre o viver a cidade (Guaíra, 1980-2015) (Santos, 2017) e Mudanças no Mundo dos trabalhadores: os pescadores profissionais em Guaíra (1970-2011) (Sanfelice, 2012) lançam mão da discussão da História Social para refletir sobre os trabalhadores e a construção de variadas experiências em espaços da cidade, como a vivência nos bairros, espaços de sociabilidade e resistência de trabalhadores pobres. Ao mesmo tempo, entendo que esses três se alinham com perspectivas históricas trazendo à luz importante debate que inspira esta dissertação de mestrado

A última dissertação intitulada de Guaíra: a cidade em tempos de ditadura Civil-Militar (1964-1985) (Silva, 2016) discuti a partir da perspectiva histórica política, os marcos históricos do período anterior à emancipação do município, até meados da década de 1980. Ao mesmo tempo, compreendo que existem outras referências-dissertações sobre a localidade de Guaíra, mas entendi enquanto importante indicar algumas que pude realizar a leitura e que foram importantes para entender as dinâmicas que eu estava lidando ao escrever sobre a minha cidade de nascimento.

Busco construir um campo de diálogo com as dissertações apresentadas, porém entendendo que o debate que realizei não reflete apenas sobre a cidade de Guaíra (como todas as dissertações), mas sim tem como propósito compreender o espaço do campo, ou seja do meio agrário também, em decorrência da maioria das vivências discutidas terem ocorrido nesse espaço. Evidentemente, não entendo que esse se encontra separado do meio urbano, mas entendo que esse possui dinâmicas diferentes, questão que foi apresentada ao longo dos capítulos. Desse modo, construo um diálogo com a minha própria subjetividade para refletir

sobre essas discussões, seja porque, como indiquei, meus familiares (tanto a família biológica, quanto a família adotiva) construíram experiências de trajetórias ao chegarem nessa localidade.

A minha motivação nesse sentido não é preencher uma "lacuna" onde supostamente não existe historiografia sobre, principalmente, porque ao partir desse pressuposto, nós historiadores confundimos o que são as histórias e as evidências com a produção bibliográfica produzida acerca de determinada questão ou até mesmo tema. O propósito para análise nesse sentido foi construir uma problemática que perpassou por questões: *Como esses sujeitos construíram suas experiências de trabalho no meio agrário, com culturas como o algodão?*, *Como esses trabalhadores viveram/vivem as dinâmicas no campo em Guaíra?, Como esses indivíduos fizeram-se/fazem-se enquanto sujeitos nas lidas do trabalho desde a infância?, Como foram construídas as relações de poder e desigualdade que envolveram essas pessoas no campo?, Por que houve a construção de variadas 'trajetórias itinerantes' que culminaram na chegada no campo e na cidade de Guaíra?* Concluindo com *Por que após anos alguns desses trabalhadores construíram outras trajetórias em outras localidades?*

Desde o fim da defesa do TCC no final de julho de 2022 e do ingresso no mestrado em setembro do mesmo ano na linha de Trabalho e Movimentos Sociais, venho tentando praticar o debate no campo da História Social. No início da pesquisa também produzi questões que relacionavam com os temas abordados acima, mas ainda não havia tido contato com as fontes e estava pensando em pesquisar sobre o trabalho em relações de exploração no campo e propriamente o trabalho análogo a escravidão na região de Guaíra.

Nos primeiros meses de 2023, houve um sentimento de frustração da minha parte, seja porque não estava conseguindo trabalhar com as fontes que elegi como principais no projeto de mestrado, as quais já estavam colhidos (os processos trabalhistas) ou seja porque quando conversava com possíveis entrevistados, não conseguia alguns pontos que gostaria de analisar. Esse último aspecto especificamente estava relacionado com uma visão equivocada na qual compreendia que necessitava de encontrar entrevistados que falavam sobre o assunto que eu tinha elegido.

Porém, foi a partir de outras conversas que consegui analisar em parte as discussões que comentei, que compõem, principalmente, o primeiro capítulo. Em contrapartida, a construção do segundo capítulo não perpassou em si um eixo que eu tinha elegido enquanto problemática, mas sim era uma elemento o qual todos os entrevistados narraram, seja porque é um eixo basilar da vivência, ou seja porque também foi significado de variadas formas e nesse sentido, reformulei alguns desses pontos, me focando em questões (já apresentadas) que construí.

Dentre os aspectos relacionados à sociabilidade e as relações familiares, julguei importante abordar o cotidiano dos entrevistados com vistas à experiência no trabalho e também com outras atividades produtivas agrícolas, como o algodão e a hortelã. Também me interessou trajetórias que se formaram e se voltavam para Guaíra. O cotidiano de trabalho na análise que busco realizar não é o sinônimo de "dia a dia" ou a rotina repetitiva de trabalho, mas sim as ações de sujeitos sociais diante das determinações sociais: suas escolhas, os limites e as pressões e as saídas encontradas por pessoas que tive a oportunidade de entrevistar. Esse conceito se reflete nas experiências construídas no âmbito do trabalho e fora deste, são também as relações sociais construídas pelos sujeitos, nas avaliações e tomadas de decisões (Thompson, 1981 p. 180-190). Trago em seguida, uma citação do mesmo autor, porém presente num livro diferente, para construir algumas reflexões enquanto prática histórica e perspectiva teórica

> Do padrão de vida, passamos aos modos de vida. Mas eles não significam a mesma coisa. O primeiro é uma medida de quantidade; o segundo uma descrição (e ou as vezes avaliação) de qualidades. Enquanto as evidências estatísticas são apropriadas para o primeiro caso, precisamos confiar em "dados literários" para o segundo (Thompson, 2012, p. 43).

A partir do diálogo com o autor busquei articular discussões que foram se colocando como importante, seja enquanto forma de refletir sobre os modos de vida construídos por trabalhadores rurais em Guaíra, quando envolvem as relações familiares em torno de características econômicas, ou quando se constitui em formações morais, contribuindo para a construção dessas experiências. O conjunto desses rastros, vistos por mim como pistas, serviram para avaliar as experiências com o trabalho e formação social de trabalhadores rurais em Guaíra.

Com esse propósito em mente, utilizei como principal fonte de pesquisa, as narrativas orais, porque já estava praticando essa utilização desde o TCC. A partir dessa utilização, me debrucei sobre a perspectiva de Yara Khoury, quando a autora sugere que

> As entrevistas abrem caminhos para pensarmos e trabalharmos, por exemplo, a noção de fato histórico. Se cada pessoa traz em sua experiência e em suas narrativas elementos de sua cultura, impregnados de seu próprio ponto de vista, forjado em convívio e em conflito na dinâmica social, não só dizemos que, na narrativa dispomos menos de fatos reconhecidos como tais, do que textos, de enredos, como também, que estes, ao seu modo, são também fatos, ou seja, de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados (Khoury, 2001, p. 84-85).

A partir da discussão de Yara Khoury, assinalei ponto importante do diálogo do trabalho heurístico em relação às que eu realizava até então no TCC. Em complemento àquele diálogo, atentei-me mais para "os elementos da cultura que estão impregnados" pelo ponto de vista do narrador. Tais "elementos", presente nas entrevistas, podem ser demonstrados como evidências de uma época histórica ao cotejar com as experiências do passado. Por isso, interessa-me também os processos de construção da subjetividade dos entrevistados. Em vez de utilizar a narrativa enquanto confirmação, Khoury nos oferece um caminho de abordagem promissor acerca de experiências dos trabalhadores rurais e dos "fenômenos sócio-históricos" de sua constituição, no seu fazer-se. Nossos entrevistados constroem impressões de como vivem as heranças históricas ao contar suas trajetórias de vida e isso foi importante para mapear um conjunto de relações definido tanto por contexto histórico de organização das cadeias produtivas no Oeste do Paraná, como pelo assentamento de trabalhadores migrantes em momento de formação de cidades como Guaíra.

Ao mesmo tempo, foi na prática de construção da entrevista e no debate com Portelli (2016, p. 12-14) que compreendi que as narrativas orais são construídas, seja porque essa fonte envolve primeiramente o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, que se conflui nas intenções/interesses de ambos também. Foi a partir do diálogo com esse autor também que tentei não cair em uma armadilha que ouvi de colegas-historiadores na graduação, sendo essa a que a fonte oral/narrativa oral pode ser utilizada (ou deve ser) enquanto forma de "dar voz para sujeitos oprimidos, ou iletrados". Portelli (2010) ao discordar desse ponto menciona que

> Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra (Portelli, 2010, p. 3).

O autor, ao indicar essa discussão, sugere justamente um aspecto que pode atrapalhar na produção da fonte oral, ou até mesmo dificultar a análise da narrativa oral, sendo esse a vitimização, tratando-os como se o sujeito não tivesse voz. É possível compreender as dificuldades vivenciadas durante a trajetória e abordadas nas narrativas, ou construídas em torno da memória, mas a vitimização, ou interesse na entrevista apenas pelos motivos mencionados é em parte uma forma de desrespeitosa de trabalhar com a oralidade de trabalhadores por exemplo. É em decorrência disso que tentei analisar também os significados construídos em torno da narrativa, compreendo que em alguns momentos quase "cai" na

armadilha de entender também a fonte oral enquanto verdade absoluta, mas ao mesmo tempo, busquei problematizar alguns elementos que estavam permeados na fala de sujeitos.

Por fim, também adotei a metodologia indicada por Yara Khury e Alessandro Portelli, ao me debruçar sobre a realização da entrevista e também sobre a transcrição. A partir desses embasamentos, construí entrevistas semiestruturadas, elaborando, desse modo, um roteiro, mas não sendo esse o guia integral da entrevista, pois houve momentos em que os entrevistados se interessaram em contribuir com aspectos que não foram perguntados. Ao mesmo tempo, utilizei como método a transcrição literal da entrevista, enquanto proposta de manter as identidades (vista a partir de regionalismos e expressões que foram construídas a partir das experiências dos entrevistados) nesse processo.

Utilizo além das narrativas, algumas imagens, como as observadas no começo desse espaço, ou ao longo dos capítulos. Essas, em parte, foram utilizadas como "ilustrações", mas ao mesmo tempo, possuíam como propósito construir problematizações em torno de temas (como o contexto de Guaíra no passado, as trajetórias, núcleos familiares). Em decorrência disso, mesmo compreendendo que as fotografias poderiam ser fontes para essa pesquisa, não utilizei desse modo, também porque eu não possuía informações suficientes para construir uma análise mais complexa, além da descrição, bem como debate proposto.

Para encerrar essa parte do texto, nesse momento indico a organização dos capítulos, que foi dividido em duas partes, ambos sendo divididos por subcapítulos. Em cada capítulo, analisei eixos diferentes que, em conjunto, confluem nos modos de vida de trabalhadores rurais em Guaíra em torno do recorte indicado. Em seguida, indico como foi essa organização, bem como elementos que foram abordados em ambos.

No primeiro capítulo, intitulado de "Nóis queria uma aventura para ver se conseguia algo melhor": Trajetórias e Narrativas de trabalhadores em Guaíra", foi onde privilegiei um debate em torno da construção de trajetórias para e de Guaíra. Nesse sentido, foi pensando nas dinâmicas do campo, assim como dinâmicas da cidade que foram avaliadas e realizados pelos entrevistados. Aqui foi realizado um debate que encontrei no livro "Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas: Trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná" (Laverdi, 2005). Porém diferente do autor que realizou uma análise sobre "trajetórias itinerantes" de trabalhadores e buscou discutir as relações entre "nortistas e sulistas" no Oeste do Paraná, proponho-me a pensar como foram construídas essas variadas trajetórias. Nos primeiros contatos com algumas fontes, foi possível notar diferentes movimentações, desde motivações relacionadas às pressões econômicas e dificuldades (não ter espaço e ou emprego para se

manter), até mesmo entre o trabalho no meio rural e urbano enquanto possibilidade de obtenção de dinheiro e por consequência maior possibilidade de sobrevivência.

Enquanto isso, em meu segundo capítulo intitulado “O boia-fria só tem o dia, a noite e Deus que olha de vez em quando pra ele”: trabalho desde a infância, relações familiares e significados da exploração”, foram pensadas as experiências de sujeitos que começaram a trabalhar desde a infância. Onde observei as dinâmicas envoltas nos significados do trabalho, na presença de propósitos de sobrevivência, ou até mesmo nas relações familiares em torno dos sujeitos apresentados no espaço Guaíra. Em conjunto a esse, também pensei como o trabalho desde a infância se relacionava com as experiências construídas entre a família, analisando narrativas nos quais os sujeitos comentavam sobre como era trabalhar, ajudando os pais e qual foi o significado em torno disso.

CAPÍTULO 1

"NÓIS QUERIA UMA AVENTURA PARA VER SE CONSEGUIA ALGO MELHOR": TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DE TRABALHADORES EM GUAÍRA

> Estava muito frio, mais não geava mais, em volta os cafezais secos, começando a escurecer [...] O motorista acelerou o caminhão, aquecendo o motor e chamou-o, assoprando nas palmas das mãos. Subiu, sentou-se junto da mulher, as orelhas doendo do vento gelado. A mulher disse: *Vamos com Deus pra Minas onde está nossa felicidade, se a Virgem ajudar.* Olhou a mulher: envelhecera, decerto, a mesma voz mansa que dissera há seis anos: *Vamos com Deus pro Paraná, onde estará nossa felicidade, se a Virgem ajudar.* [...] tinha certeza de que pior que estava não ia mesmo poder ficar (Carvalho, 1978, p. 82, 83).

A epígrafe apresentada é um recorte de um conto intitulado "Começar de novo", escrito por Murilo Carvalho na década de 1970. Nesse texto, o autor narrou a história de uma família que construiu uma trajetória antagônica entre o "ir e vir" para o Paraná no período mencionado acima. Os trabalhadores do conto laboravam em uma plantação de café e perderam o emprego entre os anos de 1965 e 1970 em decorrência da série de geadas que assolaram o noroeste do estado do Paraná. Nessa ocasião, o "Começar de novo" se relaciona em um primeiro momento com as trágicas perdas da cultura do café, abordada pela historiografia como "Geada Negra" mas também está imbricado na noção de trajetória, que essa família de trabalhadores fizeram ao vir para o Paraná e voltar para Minas Gerais.

A noção de trajetória aqui discutida se baseia na noção de processo sócio-histórico, porque pode ser evidenciada em diversos períodos da história e também constitui enquanto diferente significado. Ao mesmo tempo está permeada pelo constante deslocamento de trabalhadores para o campo, ou para a cidade na busca por alguma ocupação, mas também está associada a um horizonte de expectativas que se constitui no lugar de origem projetado e o lugar de destino.

Desse modo, este capítulo tem como objetivo pensar e escrever sobre a construção da migração e trajetória de trabalhadores. Foi analisado especificamente fontes orais de quatro sujeitos, problematizando dois "tipos" de migrações que se confluem. A primeira dessas se

relaciona à migração e locomoção de um lugar ao outro em busca de trabalho e ou condições de vida, construindo também a movimentação a partir de outras migrações. A segunda, que também se relaciona com a anterior reflete em trajetórias entre o campo e a cidade envolto na necessidade de sobrevivência. Ao me debruçar sobre esses pontos, pretendo pensar as relações de trabalho e dificuldades encontradas por esses sujeitos nos espaços de transitoriedade construídos e almejados.

Em julho de 1958 nasceu Maria Diaz, na pequena cidade de Paranacity (Norte do estado do Paraná). O pai dela, nasceu no estado de São Paulo e tinha ascendência indígena, mudando-se para Paranacity, em 1954, em busca do trabalho na produção de café. Ele se casou com a mãe de Maria Diaz que, aos seis dias de nascimento, mudou-se com a família da Itália para o Paraná em meados da década de 1930. Quando Maria Diaz estava com três anos (1961), sua família se mudou para o interior de Terra Roxa, cerca de 300 quilômetros de Paranacity, comprando em prestações uma posse de três alqueires.

Maria Diaz foi a primeira entrevistada para pesquisa e a entrevistei em novembro de 2022, momento no qual ainda estava delimitando as minhas questões. Por conta disso, a entrevista que durou cerca de uma hora teve temas muito abrangentes, o que impossibilitou o aprofundamento de algumas questões, mas que também me permitiu conhecer aspectos que atravessaram o momento da escrita, algo que entendi enquanto importante para a discussão da dissertação. O nosso diálogo foi realizado por meio do meu pai, que a indicou enquanto possibilidade para uma conversa. Até então não conhecia Maria Diaz e nem havia realizado uma visita anteriormente a entrevistada, o que gerou um estranhamento no primeiro momento.

No ano de 1974, a família de Maria Diaz mudou-se novamente de Terra Roxa para comprar cinco alqueires de posse na região da Estrada da Faixinha, no município de Guaíra. O espaço onde ela foi morar era na Gleba Jaraguá, local que beirava o rio Paraná na região da "Estrada de Ferro Guaíra-Porto Mendes"[3]. Parte da localização dessa Gleba pode ser observado na Imagem 3.

[3]Ferrovia construída na década de 1910 pela Cia. Matte Larangeira, ligando o Porto Guaíra a Porto Mendes Gonçalves. Após a apropriação dos bens dessa companhia pelo SNBP (Serviço de Navegação da Bacia do Prata) na década de 1940, os trilhos foram retirados e vendidos e a estrada foi abandonada. Essas terras e a estrada que eram devolutas, pertencendo à União foram ocupadas por posseiros a partir da década de 1960 (para conhecer mais do assunto ver: Wachowicz, 1987, p. 71-72; Gregory; Schallenberger, 2007, p. 251-258). Os trabalhadores com que conversei mencionam a linha de ferro por terem lembranças da ocupação desse espaço e também por ouvirem narrativas sobre a "Estrada da Faixinha" (Nome que ficou conhecido posteriormente).

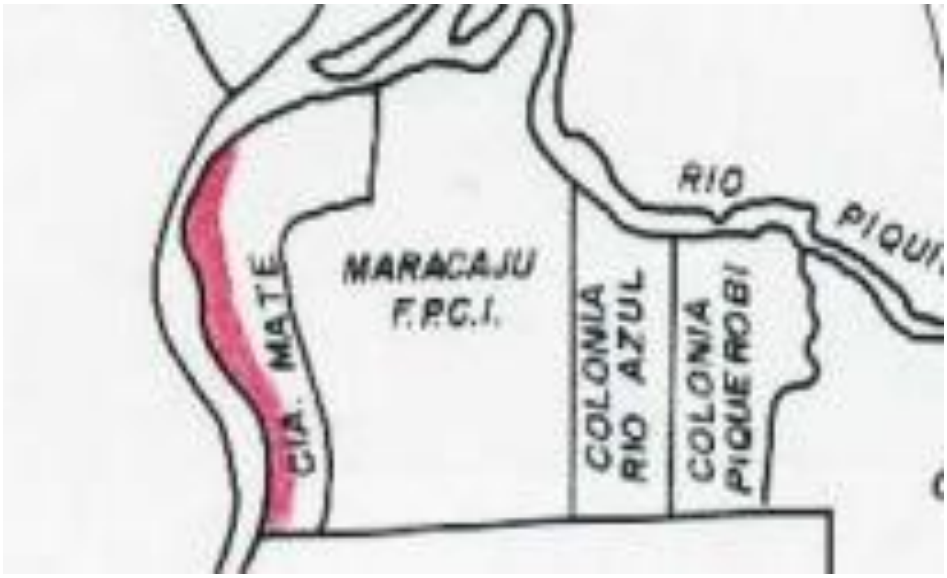

IMAGEM 3- Mapa da área de posse e litígio na região de Guaíra
Fonte: Myskiw (2002, p. 161).

Na imagem é possível localizar o Rio Paraná e o território paraguaio que se encontra na parte esquerda do mapa. O espaço conhecido como "A Cia. Mate" compreende parcialmente o território do Município de Guaíra e a parte em vermelho abarca toda linha de Faixa de Território, local da Gleba Jaraguá. O autor produziu o mapa a partir da análise de documentações produzidas na década de 1960 que buscavam descrever os espaços da região.

Gregory e Schallenberger (2008, p. 258-259) ao analisar esse espaço mencionam que essas terras "foram tomadas de assalto por centenas de posseiros, de forma 'desorganizada', onde a foice demarcava a divisa". No livro, os autores tentaram compilar análises históricas sobre Município de Guaíra. Erneldo Schallenberger focou na discussão nos tempos imemoriais da presença de povos indígenas guaranis, da ocupação por jesuítas espanhóis e o contato entre indígenas e bandeirantes, enquanto Valdir Gregory analisou mais especificamente uma história da Guaíra "Moderna" e certas convergências da historicidade na região do Oeste do Paraná, como a (re)ocupação dessa região a partir de meados da década de 1950.

O que Gregory chama de ocupação "de forma desorganizada" reflete na perspectiva do historiador, ao construir uma "métrica" no processo que era "organizado" por empresas colonizadoras, como a Maripá (Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná) na região de Toledo, no oeste do Paraná comparando a ocupação nesses espaços e desconsiderando processos diferentes em outras localidades, como foi o caso de Guaíra e Terra Roxa.

Por fim, na frase comentada, ainda existe a menção a "tomada de assalto", um indício a partir da discussão dos autores da ilegalidade diante do processo de demanda pela terra na Gleba Jaraguá. No primeiro momento, se o leitor confundir a historiografia com fatos históricos é

possível considerar a forma como esses historiadores abarcaram o assunto. Porém, discordando da perspectiva utilizada, compreendo que a menção a "tomada de assalto" e "ocupação desorganizada" é um sentido do passado construído em torno do processo histórico. Parto desse pressuposto porque a história é construída a partir dos embates e convergências de narrativas e interesses.

Desse modo, Gregory e Schallenberger ao escreverem um texto em que o movimento social de posseiros, na luta por reivindicação de espaço de moradia (terra agricultável), apresenta-se enquanto perspectiva negativo e até mesmo criminoso (Moreira, 2012, p. 228) aparenta auxiliar, mesmo sem o propósito, latifundiários e grandes fazendeiros que utilizam de narrativas como essa enquanto forma de difamação e deslegitimação de movimentos de reivindicação de terras.

O livro dos autores converge no embate de interesses, principalmente em decorrência do financiamento desse texto, bem como do período que isso foi realizado. Esse texto foi custeado pelo Município de Guaíra, no mandato do prefeito Fabian Vendrusculo (2008-2012) e os historiadores utilizaram como fonte, narrativas de Ermínio Vendrusculo, pai do prefeito dessa época e latifundiário que possuía cerca de 200 alqueires em regiões de Guaíra, mas que na década de 1960 era agrimensor de terras na localidade de Guaíra. Em outras palavras, a relação com a perspectiva dos historiadores e o diálogo com um agrimensor apenas, gerou uma discussão na qual o processo de historicidade da luta e reivindicação não apareceu e por conta disso, houve o esquecimento/apagamento dos sujeitos que construíram essas experiências na Gleba Jaraguá.

Maria Diaz comenta em poucos momentos da entrevista que morava na Gleba jaraguá-linha de ferro, e em apenas um desses ela fala que: "Eu vim pegar um trator pra mim ir pra Guaíra pra me casar, aqui que eles falavam assim 'a linha, que era a linha de ferro, pra baixo quase não ia só trator'" (Maria Diaz, 2022). O contexto da memória produzida por Maria Diaz, ocorreu no momento de seu casamento, entre dezembro de 1978 e janeiro de 1979. Nesses anos houve um período de chuvas torrenciais e constantes que afetaram toda região de Guaíra, acometendo com maior intensidade os trabalhadores das áreas rurais. Maria Diaz era posseira, conforme podemos perceber ao confrontar seu relato com o lugar de seu casamento, observado pelo mapa apresentado anteriormente. Ao mesmo tempo, o fato de Maria Diaz narrar a dificuldade de andar pela linha de ferro está relacionada à falta de estrutura nas estradas. A inexistência de pedras regulares na estrada, fato que não era incomum para a região, eram menos assistidas ainda em regiões de assentamentos. Isso leva a refletir que a Gleba Jaraguá, onde

Maria Diaz morava eram terras de litígio, espaço em que não havia a presença do poder municipal. A Estrada da Faixinha-Jaraguá teve um processo mais recente de regularização.

Em 1982, em decorrência do movimento organizado de trabalhadores que moravam nesse espaço, bem como o sindicato dos trabalhadores rurais, foram emitidos os primeiros títulos definitivos da terra e apenas mais recentemente (começo dos anos 2000) que se iniciou o processo de recapeamento e desenvolvimento urbano da região. Durante a coleta de dados para pesquisa, me deparei com a seguinte manchete: "INCRA entrega títulos", que se encontra no Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL). A matéria se trata de um recorte do jornal Sete Quedas de 11/12 de 1982, onde é abordado sobre a segunda regularização de 135 títulos de propriedade dos trabalhadores que moravam no local e que reivindicaram as terras da Gleba Jaraguá na área da estrada da Faixinha. As informações que podem ser observadas no projeto elucidam a organização conjunta entre a prefeitura de Guaíra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaíra.

No ano de 1984, a entrevistada se mudou com o marido para Colorado do Oeste-RO. O município se localiza na porção sul do estado de Rondônia, região que recebeu cerca de 13 mil[4] trabalhadores entre as décadas de 1970 e 1980. Quando questionei a motivação para a entrevistada ir para essa localidade, fiquei sabendo sobre as condições de Maria, assim como a trajetória que ela fez junto ao marido para Colorado do Oeste. Nesse momento da entrevista ela narra esses aspectos:

> **Maria Diaz:** O cara foi levar uma mudança, alugou um caminhão pra levar uma mudança pra lá, aí ele era meio bom da grana, foi de ônibus mais ooo família né!? E aí o motorista falou "Uai Maria to indo pra Rondônia, você não quer ir?" [eu disse] "eu vou" pulemo só com a roupinha do corpo e pimba junto
> **Vanderson:** Pularam no caminhão de mudança e foram embora. Cheio de mudança e vocês lá dentro? e foram.
> **Maria Diaz:** Pulamos no caminhão e fomos embora
> **Vanderson:** Por que aqui era complicado?
> **Maria Diaz:** Não, não era que... que nois era jovem [e] nois queria uma aventura pra ver se conseguia uma coisa melhor. [...] aqui não dava pra viver,

[4] Tânia Swain (1988) ao debater sobre a migração do Paraná para Rondônia, menciona que "Dentre as 390.000 pessoas que formam a primeira corrente migratória dos anos setenta rumo a Rondônia, 30% são originárias do Paraná" (Swain, 1988, p. 35). Os dados que foram coletados em órgão oficiais não sugerem especificamente que essa população de trabalhadores migrou apenas do Oeste do Paraná, porém é possível notar o constante movimento de sujeitos para a localidade mencionada. Em contrapartida, a utilização de dados/números para a análise do processo de migração em si não é um problema, porém essa mesma autora, no trecho selecionado, bem como outros que utilizei no presente texto constrói uma noção problemática, na qual a trajetória e a(s) história(s) de trabalhadores se transforma exclusivamente em cifras/números para a análise desse processo, questão que critiquei em outro momento do texto também.

> tava difícil a coisa, meu marido também era pobre, fomo pra Rondônia (Maria Diaz, 2022).

Na narrativa, Maria menciona a primeira vez que foi para Rondônia, porque ao longo de 15 anos (1984-1999) a entrevistada construiu uma trajetória contínua entre Guaíra e Colorado do Oeste-RO, laborando com culturas agrícolas. O objetivo de "uma coisa melhor" no caso específico de Maria Diaz está imbricado também na busca por trabalho e de sobrevivência, objetivos que convergem no propósito de trabalhadores migrantes.

A migração inter-regional, conceito utilizado por sociólogos[5], no caso específico da entrevistada. Além de ser um deslocamento, essa ação reflete na mudança de percepções acerca do espaço geográfico da localidade, principalmente na experiência da entrevistada que se mudou para um espaço distante entre o Paraná e Rondônia. Maria Diaz narrou que o estado de Rondônia era "um estado muito pobre, muito pobre e hoje em dia mais pobre ainda, porque o rico entrou e comprou as propriedades" (Maria Diaz, 2022). Essa fala sugere a própria experiência da entrevistada, pois ela residia no campo, espaço onde ela pôde notar essa reorganização, bem como transformação do meio agrário, mas esse ponto em si não é uma diferença que ela encontrou em comparação do Paraná, porque no período que ela saiu deste estado esse processo também estava acontecendo.

As condições da viagem indicadas por Maria Diaz, ao utilizar um caminhão de mudanças para Colorado do Oeste-RO, passa pela condição financeira dela, coisa que ela reforça ao falar que seu marido também era pobre, mas também reverbera na condição geral desses trabalhadores nesse período, partindo do pressuposto que uma passagem de ônibus, ou similar para uma localidade tão distante não era acessível para trabalhadores que laboravam por um salário-mínimo de 1984.

Isso fica explícito quando ela menciona sobre suas condições, mas ela reforça também em outros momentos da nossa entrevista sobre a pobreza e as dificuldades econômicas que ela vivenciou. Ao mencionar isso, a entrevistada não está apenas narrando sua trajetória de forma a denunciar o quanto sua vida era ruim. Ela está indicando que a dificuldade e a pobreza para ela eram constantes para ela.

---

[5] Os autores (Nunes; Silva; Queiroz, 2017), realizaram um balanço bibliográfico, sobre as diversas abordagens sociológicas em torno da migrações inter-regionais, analisando por exemplo os processos que envolveram a migração de trabalhadores do sul do Brasil nas décadas de 1970-1980 para o estado de Rondônia no norte do Brasil. Desse modo, a partir do diálogo com eles, foi possível notar a recorrências de migrações que envolveram os variados estados do Brasil durante meados do século XX e fins deste. Os autores tentaram apenas observar as mudanças entre essas movimentações, bem como o fenômeno propriamente do deslocamento. A partir das discussões que realizo, busco refletir sobre a migração inter-regional no caso dos entrevistados apresentados, pensando também como foram construídos os significados de migrar, bem como quais foram as motivações que envolveram essa prática.

Existe ao mesmo tempo, os sentidos que Maria Diaz constrói sobre sua própria trajetória. Aventurar-se em direção ao norte talvez esteja situado aos referenciais que Maria Diaz reúne na atualidade. Contudo, entre os anos de 1980 e 1990, foi comum – no universo das expectativas de trabalhadores despossuídos – a busca por melhores condições de vida em lugares exteriores ao seu convívio familiar. O ato de aventurar-se na fala da entrevistada evidentemente tem um propósito final, sendo esse o: conseguir uma coisa melhor. Não foram raras as vezes, diante das condições que se apresentavam, restavam-lhes a migração como forma de sobrevivência. Nesse sentido, a "aventura", conforme construído pela memória da entrevistada, associava à migração como dinâmica comum entre trabalhadores, constituindo, por vezes em um modo de vida em busca de trabalho para "conseguir uma coisa melhor". A construção da memória também revela uma distância temporal entre a Maria Diaz de hoje, que requer estabilidade e que enxerga em suas experiências de juventude uma "aventura" da Maria Diaz jovem que era pressionada pela incerteza e pela insegurança social.

Para continuar o debate em torno dos esforços empreendidos por pessoas como Maria Diaz e suas disposições migratórias, apresento dois mapas, sendo, no primeiro (Imagem 4) é indicado o município de Colorado do Oeste, no estado de Rondônia e o segundo (Imagem 5) o caminho entre Guaíra e Colorado do Oeste:

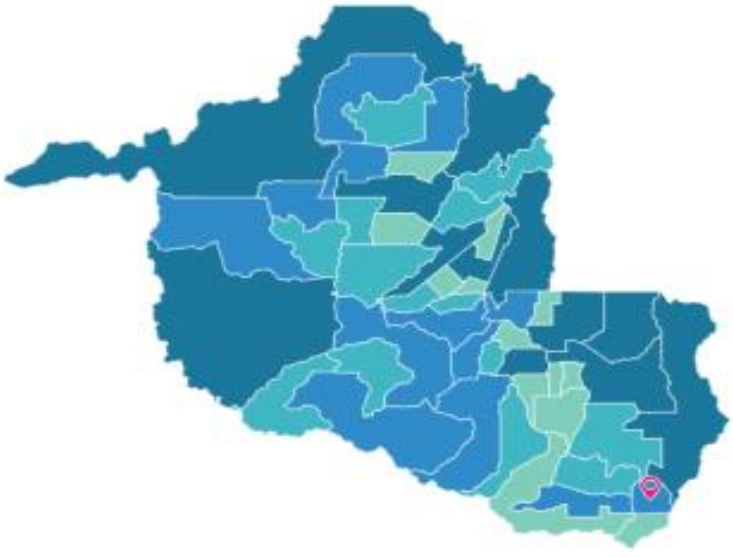

IMAGEM 4 – Mapa temático indicando a localização em vermelho e a área do município de Colorado do Oeste-RO, na divisa com o estado de Mato Grosso.

Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/colorado-do-oeste/panorama

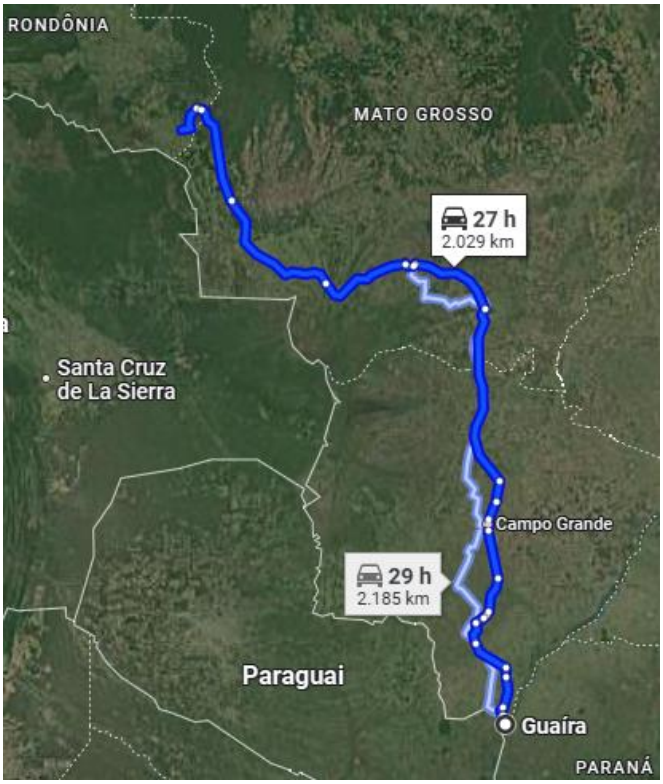

IMAGEM 5 – Trecho que compreende o trecho simulado entre Guaíra e Colorado do Oeste

Fonte: https://maps.app.goo.gl/WMjqir37UnvWB3S18

Como é possível notar a partir da confluência de ambas as imagens, a localidade onde a entrevistada e seu marido foram morar está na região ao Sul do estado de Rondônia e o município faz divisa com o estado de Mato Grosso, se situando próximo da Rodovia Federal Jucelino Kubitschek (BR 364), compreendida na Imagem 5 a partir do trajeto dentro do estado de Mato Grosso. A mesma rodovia começou a ser construída na década de 1960 e durante os anos década de 1970 foi continuado o recapeamento, no governo presidido por Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente da Ditadura Civil Militar, que teve como interesse o "povoamento" do "vazio demográfico"[6] na região norte do Brasil. Essa mesma rodovia foi importante para facilitar o fluxo de mercadorias e a migração de trabalhadores que estavam chegando na região sul do estado de Rondônia, porque permitia uma rota entre essa região, a capital do estado (Porto Velho) e outras capitais da região norte, como Cuiabá no Mato Grosso.

[6] O slogan do governo ditatorial para o local e para a década de 1970 era a "Amazônia seria uma terra sem gente, para uma gente sem terra" (Cunha, 2015). A propaganda da época prometia aos trabalhadores que migrassem, terras e oportunidades que foram perdidas nas localidades de origem. Mas desconsiderava os indígenas que já residiam na região desde tempos imemoriais, bem como a população de trabalhadores seringueiros que já se encontravam na região desde a década de 1940. A perspectiva constituída em torno do slogan, principal meio utilizado para incentivar a migração de trabalhadores para o norte do Brasil, sugere a noção de que "o progresso seria levado para essa região", em outras palavras, a destruição do meio ambiente para produção de atividades agrícolas e também criação de animais na pecuária.

De acordo com Tânia Swain (1988, p. 22), entre as décadas de 1940 a 1950 houve uma intensa migração de trabalhadores para as regiões do norte, oeste e sudoeste do estado do Paraná. Esses trabalhadores construíram trajetórias além das divisas estaduais, vindo de estados, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e trabalhadores que já estavam no Paraná e vieram para as regiões mencionadas acima. A experiência que Maria Diaz construiu se relaciona com a segunda situação mencionada, mas como foi possível notar, seu pai veio do estado de São Paulo para Paranacity em algum momento anterior a 1958, ponto que reverbera na complexidade da trajetória construída por essa família.

Swain complementa o debate das motivações para os fluxos migratórios para esse estado a partir de dados, mencionando que

> A partir de 1940, a população aumenta de forma muito rápida, atraída pelo "ouro verde", o café. Os baixos preços das terras praticados no Paraná, comparados aos de São Paulo, assim como a alta das cotações do café sobre o mercado internacional contribuem para este movimento. Por outro lado, a colonização organizada favorece a penetração do território com a implantação de estradas e caminhos que ligam as cidades e estimulam a produção e o comércio. Desta forma, entre 1940 e 1950, a população total do Estado aumenta 71%, dos quais 3/4 pertencem ao mundo rural; entre 1950 e 1960, época do maior afluo de migrantes, o crescimento demográfico é de 105% (Swain, 1988, p. 25).

Nesse trecho, Swain analisa mais especificamente a regiões onde havia predominância da cultura do café (norte e noroeste) do estado do Paraná. Os baixos preços de terras também eram vislumbrados em outras regiões, como o oeste do estado analisado, espaços onde culturas como o algodão e a hortelã também foram desenvolvidas, sendo motivações para trabalhadores. Ao mencionar "colonização organizada", a autora se refere à aquisição e distribuição de terras por empresas privadas, discussão essa que é problemática, como visto anteriormente.

Se nas décadas mencionadas foi possível notar o aumento demográfico dessa região, posteriormente (entre 1960 e 1980) ocorre um processo inverso, no qual vários trabalhadores deixam o Paraná em direção a novas fronteiras agrícolas, envolto em influências econômicas e sociais. O conceito não indica a ideia de fronteira estrito ao âmbito político, ou seja, a fronteira entre países, estados, nações, mas sim reflete na perspectiva da vivência no meio agrícola. Martins (2024) retoma esse conceito para refletir sobre os processos de ocupação em estados do norte do Brasil (mais especificamente, Mato Grosso e Amazonas), pensando sobre os conflitos envoltos entre colonos e indígenas, a superexploração em relações de trabalho e, por consequência, o trabalho análogo à escravidão e a construção de trajetórias de famílias de trabalhadores para a localidade.

Dentre os indícios sobre a fuga de mão de obra rural no Paraná, é possível destacar o enfraquecimento das atividades produtivas do café em decorrência das geadas já mencionadas anteriormente. A perda das plantações refletiu na perda de dinheiro de proprietários e posseiros de terras, mas também refletiu na perda de espaços de trabalho para sujeitos que laboravam em sítios, influenciando a movimentação de trabalhadores para outros estados. Porém, é possível destacar a influência da mecanização do campo enquanto um processo que está confluindo com a questão dos problemas climáticos também. Tânia Swain considerou principalmente três "fatores" sucessivos para essa questão, sendo esses: as geadas da década de 1960-1970; a mecanização agrícola; introdução da cultura soja enquanto aspectos que agravaram o desemprego no campo e a migração de trabalhadores para outros lugares além do Paraná. É possível concordar com a autora acerca dessas motivações para compreender o contexto geral, porém é necessário entender que esses acontecimentos não ocorreram de forma separada e ou estática, por exemplo, quando acabou um dos "fatores" se iniciou o outro e, assim por diante.

O texto da historiadora, nesse sentido, está refletido pelo âmbito econômico para pensar as migrações para e do Paraná no período correspondente à segunda metade do século XX. Se esse aspecto é positivo para o conhecimento de dados, é bastante problemático também, pois exclui as vivências das pessoas nesse processo, transformando esses sujeitos em estatística, em vez de pensar a subjetividade, bem como ações que esses sujeitos realizaram ao migrarem. A análise de Tânia Swain é "mecanicista" pois constrói um contexto geral da migração, generalizando, desse modo, certas experiências que envolveram esses trabalhadores para o estado de Rondônia, estado para onde foram muitos trabalhadores do Paraná.

Abordo em seguida, um trecho em que Maria Diaz narra como foi sua migração, refletindo, desse modo, a construção da memória em torno das suas vivências.

> **Maria Diaz:** Entre indo e vindo. Nois chegava aqui à coisa tava apertada, "não lá tava melhor, vamos bora, vamos pra lá, vamos pra lá" e voltamos, 15 anos nós ficamos indo e vindo. Depois de 15 anos pra cá que agora nós vamos lá só pra passeio porque nós deixamos muitas pessoas querida lá, então a gente vai a passeio lá (Maria Diaz, 2022).

A trajetória construída por Maria Diaz está refletida na expectativa de sobreviver diante das dificuldades sociais, como o viver na posse em Guaíra e as experiências em Colorado do Oeste. A migração entre ambas as localidades durante 15 anos se apresentou enquanto a estratégia de sobrevivência que a entrevistada realizou ao buscar melhores condições de vida para sua família, porque quando o trabalho não era viável em Rondônia, a entrevistada voltava para Guaíra e vice-versa. A entrevistada não especificou quantas vezes ela realizou esse trajeto,

porém, a partir da sua construção da memória, foi possível notar que ela viajou ao menos quatro vezes, porque ela indicou motivações diversificadas para cada uma dessas mudanças. O "aperto" está atrelado à expressão coloquial do *viver* no limite financeiro, mas esse não está desvinculado da pressão social também.

Essa pressão social na presente análise dialoga com estratégia de migração, mas também sugere um processo de compulsoriedade da relação observada no caso dos entrevistados. Essa relação não é velada, ou propriamente explícita, mas se relaciona com as dificuldades de se obter as condições de vida morando no local de origem. Em outras palavras, a confluência das trajetórias no caso de Maria Diaz e os sujeitos analisados no presente texto se relaciona com o pensar a prática social compulsória de se deslocar para outras localidades em decorrência das pressões, como a falta de trabalho e o receio de *passar* fome.

Ambos foram pontos imbricados na realidade da entrevistada, porque em alguns momentos da entrevista, ela mencionou o quanto o alimento (pão, macarrão, a carne) era sagrado para sua família, pelo fato deles necessitarem de economizar esses últimos. Desse modo, a trajetória aqui é observada enquanto forma de sanar possíveis necessidades, estando também imbricada na subjetividade, quando por exemplo ela narrou que estava em busca de uma "aventura" para realizar essa empreitada.

Confluindo com isso, em certo momento da entrevista, que se relaciona ao trecho apresentado, Maria Diaz comentou que, depois de dois anos em Rondônia (1986), ela buscou especializar-se em um curso técnico em enfermagem. Em confluência com o trabalho no campo, Maria já auxiliava outras mulheres, trabalhando como parteira e em decorrência a esse aspecto ela se começou a cursar o curso em Rondônia, continuando esse, em mais uma especialização em Guaíra, quatro meses após. A entrevistada não exerceu a sua função de enfermagem em postos de saúde, ou afins, mas sempre auxiliou sua comunidade e em outros momentos também indicou que seu interesse estava relacionado apenas com o trabalho no campo.

A trajetória para outro local também é observada enquanto expectativa de melhora de vida e fuga das pressões indicadas anteriormente. No caso da entrevistada, esse deslocamento não ocorreu da forma que ela queria, porque ela conclui que "mas não foi igual pensava não, foi sofrido" (Maria Diaz, 2022), porque as propagandas da época prometiam uma realidade plenamente diferente da encontrada pela entrevistada, ou porque ela esperava não vivenciar os mesmos sofrimentos encontrados no Paraná.

Em conjunto com a narrativa destacada, sobre a trajetória para Rondônia, Maria Diaz (2022) também narrou "Mas vencimo. Vencimo porque estamos aqui ainda vivo". A motivação para a entrevistada comentar isso se deve principalmente ao sofrimento do trabalho com as

culturas agrícolas nas localidades onde ela morou. Em certo trecho da entrevista, Maria Diaz, na época com 16 anos de idade, descreveu que laborou durante uma safra de algodão com a máquina de passar veneno, utilizando inseticidas que eram comuns na época (AZODRIN, NOVACRON, RBC). Na situação específica a entrevistada narrou que "hoje, hoje eu não sou uma mulher muito sadia por causa de veneno, porque eu me envenenei também. Nessa época eu envenenei, fui levada para o hospital entre a vida e a morte" (Maria Diaz, 2022). Conversando sem o gravador, Maria Diaz também comentou de cicatrizes nas costas em decorrência de utilizar a máquina de passar veneno, o que indica que essa função que ela não exerceu apenas uma vez e de forma esporádica.

Nesse sentido, a famosa expressão "vencer na vida" que na sociedade capitalista é visto enquanto superação de obstáculos, obtenção de algo almejado, para Maria Diaz foi significado de sobreviver diante do sofrimento vivenciado onde ela morou. Se no primeiro momento ela construiu uma trajetória ao vir com seus familiares para Guaíra no começo da década de 1960, no segundo momento (1984) foi a entrevistada que vislumbrou sanar as necessidades básicas e em conjunto ao marido foram para Colorado do Oeste-RO.

Posso dialogar com dois autores para refletir sobre a questão da trajetória e a dinâmica de deslocamento na busca por trabalho. Ambos os autores Rinaldo José Varussa (2010) e Robson Laverdi (2005) possuem perspectivas que em parte dialogam, mas que indicam também divergências que contribuem no debate até então discutido. Desse modo, o primeiro autor, Rinaldo José Varussa (2010, p. 77-79), discute sobre a construção de trajetórias de trabalhadores em duas situações, sendo a primeira: os que migram e constroem experiências a partir de trabalhos previamente definidos durante a trajetórias e a segunda: os sujeitos "sem profissão definida" que buscam na migração as mais variadas formas de sobrevivência a partir da metade do século XX. A confluência encontrada na migração em ambas as situações mencionadas é a busca por trabalho enquanto melhora das condições. Envolto na construção de expectativas, mas também, pensado enquanto proposta de manutenção das condições e modos de vida que não poderiam ser sustentados no espaço de moradia anterior. Ao mesmo tempo, a migração a partir da leitura do autor também pode ser notada enquanto prática compulsória, partindo do pressuposto que ela exerce pressão ao trabalhador que necessita de se deslocar.

O segundo autor em questão, Robson Laverdi (2005), analisou as migrações que trabalhadores construíram para e do município de Marechal Cândido Rondon entre as décadas de 1950 e 1990. A partir do debate com o autor é possível notar as variadas itinerâncias de processo que são e foram construídas por esses sujeitos, bem como as pressões de migrar para outra localidade, como as dificuldades (econômicas e étnicas) iniciais e que acompanham a vida

dos sujeitos. Apesar do debate em torno das experiências de migração e trabalho serem um dos focos desse autor, este parte de uma perspectiva sobre a cultura e propriamente os conflitos culturais e de identidade construídos entre trabalhadores que vieram de regiões diferentes para Marechal Cândido Rondon.

Foi principalmente a partir da perspectiva de Rinaldo José Varussa e nas confluências com Robson Laverdi que propus algum dos pontos discutidos que foram apresentados a partir das narrativas de Maria Diaz. A partir desses diálogos, é possível notar, por exemplo, as expectativas construídas por Maria Diaz ao vislumbrar o novo local de moradia e trabalho, ou seja Colorado do Oeste. Ao mesmo tempo, isso se relaciona ao interesse de migrar para resistir às pressões que poderiam ser vivenciadas no local anterior (Guaíra), como as dificuldades já mencionadas. A trajetória, nesse sentido, não é apenas o ato prático de migrar, mas sugere também a subjetividade de quem migra e o estranhamento de se morar em uma nova localidade.

Em vez de pensar em fluxos migratórios e ou ondas de migração (Cunha, 2015), ou estatísticas sobre este, é possível refletir mais especificamente no compartilhamento de experiências para a localidade em questão. Porque, apesar de haver outros trabalhadores que saíram de regiões do Paraná (como Maria Diaz) para Guaíra, migrando posteriormente durante as décadas de 1980 para Rondônia, compartilhando, assim, características em comum com a entrevistada, houve a construção de percepções e ações diferentes em decorrência das subjetividades dos indivíduos.

Guaíra, na presente pesquisa, é uma das confluências da vida de trajetórias que as narrativas dos entrevistados se relaciona, mas como será possível notar, os demais entrevistados construíram trajetos diferentes para essa localidade, assim como dentro dela também, buscando trabalho e ou morando entre o campo e a cidade. É nesse compartilhamento da trajetória que vemos a narrativa de Sebastião, próximo entrevistado apresentado.

Ele nasceu em 1955, em Itapura, estado de São Paulo. Aos nove anos de idade, ele e sua família mudaram-se para uma propriedade com escritura de 10 alqueires, que seu pai havia comprado nas redondezas da comunidade rural “Cruzeirinho” (Guaíra). Segundo o entrevistado, a viagem foi feita em um caminhão emprestado pelo dono [da propriedade de origem] que outrora foi patrão de seu pai, demorando seis dias por causa da falta de estradas e caminhos abertos no Oeste do Paraná.

A família de Sebastião descende de japoneses e o fato dele ter vindo para Guaíra sugere um processo histórico de ocupação de terras que estava ocorrendo na região desse estado. É

possível notar isso a partir da análise de trechos de fontes[7] que mencionam a presença de um corretor de imóveis específico (Singiro Matsuyama), empregado da Companhia Matte Laranjeira, que vendeu terras agricultáveis para mais de 500 famílias de origem japonesa a partir de meados da década de 1950 (Gregory; Schallenberger, 2008, p. 258 e 265). Paralelamente, existe uma rua, bem como praça que exalta a memória da imigração japonesa para Guaíra.

O fato de existir essa imigração japonesa para a região pode ser entendido enquanto construção de vínculos étnicos entre esses habitantes. Isso pode ter gerado o espaço de sociabilidade mais próximo entre a família do entrevistado e outros moradores na localidade, o que auxiliou no estabelecimento inicial após a chegada, assim como perpassou pela construção da comunidade.

Sebastião é sogro de um amigo do meu pai que mora no sítio e, por consequência, ele também é um conhecido da minha família. Eu já o conhecia, mas sempre achei ele um sujeito muito sereno e recluso diante do diálogo e por esse motivo, a nossa entrevista foi realizada por intermédio do meu pai. Eu e ele fomos alguns dias antes da gravação na casa de Sebastião no sítio para realizar um primeiro contato antes do momento da nossa entrevista. Em alguns momentos, o entrevistado ficou desconfiado com o teor que nossa conversa estava se dirigindo e por esse motivo utilizo o presente pseudônimo para esse sujeito.

Em certo momento da sua fala Sebastião mencionou que “Mas só que não é bom... (apontando para o gravador) esse aqui não é bom viu!?” (Sebastião, 2023) sugerindo receio com relação a fala que seria posteriormente utilizada. A motivação para essa fala especificamente perpassa o teor do diálogo que estávamos tendo, pois a nossa discussão era sobre uma experiência que o entrevistado vivenciou na fazenda de um latifundiário que era notório por assassinar pessoas na região de Guaíra.

O “silêncio” envolto na fala de Sebastião evidencia a construção da entrevista, “espaço” onde eu estava enquanto pesquisador para a minha discussão e ele enquanto sujeito que também possuía interesses em narrar as suas memórias, ou dialogar sobre sua vida propriamente. A relação com o receio do gravador também faz parte da construção, processo que também

[7]O trecho a que me refiro especificamente se encontra em textos escritos por Ernest Mann entre as décadas de 1960 e 1970, onde é possível notar a contextualização bem como narrativas da chegada dos trabalhadores nipônicos e uma tentativa de contar a história de Guaíra da perspectiva de um memorialista. Esses textos podem ser encontrados no Acervo Mann no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) na Unioeste-Campus Marechal Cândido Rondon. Ao mesmo tempo que existem esses documentos escritos, também existe a possibilidade de encontrar fontes do tipo em acervos particulares, como o da família Matsuyama, bem como no Museu Sete Quedas (Propriedade do Município de Guaíra).

envolve as pressões sociais que o entrevistado teve e que se relacionam com as percepções do presente vivenciado.

Quando o entrevistado falou sobre a sua vinda para Guaíra comentou que do "Piquiri aqui nois gastou um dia e meio de viagem, pra chegar aqui ó, um dia e meio de viagem, um dia de viagem você, você vê como modificou as coisas né!?" (Sebastião, 2023). A menção ao trajeto, bem como a ênfase na fala do entrevistado é porque o Piquiri mencionado tratasse do rio que está situado entre o município de Guaíra e Terra Roxa, existindo uma distância de 50 quilômetros da foz do rio até a casa onde o entrevistado morava no momento da entrevista. Essa fala e a comparação está imbricada também na transformação da paisagem observada pelo entrevistado, seja essa por meio das infraestruturas (construção de novas estradas, o recapeamento dessas), bem como do espaço no qual ele vivia.

A distância, bem como dificuldade de realização do trajeto, em decorrência da condição financeira, ou até mesmo por conta da estrada propriamente se apresentou tanto no processo de migração de Maria Diaz, bem como de Sebastião. Desse modo, isso dialoga com a construção da experiência do trajeto, mas esse não pode ser pensado apenas enquanto conjunto estático de (ação e reação), ou seja, prática do deslocamento enquanto apenas forma de "fugir" de pressões sociais econômicas, mas deve ser entendido também a partir de desejos e de ações concretas para melhoria de vida através das possibilidades de sobrevivência, bem como os significados que são atribuídos nessa trajetória.

A restrição à perspectiva econômica em meio às pressões sociais podem construir uma cilada dentro da análise social. Ao considerar esse ponto de vista, atenho-me a pensar a construção da trajetória e, por consequência, as ações que envolvem a migração, enquanto processo subjetivo, cultural e social. Ao mencionar os três âmbitos, é possível evidenciar e pensar as expectativas e a realidade enfrentada diante do fim da trajetória construída pelos trabalhadores. É partindo desse pressuposto que observei na trajetória de Maria Diaz e Sebastião as pressões sociais (a dificuldade pela fome, a pouca terra para uma família grande e também a pobreza no local de moradia), mas também os sentimentos do *aventurar-se* e construir novos projetos de vida. Tendo em mente esses pontos, apresento a narrativa de Geralda, trabalhadora que também veio a Guaíra no mesmo período que os entrevistados e também enfrentou dinâmicas que confluíram na experiência de Sebastião e Maria Diaz.

Geralda nasceu no município de Santo Antônio de Itambé, no estado de Minas Gerais, que se localiza a 300 quilômetros de Belo Horizonte, no ano de 1962. Alguns anos antes (1956) seus familiares já estavam migrando entre localidades no Vale do Jequitinhonha (nordeste de Minas Gerais e região onde a entrevistada nasceu). No mesmo ano que Geralda nasceu, seus

pais e mais quatro irmãos e outros tios e tias saíram de Santo Antônio de Itambé em "paus de arara" para Diamantina e, dessa cidade, dirigiram-se ao interior do estado de São Paulo, na região de Presidente Prudente e Caiabu (ambas cidades no oeste paulista) em busca de trabalho nas lavouras de algodão e amendoim.

Enquanto o pai dela trabalhava como boia-fria[8] para sitiantes nas culturas agrícolas, sua mãe ficava em casa junto aos demais filhos, cuidando dos afazeres de casa e auxiliando no cuidado da horta que eles tinham em casa. Foi trabalhando com o arrendamento de terras em um sítio no interior de Presidente Prudente que Manoel Ciriaco dos Santos (o pai de Geralda), conheceu o senhor Olindo, corretor de terras e representante da Sociedade Agropecuária Comercial e Industrial Maracaju. Esse último ofereceu 10 alqueires de terras em Guaíra e tanto Manoel Ciriaco dos Santos quanto seu irmão Geraldo Domingos dos Santos aceitaram o acordo migrando com a família para essa localidade. O acordo firmado previa o pagamento da terra em parcelas que foram pagos pela família até o final da década de 1990. O local onde eles se mudaram, faz parte da comunidade rural Maracaju dos Gaúchos (cerca de 15 quilômetros da cidade de Guaíra), espaço onde houve migração de trabalhadores riograndenses e catarinenses a partir do intermédio da mesma empresa (Ribeiro, 2018, p. 70-71).

A família da entrevistada é quilombola[9] e alguns deles moram na comunidade quilombola próximo ao local onde Manuel Ciriaco comprou as terras no período que eles chegaram em Guaíra. Geralda já saiu da comunidade há mais de 15 anos e mora em uma casa com seu marido e sua tia, no bairro Eletrosul (interior da cidade de Guaíra), espaço onde ocorreu nossa entrevista. Ela já laborou na minha casa durante um pequeno período quando eu estava com dez anos de idade. Por eu ter construído uma relação mais pessoal, foi possível dialogar sobre coisas as quais nós não falaríamos se não fossemos conhecidos, como eventos trágicos que ela vivenciou. Em um dos primeiros momentos da nossa conversa que durou quase uma hora e meia, questionei a Geralda sobre as suas primeiras memórias da chegada e ela disse que

> **Geralda:** Chegou, as minhas irmãs choraram, não queira ficar aqui, porque o lugar era diferente, muito frio, aí começaram a trabalhar, meu pai e os irmãos eram pequenos e ele começou a derrubar mato pra fazer o ranchinho pra nós

[8]A expressão é uma representação construída sobre os trabalhadores que em sua maioria laboravam como diaristas e volantes, que possuíam como principal característica a itinerância e instabilidade no emprego de atividades de produção do campo desde a década de 1960 em variadas regiões do Brasil.

[9]A família de Geralda é descendente de negros escravizados na região nordeste de Minas Gerais, mesma região que eles começaram a trajetória em finais da década de 1950. Porém, o processo de reconhecimento oficial do governo brasileiro, desses sujeitos enquanto quilombolas começou apenas em 2005, período que houve os primeiros estudos do "Grupo de Trabalho Clóvis Moura". Essa equipe foi organizada com o propósito de identificar e realizar laudos antropológicos para identificação de quilombolas no estado do Paraná entre 2005 e 2010 (Silva, 2015, p. 38).

> e aí fizeram o ranchinho e ele não tinha nem as coisas pra comer (Geralda, 2023).

Dos cinco irmãos que Geralda mencionou antes, três já estavam na faixa de 10-15 anos de idade, enquanto ela e outro irmão ainda estavam na faixa etária de cinco anos de idade. A motivação que a entrevistada elenca para insatisfação é a conexão da localidade diferenciada e propriamente o frio. O primeiro aspecto está imbricado no estranhamento, porque em sua trajetória, a entrevistada viajou por mais de 1500 quilômetros, saindo de Minas Gerais, vivendo alguns anos em São Paulo e, posteriormente, para o Paraná. O estranhamento de conhecer um local novo se constitui enquanto uma constância na análise da entrevistada, mas também sugere o propósito de sobrevivência e trabalho.

A menção ao frio pode estar relacionada ao fato que a família da entrevistada chegou no inverno (especificamente em agosto de 1964) na região, mas está imbricada também na significação, bem como percepção da localidade. Assim que a família da entrevistada chegou em Guaíra, eles tiveram que construir uma tenda de lona para dormir, o que mesmo coberto, tornava-se um espaço suscetível ao frio. Um eixo que corrobora com isso é quando ela menciona o "ranchinho" que foi a primeira moradia coberta construída por eles. Essa última foi feita com troncos de palmeiras e mesmo com a cobertura da madeira, ainda havia frestas na casa, facilitando a entrada do frio. Geralda, assim como sua família, nesse momento, utilizavam uma fogueira dentro da casa para facilitar o aquecimento, inclusive à noite.

No mesmo trecho, Geralda também fala sobre a derrubada da mata que era realizada por seus irmãos em conjunto com seu pai. No primeiro momento da chegada, a atividade envolta da família estava ligada principalmente na limpeza da propriedade de 10 alqueires, tanto para construir o "ranchinho" mencionado, quanto para permitir a produção de culturas agrícolas no espaço. A limpeza também era vista pelos familiares da entrevistada, como uma forma de arrendamento para outros sitiantes, aumentando dessa forma o dinheiro que a família poderia adquirir em conjunto.

Dandara Ribeiro (2018) analisou a trajetória dessas famílias de quilombolas para Guaíra e, por conta disso, também mencionou Manoel Ciriaco dos Santos, a entrevistada Geralda, bem como algumas situações que foram narradas acima. Ao refletir sobre esse conjunto de ideias, presente na narrativa de Geralda, bem como outros sujeitos que ela conversou, Dandara indicou que

> O iniciou da fixação do grupo em Guaíra é ressaltado em todas as falas dos adultos, como um tempo de trabalho duro, para homens e mulheres. Infância

> difícil, onde produziam quase tudo que consumiam, não tinham nenhum cobertor, nenhum chinelo e roupa era produto de luxo (Ribeiro, 2018, p. 78).

A autora ao mencionar o "tempo de trabalho duro", não indica detalhes se o trabalho realizado se referia a 12 horas por dia, o trabalho penoso no campo, ou se a questão socioeconômica da pobreza poderia ser o principal indício para essa afirmação. Porém, é possível concluir a partir dessa bibliografia, bem como dos significados atribuídos pela Geralda em torno das experiências de trabalho, que esse ponto está relacionado na construção de expectativas almejadas na nova localidade, mas que se depara com a realidade social e dificuldades.

Ao mesmo tempo, evidências indicadas por Dandara Ribeiro não são necessariamente uma realidade exclusiva de quilombolas, mas evidenciam a condição de pobreza que trabalhadores se encontravam na localidade de Guaíra. A questão é refletir as dificuldades de se viver, dentre elas destacando a falta do básico (roupas, cobertores) para sobreviver, o que corrobora com o sentido da insatisfação narrada por Geralda e vivenciada por suas irmãs e irmãos mais velhos no período de fixação.

A insatisfação dos familiares de Geralda, também fez com que outros parentes que vieram juntos nessa trajetória migrassem posteriormente para outros espaços além de Guaíra. Geraldo dos Santos, irmão de Manuel Ciriaco e tio de Geralda devolveu os cinco alqueires que ela havia adquirido junto com seus familiares e se mudou para outras cidades no Paraná, como o núcleo de Terra Roxa e Assis Chateubriand (no oeste e noroeste do estado, respectivamente, e próximas de Guaíra).

O estranhamento e a insatisfação constituem-se enquanto sensações presentes na rotina de Geralda e Maria Diaz, seja quando a primeira entrevistada reclamou do frio da nova localidade, ou quando a segunda entrevistada narrou migrar entre Rondônia e o Paraná em decorrência da insatisfação das condições sociais. Essas questões sugerem um ponto em comum na narrativa de ambas entrevistadas, tais como as construídas por Geralda no seguinte trecho

> **Geralda:** Aí nóis foi crescendo, aí estudemos, mas a gente estudava na escola [e] chamava a gente de negrinho, ria da gente, a gente não tinha um chinelinho pra pôr no pé, aquela roupinha ruim, que não tinha nem roupa direito pra vestir aí eu cheguei na escola, os molecada corria atrás de mim, chamavam de vovozinha, vovozinha, [e] eu falava assim, "eu vou rezar que um dia eu [vou] ter" (Geralda, 2023).

Quando a entrevistada menciona o "negrinho", evidentemente está utilizando uma expressão com conotações racistas para se referir a pessoas da sua etnia. Porém, esse aspecto não está apenas enraizado no passado. Geralda ao comentar isso está narrando o processo

conflituoso entre a comunidade quilombola e seus vizinhos de Maracaju dos Gaúchos. O conflito nesse caso se refere aos embates e representações entre os trabalhadores da comunidade rural e os quilombolas. Observando de forma mais detalhada, é possível indicar também a própria religiosidade, partindo do pressuposto que a maior parte do primeiro grupo constituía enquanto cristã (de diferentes vertentes, como luteranismo e catolicismo) enquanto o grupo quilombola possuía como religiosidade principalmente a Umbanda.

Dandara Ribeiro (2018, p. 81-82) também analisou esse processo conflituoso, a partir de entrevistas com membros da comunidade quilombola, mas o seu foco foi refletir acerca das fronteiras políticas de ambos os grupos étnicos diferentes (migrantes brancos do sul do Brasil e quilombolas negros de Minas Gerais) refletindo sobre esses enfrentamentos. Entendo que existe esse debate, mas destoando da autora, entendo que a fala de Geralda está imbricada na percepção do presente e esse será o foco que pretendo seguir.

Pensando esse processo histórico, é possível notar que antes de 2009 (período mencionado como o início da intensificação dos conflitos com os fazendeiros da comunidade) os quilombolas laboravam para seus vizinhos a partir do arrendamento dos sítios, construindo-se dessa forma uma relação de trabalho que envolvia esses dois grupos, havendo evidentemente o preconceito, como o indicado por Geralda em sua fala. Porém, a entrevistada narra esses aspectos no tempo presente, momento que o racismo é mais latente nas proximidades onde os quilombolas moram hoje, ou seja, evidenciando o desejo de comentar uma coisa que não começou na atualidade.

A questão do racismo também está presente na construção da identidade e nesse sentido posso concordar em parte com Dandara Ribeiro (2018) ao analisar o conflito étnico presente nessa relação. A questão que estou de acordo se relaciona ao fato de existir a fricção étnica envolta na construção de símbolos (a língua e ações racistas e a segregação). Porém, acrescento mais um ponto que pode compor o debate apresentado pela autora, sendo esse que a entrevistada comenta ao final do trecho acima o “eu vou rezar que um dia eu [vou] ter” (Geralda, 2023). A reza, aspecto marcante da religiosidade de diversas culturas está imbricada na narrativa de Geralda porque ela é uma mulher religiosa que frequenta constantemente um terreiro de Umbanda no município vizinho de Terra Roxa-PR.

A mesma entrevistada destaca ao fim da entrevista a importância da prática dessa fé para seus familiares inclusive, respondendo a uma pergunta minha que “Ah menino, nóis já nascemos dentro disso, quando o meu irmão trabalhava, aí eu não tinha nem 20 anos, o meu irmão começou a trabalhar” (Geralda, 2023). A menção a nascer dentro dessa religiosidade sugere também a (re)afirmação da identidade e a própria menção ao “trabalho” nesse caso é

característica da umbanda, sendo essa a realização de oferendas para solicitar bênçãos e afins para os orixás e ou espíritos.

A utilização da religião, bem como práticas da Umbanda em um ambiente hostil, como a comunidade Maracaju dos Gaúchos é uma sugestão de forma de resistência. Seja enquanto meio agregador da comunidade quilombola na religiosidade ancestral, ou manutenção e autoafirmação da identidade e cultura construída através das relações sociais de amigos, convívios familiares e o trabalho.

A sua fala bem como sua relação com a reza se constitui enquanto prática também porque no local que ela mora (Bairro Eletrosul) ela recebe pessoas enfermas para a realização de orações e também porque ela realiza o ato de caridade, doando roupas e alimento para necessitados no bairro. A localidade onde ela mora está no meio urbano, mas é o bairro mais afastado da cidade de Guaíra e é o que possui menor estrutura básica desta (asfalto, iluminação pública).

A motivação indicada pela entrevistada para a mudança para o meio urbano no começo dos anos 2000 está relacionada à possibilidade de acesso a serviços básicos de saúde. Antes de falecer, em dezembro de 2024, Geralda já possuía variados problemas de saúde (diabetes) e desse modo, no meio urbano ela pôde se locomover mais facilmente para o hospital da cidade, algo que seria dificultoso se ela continuasse morando no campo com distâncias de mais de 20 quilômetros da cidade.

Além de refletir sobre o estranhamento, bem como a expectativa que perpassa a construção da trajetória, também é possível analisar em meio a migração, a busca por espaços de moradia. Essa última pode ser entendida enquanto vital para o estabelecimento de trabalhadores na localidade específica, como foi o caso dos familiares de Geralda que construíram um “ranchinho”, se alocando nesse espaço. Mas em meio a essas questões, me proponho a refletir sobre como essa ação é realizada no espaço urbano, analisando as divergências que se apresentam nesse. Para isso, analisei a narrativa do senhor Nelson, abordando os eixos até então problematizados, mas também pensando esse último eixo mencionado.

Nelson nasceu no município de Garça, na região do Centro-Oeste paulista, em 25 de setembro de 1940. Nessa cidade, seu pai trabalhava dirigindo “jardineiras” para o transporte de trabalhadores durante o período da safra do café e demais culturas agrícolas próximas. Quando o entrevistado estava com cinco anos (1945) ele e seus familiares se mudaram para cidade de Marília, mas seus familiares trabalhavam em cidades próximas, construindo a migração pendular entre Pompeia e Tupã (cerca de 40 e 70 quilômetros respectivamente de Marília).

Quando Nelson estava com 20 anos, ele morava em Tupã e já estava engajado com a colheita do café em sítios onde ele morava. O entrevistado também conheceu sua primeira esposa nessa localidade e ele continuou morando nessa região até 1964, ano que seu pai morreu. Sem seus pais, porque sua mãe tinha falecido em 1961, o entrevistado em conjunto com sua esposa e três filhos migraram para o noroeste do Paraná, mais especificamente em Cianorte-PR. O contexto para isso foi

> **Nelson:** É, eu vim pra Cianorte. Agora Cianorte eu cheguei, eu sou parente, porque eu vinha direto por Iporã, aonde meu irmão tava morando, mas acontece que o meu dinheiro terminou em Cianorte e foi naquela época rapaz, mais bonita que tem, porque eu vim pra fazer a colheita, do que, do café
> **Vanderson:** Do café?
> **Nelson:** Porque em 1963 deu uma geada que queimou, foi aquela primeira geada que acabou
> **Vanderson:** A geada negra?
> **Nelson:** É
> **Rita:** Em 1963? Ou 1973?
> **Nelson:** Que acabou com o café. Não, primeiro foi 1963. Que acabou com o cafezal, quando eu vim de lá pra cá, eu vim aqui em (Nelson, 2023).

A experiência de itinerância na viagem de Nelson, apresentada pelo fato dele ter saído de Tupã e ter ido algumas vezes para Iporã antes de construir a trajetória com sua família, indica em um primeiro momento a busca por trabalho em um ofício que era comum ao entrevistado. O café era uma cultura agrícola muito cultivada no Noroeste do Paraná, assim como na região paulista onde Nelson morava. Ao mesmo tempo, essa trajetória também está imbricada pela rede de sociabilidade, no caso o irmão do entrevistado que morava em Iporã e que poderia arrumar algum emprego ou formas de se estabelecer algum local.

Nelson já almejando se mudar para esse espaço (Iporã), construiu essa trajetória com sua família, mas como o próprio indica, o dinheiro acabou em Cianorte, cidade que se situa a mais de 130 quilômetros de Iporã. Mesmo nessa localidade, o entrevistado laborou em uma safra do café junto de sua família para obter dinheiro e se mudar novamente. Ao mencionar "foi naquela época rapaz, mais bonita que tem", o entrevistado se refere a plantação de café, porque como vimos, o senhor Nelson já havia viajado para o noroeste paranaense e já tinha visto os estragos da geada de grande porte nessa cultura agrícola, como ele menciona no ano de 1963[10].

[10] Esse fenômeno trata-se de uma série de geadas que ocorreram entre a década de 1960/70, ficando conhecido posteriormente como "Geada Negra" (Moreira; Carvalho, 2021). Todos os entrevistados que pude conversar mencionaram que esse fenômeno climático gerou diversos prejuízos para as plantações na região, sobretudo nas culturas do café.

Em consonância, a menção ao “mais bonito” como aparece na fala do entrevistado é um indício específico do crescimento do café na região onde ele laborava. Esse comentário não é apenas em decorrência de uma paisagem bela ou bonita diante da vista do entrevistado, mas sim que a partir do crescimento do café, haveria a possibilidade do senhor Nelson voltar a obter emprego com essa atividade produtiva, aspecto que ele sugeriu em outros momentos da nossa entrevista também. O obter emprego nesse espaço, pode ser pensado enquanto meio de sobrevivência e forma de auxiliar no sustento da sua esposa e de seus filhos. Assim que o entrevistado conseguiu dinheiro necessário, ele e sua família se mudaram para Iporã, trabalhando em conjunto com a família em um sítio de café também. O entrevistado mencionou que “Aí eu fiquei uns tempos lá, mas, eu naquele tempo, eu não tinha juízo não, eu andava muito, aí já foi onde eu já vim pra Terra Roxa, de Terra Roxa eu vim pra Guaíra” (Nelson, 2023).

A falta de juízo narrada pelo entrevistado está atrelada à interpretação do passado a partir da perspectiva do presente, porque ao mencionar especificamente isso, Nelson indica arrependimentos por ter tomado uma decisão que ele avalia enquanto errada no “hoje”. Ao mesmo tempo, esse sentido atribuído ao passado pode estar atrelado a própria condição social que o entrevistado vivenciou, por ter ficado sem dinheiro em Cianorte e por ter que laborar em Iporã, construindo, dessa forma, uma trajetória contínua envolta na busca por trabalho. O entrevistado ficou por dois anos em Iporã e como ele mesmo indica, a sua trajetória também perpassou por Terra Roxa, município a cerca de 60 quilômetros do primeiro mencionado e que também havia plantações de café. O entrevistado narrou em outros momentos que ele apenas trabalhou em Terra Roxa por uma safra, porque o café não era um produto rentável na região, porque a qualidade deste havia diminuído em decorrência da série de geadas mencionadas. Esse fato o obrigou a se locomover para Guaíra, município que era próximo de Terra Roxa e que possuía sítios com outras culturas agrícolas, como a hortelã e o algodão.

Eu já conheço o senhor Nelson desde os meus 10 anos de idade, porque acompanhei meus pais em festas da comunidade onde o entrevistado mora (Comunidade Sítio dos Italianos). O fato dos meus pais conhecerem o entrevistado me permitiu realizar essa entrevista. Eu, em conjunto com minha mãe, conversei com o entrevistado em fevereiro de 2023, momento que eu ainda estava delimitando as problemáticas para pesquisa. Os primeiros trechos confluíram para pensar a trajetória construída por Nelson, discussão central do capítulo. Porém, como indiquei anteriormente, com o próximo trecho será analisado também a busca por espaços de moradia no espaço urbano, aspecto que percorreu a trajetória do entrevistado em Guaíra.

> **Vanderson:** E me conta. Aqui em Guaíra você morava onde? Você começou morando aonde quando você chegou?
> **Nelson:** Quando eu cheguei aqui eu comecei a morar na Vila do Sapo
> **Vanderson:** Na Vila do Sapo? Ahh que hoje é a Vila Rica?
> **Nelson:** Huhum, sim, Vila Rica. Porque aquele tempo era tudo, hoje não, hoje tá tudo mais, o prefeito foi mudando os nomes, os bairros
> **Vanderson:** O pessoal inclusive da Vila Rica não gosta que fala Vila do Sapo né!?
> **Nelson:** (Risos) eu falo direto, eu tenho colega lá também, então aí nóis sempre brinca, mas eu sei que eles não gostam. Aonde tá a Vila do Sapo, lá Vila Margarida lá antigamente era "Buracão" hoje é Vila Margarida, não fala não que eles brigam (risos) (Nelson, 2023).

A Vila do Sapo teve esse primeiro nome, pois está situada nas margens do Rio Paraná e há córregos que percorrem o bairro, motivo que facilitou a propagação de sapos. Quando mencionei sobre o nome "Vila Rica", nomenclatura que ouvi a partir dos meus pais, houve um comentário interessante onde o senhor Nelson sugere sobre transformações que a cidade teve no decorrer do período que ele chegou na década de 1960 até os dias de hoje. Essas transformações não perpassaram apenas pelos nomes, mas sim também pelas estruturas dos bairros, como o entrevistado sugere vagamente em um de seus comentários.

A Vila do Sapo se situa no município de Guaíra no espaço compreendido como centro, porém está localizado em uma área de declive. Acima dessa encontra-se outra parte do centro da cidade, o espaço compreendido como "Avenida Matte Laranjeira" e seus arredores. O fato de ambos os espaços terem nomenclaturas distintas (uma pejorativa e outra referente a primeira empresa da cidade respectivamente), pode sugerir fricções de representações e significados em torno do morar na cidade. Se para os trabalhadores pobres como o senhor Nelson a possibilidade era morar na cidade na região da Vila do Sapo, para outros sujeitos que construíram comércios a possibilidade em morar na parte de cima do centro era mais palpável.

O fato de Nelson ter ido morar nessa localidade quando chegou em Guaíra não é mera coincidência. O processo de urbanização dessa cidade se iniciou próximo ao Rio Paraná em decorrência do Porto Guaíra construído nos primórdios do século XX. Nesse espaço, havia construções como principais prédios públicos, casas, hotéis do município de Guaíra. Espaços como a Vila do Sapo, mencionado anteriormente e a Tininha são bairros que surgem a partir da relação econômica e de habitação no porto. Para aprofundar nessas questões, apresento a Imagem 6, uma fotografia que expõe o Porto Guaíra entre as décadas de 1950 e 1960.

IMAGEM 6- Porto Guaíra entre as décadas de 1950 e 1960, com destaque também para o Rio Paraná

Fonte: https://www.facebook.com/groups/guaira[11]

Na imagem é possível notar uma chata coberta por uma lona e outras embarcações encontrando-se nas margens do Rio Paraná. Os barcos em questão eram utilizados para o transporte de mercadorias e exportação que na época da foto era coordenado pela SNBP (Serviço de Navegação da Bacia do Prata) também para o transporte de pessoas. Havia rotas fluviais entre Guaíra e Presidente Prudente-SP, por exemplo, em que eram utilizados o Rio Paraná e demais afluentes.

Na fotografia também há algumas casas mais distantes e barracões de armazenamento de produtos, assim como alguns animais. Esses eram os primeiros núcleos urbanos, pois foram os espaços onde os trabalhadores se estabeleceram no primeiro momento da chegada em Guaíra. Esse espaço abrange atualmente o bairro "Vila Velha"[12] que também fica próximo à Vila do Sapo.

Ao se debruçar sobre a fotografia, bem como sobre o contexto abarcado, é possível notar o espaço envolto na experiência construída pelo senhor Nelson. O entrevistado construiu suas primeiras movimentações na cidade e isso também passou pelas dinâmicas da sua obtenção da moradia e também das formas de trabalho que ele encontrou em Guaíra. É desse modo que o espaço aqui analisado não se relaciona apenas à noção geográfica, como a ideia de um porto

[11] A presente fotografia foi retirada de um grupo do Facebook de lembranças e memórias sobre o Município de Guaíra. No grupo composto por vários residentes do município e pessoas de fora que já residiram em Guaíra, há fotografias, documentos e histórias familiares as quais se encontram disponíveis para os membros da comunidade.
[12] O que hoje é conhecido como Vila Velha era no começo do século XX o "Porto Guaíra". O espaço atualmente ainda detém de habitações e construções da época, mas devido a gestões do poder executivo municipal houve descaso em certos âmbitos da preservação do bairro.

próximo do Rio Paraná, como é o caso de Guaíra. Este pode ser entendido enquanto social também, principalmente, em decorrência das dinâmicas que envolvem as movimentações dos trabalhadores, como Nelson. Ele morou no primeiro momento num barracão que pertencia à "antiga Matte Laranjeira"[13]. Esse ponto, pode ser observado quando perguntei mais detalhes para Nelson sobre onde ele morou na Vila do Sapo, o entrevistado me indicou que

> **Nelson:** É, entrava no barracão porque quando eu cheguei aqui, cheguei igual desvalido, cheguei igual bugre, primeira casa que eu, lá tava vazia, barracão tava vazio da antiga Matte Larangeira eu já entrei pra dentro com as crianças, eu não tinha dinheiro não tinha nada, só tinha só, só tinha a vida, aí eu entrei (Nelson, 2023).

Nesse trecho de narrativa é possível notar o espaço que o entrevistado ocupou, assim como a condição a qual ele chegou em Guaíra. Como vimos acima, Nelson construiu sua trajetória com pouco dinheiro e com sua unidade familiar (esposa e mais quatro filhos).

O *migrar,* para ele, estava refletido nas pressões que ele experimentou, ao não possuir dinheiro e auxiliar no sustento da família. O fato do entrevistado mencionar que era "desvalido", que "só tinha só, só tinha a vida" reforça isso, mas ao narrar, Nelson também realiza ponderações sobre o seu passado, bem como sobre as situações de pobreza que ele vivenciou nesse primeiro momento da chegada e que possivelmente perpetuou em outras situações. A narrativa de Nelson também sugere as dificuldades de estabelecimento no âmbito urbano nessa época.

Ao se estabelecer no armazém, o entrevistado, mesmo pobre, conseguiu obter um teto para sua família, mas esse aspecto não garantiu a possibilidade de trabalho. Será visto adiante, a dinâmica de trabalho que ele construiu ao morar na cidade e como este também diferenciou a sua trajetória diante da dialética de experiências no rural-urbano dele em comparação com os três trabalhadores apresentadas anteriormente.

A partir da confluência das histórias de Maria Diaz, Geralda, Nelson e Sebastião foi possível notar as complexidades que acompanham a construção da trajetória diante do proposito de sobrevivência. Se para alguns a "solução" diante de variadas adversidades individuais foi migrar mais de uma vez, como foi o caso de Maria Diaz migrando para Rondônia, para outros, foi morar em conjunto com a comunidade, como o caso de Geralda, com a comunidade quilombola, ou morar em vários lugares até se fixar em uma moradia improvisada por alguns meses, como o senhor Nelson e a como Maria Diaz. A complexidade mencionada, se apresenta

[13] Empresa que declarou falência em meados da década de 1940 e que teve seu espólio administrado pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), autarquia federal que foi extinta em 1967.

a partir das motivações e movimentações que os entrevistados fizeram para o destino "Guaíra" e ao mesmo tempo, como esses sujeitos construíram suas experiências de trabalho diante de possibilidades de trabalhar e sobreviver e às incertezas de passar fome.

Por outro lado, as entrevistas sugerem também que as migrações compuseram um quadro de experiências que moldaram as estruturas sociais de municípios do Oeste do Paraná como Guaíra. As ações dos trabalhadores entrevistados se assentaram num momento histórico em que a cidade herdava as crises econômicas das obragens na produção da erva mate, internamente, e da crise do café que assolou o norte pioneiro do Paraná até as regiões do oeste paranaense. Quase sempre essas crises foram experimentadas como exploração e desalento pelos trabalhadores entrevistados cujos seus esforços físicos e sociais raramente encontram vasão na memória institucional do município.

Em contraponto, a memória dos trabalhadores entrevistados reivindicou um espaço importante para reconstituição da História Social dos trabalhadores que constituíram esse período, formaram e foram formados no processo de construção social da cidade a partir de suas experiências de trabalho e das relações que cultivaram em suas trajetórias de vida, dos valores que carregaram desde a infância e que reforçaram conforme iam modificando o espaço em que viveram, algo que veremos no próximo subcapítulo

1.1- Relações sociais encontradas na construção da trajetória

Como já foi indicado no título, o propósito do presente subcapítulo é discutir as relações de trabalho, pensando as experiências que os trabalhadores apresentados anteriormente vivenciaram. Partindo desse debate e utilizando as narrativas orais dos quatro sujeitos entrevistados anteriormente, foi possível analisar diferentes experiências de trabalho. Para iniciar a discussão, trago um trecho da entrevista com Maria Diaz, na qual ela comentou sobre suas ocupações em Rondônia

> **Maria Diaz:** É Rondônia, 'nois ficamo' 45 quilômetros da cidade, na roça também, trabalhando com agricultura e lá cortando arroz de baix... tinha dia que dava 13 chuva no dia e ainda 'nois' cortava arroz e no outro dia empiar. Foi sofrido, muito sofrido (Maria Diaz, 2022).

O trecho encontra-se no começo da entrevista que fiz com Maria Diaz, momento que ela narrou de forma detalhada sobre a sua vivência em Rondônia relacionando isso com a suas experiências na agricultura em Guaíra, tema que será discutido com mais detalhes no segundo

capítulo. No trecho, é possível notar que mesmo deixando de trabalhar com culturas agrícolas em conjunto com sua família no Paraná, em Colorado do Oeste-RO esse foi o primeiro trabalho que ela encontrou, seja porque ela já estava habituada[14] a esse tipo de emprego, ou também porque o trabalho na cultura agrícola era a principal forma de trabalho encontrada e incentivada nessa localidade, partindo do pressuposto do contexto exposto anteriormente.

Como a entrevistada também narrou, a propriedade ficava distante da cidade de Colorado e outra dificuldade encontrada era o índice de chuvas diárias. O fato do sítio ser distante da cidade não era uma realidade diferente daquela onde Maria vivenciou no Paraná, mas foi observado com proporções maiores em Rondônia. A Gleba Jaraguá, espaço onde Maria morava, ficava a mais de 10 quilômetros sede - Guaíra. Ao detalhar mais o trabalho na região de Rondônia, Maria Diaz narrou o seguinte

> **Maria Diaz:** Chegamos lá, fomos trabalhar pro cara lá, trabalhamos quatro anos só a troco da boia os dois, morava dentro da casa junto com o cara, o cara ainda tinha criança. Nossa, era duro, mas conseguimos. Quando com quatro anos o cara falou assim "ooo Lair" Lair mexia, tirava leite, prendia bezerro, roçava pasto, fazia tudo. Aí falou "agora eu não preciso mais dos seus serviços não." Não deu nem umas horas pra gente (risadas) essa altura tava quase pelado já porque as roupas tivemos que tacar fora. Aí ele foi trabalhar pra outro cara lá, aí o cara deu um trator pra ele trabalhar, aí já tava... o cara era mais tranquilo né!? Aí deu um trator pra ele trabalhar, aí nóis fomos morar no sítio dele, aí nóis fomos trabalhando e comendo e plantando, aí fomos vivendo (Maria Diaz, 2022).

Assim que chegaram, Maria Diaz e seu marido se mudaram para um sítio pertencente a outra família e laboraram nesse espaço por moradia e alimento, história narrada no trecho. A entrevistada não detalhou os trabalhos específicos realizados nesse período, mas a partir da narrativa dela, é possível pressupor que ela e Lair realizam as mesmas funções no sítio.

As relações envoltas apenas na troca de moradia e alimento é algo típico do "Trabalho análogo à escravidão", expressão que a entrevistada não utilizou em nenhum momento da entrevista. A criminalização dessa relação pode ser observada desde 1940, com a criação do artigo 149 do código penal brasileiro. No código em questão consta que a criminalização é chamada de "Redução a condição análoga à de escravo" que consiste na prática quando o trabalhador vivencia "a submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a restrição de locomoção do trabalhador" (Código Penal,

[14] O "habituado" nesse espaço não indica apenas o sinônimo de "acostumado", mas expõe na minha escrita que a entrevistada laborava com a agricultura por uma questão de necessidade, quando ela morava em conjunto com sua família em Guaíra, mas também quando ela construiu sua trajetória para Rondônia em Colorado do Oeste.

2017, p. 62). Porém, esse debate foi apenas retomado entre meados da década de 1980 com denúncias realizadas por organizações, como a Comissão Pastoral da Terra. Em meio a esse contexto, foi apenas em 2003 houve novos detalhes da lei produzida na década de 1940, onde foi possível constar pontos que convergem na caracterização do trabalho análogo à escravidão.

O fato da entrevistada não mencionar essa expressão e outras que são utilizadas para caracterizar essa relacionação sugere a dificuldade de aceitação das características que envolvem essa situação degradante. Evidentemente a entrevistada não estava alienada com relação de exploração vivenciada, mas o *entender-se* enquanto escravizado está imbricado num processo doloroso de construção de significado. A partir desse raciocínio, posso dialogar com Nauber Silva (2022, p. 28), para destoar de problematizar apenas o fenômeno do trabalho análogo à escravidão em detrimento das histórias de trabalhadores que viveram essas relações. Na presente pesquisa, não me ative a questionar Maria Diaz sobre como ela significou o morar no sítio nessa relação em Colorado do Oeste, mas foi buscado, a partir de suas narrativas, compreender como ela laborou nesse espaço e como isso esteve imbricado na construção da sua trajetória

A partir do contato com a entrevista, não é possível pressupor que existia coerção por parte da família que contratou Maria Diaz e Lair para trabalhar na fazenda, mas até mesmo a distância de "45 quilômetros da cidade", pode ter inviabilizado a locomoção da entrevistada para Colorado do Oeste e já foi um indício da intensificação da exploração - outra característica do trabalho análogo à escravidão. Ao não poder sair da propriedade, a entrevistada e seu marido não poderiam solicitar ajuda de outros sujeitos, ou até mesmo fugir do espaço em questão.

Os estudiosos dessa questão (Sakamoto, 2020; Figueira, 2004) realizam essa discussão analisando como essa relação está envolta na superexploração do capitalismo diante do trabalho que beneficia grandes conglomerados industriais, latifundiários e ou proprietários para o aproveitamento do trabalho desses sujeitos. A entrevistada não detalha se o sítio onde ela vivenciou essa situação por quatro anos era grande ou tinha outros trabalhadores laborando em conjunto a ela, seu marido e a família dos proprietários. Porém, é possível notar que Maria Diaz construiu uma relação de exploração relacionada no fato dela trabalhar na propriedade do patrão e ter que sair às pressas, não recebendo vencimentos correspondentes ao seu trabalho, como ela sugere antes de falar sobre o trabalho na outra propriedade.

As relações de exploração vivenciadas por Maria Diaz e seu marido estão refletidas no propósito pela sobrevivência diante das dificuldades de chegar em uma localidade desconhecida. É nesse momento que se faz necessário recordar que há uma distância de mais de 2.000 mil quilômetros de Guaíra a Colorado do Oeste, assim como eixos culturais e território

com culturas agrícolas diferentes. Essa perspectiva não é uma forma de justificar as relações que foram narradas por Maria Diaz, mas sim para pensar como a trajetória de trabalho dela estava envolta na expectativa de obter algo melhor e nas necessidades que ela teve ao estar ne espaço.

No trecho, a entrevistada menciona que "era duro, mas nós conseguimos", repercutindo na memória, porque a entrevistada se refere às dificuldades vivenciadas nos espaços onde ela morou em Rondônia, relacionado a um "ponto de comparação", ou seja, existindo alguma coisa para comparar com esse passado. O "duro" que a entrevistada menciona relaciona com as dificuldades de se viver e estabelecer no sítio. Em um dos trechos, Maria Diaz comentou sobre várias chuvas em Colorado do Oeste, descrevendo o local onde ela laborava com a cultura agrícola do arroz.

É de notório conhecimento que a região de Rondônia está localizada na floresta tropical amazônica, espaço onde os índices pluviométricos eram maiores se comparados a outras regiões do Brasil, como o Sudeste e ou Nordeste, anteriormente ao crescente aquecimento global vivenciado e as secas dos rios e afluentes dos estados do Norte. A menção à chuva trata-se, primeiramente, a um estranhamento por parte da entrevistada, porque ela e seu marido não vieram da região amazônica, ou seja não estando acostumados com o clima local.

Um ponto inquietante acerca disso também está relacionado com a chuva. Maria Diaz e seu marido não poderiam laborar na empreitada agrícola que durou vários meses em decorrência desse fenômeno, o que dificultou e demorou ainda mais para a entrega do trabalho no sítio que eles moravam. Em outras palavras, além da chuva ser um tema climático, esta pode ser notada enquanto consequência social, porque esse não está alheio da dinâmica de trabalho, principalmente no campo, espaço onde existe a dependência do tempo (cronológico e climático) para a plantação, o cuidado e a colheita de culturas agrícolas. Além da chuva também, é possível indicar as dificuldades relacionadas com a malária e a febre amarela, por exemplo, doenças que não são exclusividades da região norte do Brasil, mas que foram impactantes para a ocupação na região de Rondônia durante a década de 1980 (Texeira, 2015, p. 35-38).

Quando me referi ao "ponto de comparação", estava mencionando ao "local" físico e de perspectiva onde a entrevistada se encontra no *hoje* para analisar seu passado vivenciado em Rondônia e em Guaíra, com seu presente no momento que realizamos a nossa entrevista. Maria Diaz reside em uma propriedade que foi comprada por um pastor da igreja Assembleia de Deus no começo dos anos 2000. Após o falecimento deste, a pastoral responsável pelo inventário anunciou a venda do imóvel e este foi comprado pela entrevistada no começo da década de

2010. O espaço consiste em uma propriedade com escritura de três alqueires, onde tem a casa principal, dois galpões e espaço da lavoura

Alguns dias posteriormente da nossa entrevista (começo de novembro de 2022), ela e seu marido foram para Colorado do Oeste-RO e durante a nossa entrevista, Maria Diaz também comentou que eles fizeram amizades na localidade. Se por um lado existe o espaço onde a entrevistada mora, ou essas viagens, também é possível considerar o ponto de comparação a partir da condição financeira que é diferente do que a vivenciada pela entrevistada durante sua infância e no período da sua migração e trabalho em Rondônia.

Em um dos últimos trechos que Maria Diaz narrou sobre Rondônia, a entrevistada comentou sobre uma situação, onde ela necessitou ir para cidade em uma temporalidade no qual ela já estava a mais de cinco anos morando em Colorado do Oeste

> **Maria Diaz:** Um dia aconteceu um acidente com meu irmão aqui, eu fui na cidade pra saber notícia. Cheguei lá na cidade e [pensei e] agora, não tinha dinheiro pra voltar, cheguei na casa do advogado lá e "escuta o que você tem de serviço pra mim fazer?" aí a mulher falou "tem um tanque de roupa ali", caí no tanque de roupa dela, lavei roupa o dia inteiro, enchi um varal cheinho de roupa, falei "agora preciso ir embora" falou "como que você vai embora? 45...35 quilômetros da cidade". Então que nem eu falo pra você, eu nunca pedi pros outros, mas de pedi um serviço eu não tenho vergonha não (Maria Diaz, 2022).

O trabalho doméstico envolvendo a casa de um advogado surgiu como uma oportunidade de trabalho repentina, principalmente porque a entrevistada vislumbrou alguma forma de obter dinheiro para o transporte, ou uma carona para facilitar a sua volta, o que ocorreu, porque o advogado em questão levou Maria Diaz num ponto próximo do sítio onde a entrevistada morava, restando a ela chegar caminhando posteriormente. Porém, como a localidade era distante, ela chegou em casa de noite e cansada, por ter andado mais de 10 quilômetros até sua casa.

As experiências do passado interpretadas no presente constituem valores sobre o trabalho e os meios de existência. Se no primeiro momento, o fato de Maria Diaz ter lavado roupas na casa do advogado em vez de apenas pedir a carona, possa indicar uma situação cuja dignidade e reconhecimento são importantes para os trabalhadores como ela, o seu oposto acontece na própria construção da memória a qual sugere o fato dela e seu companheiro serem dependentes do "dono da casa" em que moraram por um tempo "sem receber salário". Tal condição ambivalente infere uma luta cotidianamente travada contra a dependência, ainda que em algumas situações, a contragosto, tenha lhe restado apenas isso. Para Maria Diaz, não basta

trabalhar e depender, tampouco depender sem trabalhar. O trabalho na condição de existir com dignidade é balizador moral das dinâmicas sociais, como podemos ver no trecho

> **Maria Diaz:** Não vamos longe... se precisa de um aqui, que nem, eu e meu velho somos só nós dois... precisar de um aqui pra plantar uma muda de grama ali ninguém quer. Sabe o que responde pra gente? "Se acha que eu vou trabalhar nesse 'solão' pra ganhar 100 real? Eu vou ali na beira do rio com duas horas em ganho 500, 300 contos", uma bagunça, então ninguém quer trabalhar mais (Maria Diaz, 2022).

Ao mencionar sobre isso, a entrevistada estava se referindo ao contrabando de cigarros que ocorre com frequência na Estrada da Faxinha, porque esse caminho permite acesso para o Rio Paraná facilitando o transporte de mercadoria ilegal na fronteira do Paraguai para o Brasil. Porém, ao comentar algo que tratasse especificamente de Guaíra, a entrevistada em sua narrativa também sugere a atribuição de valores morais relacionados ao trabalho.

Os valores da entrevistada no caso específico indicam principalmente o "obter a sobrevivência" pelo trabalho, em outras palavras, é pensado enquanto principal garantidor de não passar fome, ou até mesmo de possuir um teto onde morar, como foram as circunstâncias de Maria Diaz em Rondônia, ou até mesmo porque foi a partir desse meio que a entrevistada conseguiu todas suas coisas. Nesse sentido, a incerteza e o risco na viagem para ela era uma possibilidade maior que a certeza de continuar pobre e isso também influenciou o compartilhamento de experiência dela e demais trabalhadores que, em alguns sentidos, construíram trajetórias para Rondônia no começo da década de 1980 também.

A migração na vivência dela se construiu enquanto estratégia de obter emprego, que pode ser visto também nas narrativas do senhor Nelson quando esse estava laborando entre o campo e a cidade. Falando sobre sua chegada no ano de 1964 em Guaíra, Nelson mencionou que

> **Nelson:** Mas quando eu cheguei aqui, que eu não tinha... que eu não tinha muito conhecimento e a lavoura também daquele tempo não era grande igual hoje, era bem menor. Então era onde eu, logo onde era mais fácil e a gente só vive duro. O mais fácil, aí eu peguei... aí eu comecei a pescar, então já comecei com a pesca e a extração de areia, isso foi quase tudo junto, porque a hora que cansava de um ia pro outro (Nelson, 2023).

Além de continuar narrando sua trajetória, nesse trecho, o senhor Nelson comentou que laborava com a pesca. O entrevistado não era um pescador profissional (que utilizava desse ofício para contribuir para previdência) e ao mesmo tempo a menção da lavoura perpassa uma

noção de quanto mais trabalho, mais possibilidade de obter dinheiro e, por consequência, possibilidade de sobrevivência. Ao mesmo tempo, se nos dias de hoje a pesca é observada enquanto aspecto turístico de Guaíra, ou seja, a "pesca amadora", também existe a prática da pesca para vender o peixe e para alimentação. Na época que Nelson narra essa realidade era plenamente diferente, ressaltando-se a pesca enquanto possibilidade de proporcionar alimento e ganho de dinheiro.

Entre meados da década de 1950 e 1960, os pescadores profissionais moravam em ilhas do Rio Paraná, porque muitos desses trabalhadores nasceram nesses espaços e continuaram com os modos de vida de seus familiares que já eram ilheis anteriormente. A vivência consistia no cultivo de culturas agrícolas e caça para o consumo, bem como a pesca a partir dos indicativos apresentados.

Durante a década de 1960 em confluência com esse contexto, tanto a Ditadura Civil Militar Brasileira quanto a Ditadura Militar Paraguaia já realizavam acordos e estudos para o aproveitamento elétrico do Rio Paraná e mais especificamente na confluência desse rio com o rio Iguaçu. No ano de 1972 foi firmado o acordo de construção da Usina Hidroelétrica da Itaipu, sendo previsto que a barragem seria edificada no município de Foz de Iguaçu, mas que afetaria o município de Guaíra[15], com o alagamento das Sete Quedas. Dez anos posteriormente da assinatura do acordo (1982), terras agricultáveis que se localizavam na região de Guaíra, ilhas do Rio Paraná, bem como canais foram inundados, situação que afetou grande parte da população que vivia nessas localidades, seja forçando esses sujeitos a se locomoverem para outros espaços onde era possível continuar com os mesmos modos de vida, seja para se movimentarem para a cidade e outras localidades (Laverdi, 2009, p. 6-8), existindo posteriormente a indenização[16] por parte da Itaipu Binacional.

Com o aumento do Rio Paraná e de seus canais nas proximidades de Guaíra e também com o crescimento da migração de trabalhadores que viviam da pesca no meio urbano (Vila dos Pescadores/ Colônia Z-13) ocasionou mudanças nas dinâmicas de trabalho com essa profissão (Sanfelice, 2012). Dentre a primeira delas, o aumento da pescaria e a consolidação da pescaria

[15] Durante o período da Ditadura Civil Militar, o governo federal estabeleceu as "zonas de segurança nacional", espaços de fronteira que compreendiam interesse nacional e que eram geridos diretamente pelo governo ditatorial. Em Guaíra, o prefeito da cidade (Kurt Walter Hasper) foi nomeado pelo presidente da república e mantido no cargo de 1964 até 1985, executando os interesses dos militares, situação relacionada com os acordos da Itaipu. Para conhecer mais do assunto, indico: Silva, 2016.

[16] A indenização foi uma pauta reivindicada por trabalhadores rurais, pescadores e sitiantes que perderam seus meios de trabalho, bem como espaços de moradia, existindo também o apoio da sociedade civil e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Guaíra. Para conhecer mais do assunto, indico: Corrêa, 2013.

amadora/turística, eixo que Nelson vivenciou a laborar tanto com a pesca, quanto com a extração de areia, como será notado em seguida.

A pescaria também foi utilizada por outros trabalhadores que laboravam no campo por exemplo, já que passou existir novos espaços de pesca em decorrência do alagamento das águas do Rio Paraná, onde observaram na pesca não em si uma forma de contribuição da previdência, ou forma de salário, mas sim enquanto complemento do trabalho nos momentos vagos, como foi o caso do senhor Nelson.

Outra consequência principal está relacionada também à extração de areia narrada pelo entrevistado. O trabalho em dragas para essa função começou a ficar mais presente em Guaíra posteriormente ao alagamento. Período onde o primeiro areeiro (Mineradora D'Agostini) se estabeleceu na cidade, mais especificamente no estaleiro da cidade, localidade onde Nelson também começou a laborar. O espaço de tempo da coleta da areia (uma semana) permitia que o entrevistado pescasse, quando este não estivesse laborando com a cultura agrícola do algodão também, como será observado mais à frente.

A prática dessa transitoriedade especificamente em Guaíra também é analisada por outros autores, como Robson Laverdi (2009) que entrevistou um trabalhador que era boia-fria e começou a laborar como pescador profissional posteriormente. Esse trabalhador chegou em um contexto posterior ao alagamento das Sete Quedas. O entrevistado de Robson Laverdi construiu uma experiência diferente da vivida por Nelson, principalmente porque o último pescou em Guaíra entre os primeiros anos da sua chegada (meados de 1960) e no período anterior ao alagamento (começo da década de 1980). Se existe essa diferença, também é possível relacionar que a pesca no presente caso aparece enquanto estratégia provisória de sobrevivência.

Abordando sobre esses trabalhos, o entrevistado ainda utiliza como justificativa "Mas quando eu cheguei aqui, que eu não tinha... que eu não tinha muito conhecimento" (Nelson, 2023). Essa reflexão se apresenta enquanto percepção do presente diante do passado, no caso de eventos que já ocorreram e estão sendo avaliados e reavaliados. Essa percepção é reforçada quando ele menciona logo em sequência do trecho citado que vivia "sempre duro" (gíria para dificuldade financeira). Os recortes da narrativa se relacionam principalmente às primeiras dificuldades sentidas por Nelson, seja porque ele era um trabalhador pobre que necessitava auxiliar no sustento da sua família, ou seja também porque ele tinha acabado de chegar num espaço desconhecido e sem nenhuma rede de sociabilidade que pudesse auxiliá-lo nesse primeiro momento.

Quando Nelson, que no momento anterior da chegada em Guaíra laborava com as culturas agrícolas do café, chegou na cidade, ele laborou com as atividades já indicadas, mas também conciliou isso com a continuação do trabalho no campo. Em certo momento da entrevista, minha mãe questionou o entrevistado sobre a profissão de "gato"[17] que ele exerceu em algumas safras de algodão e ele respondeu

> **Nelson:** É, agora começou as colheitas, aí já... que é rápido também né!? Você sabe que a colheita é rápida né!? nas horas vagas assim aí eu, quando tinha a colheita de algodão eu apenava um pouco a colheita de algodão. Aí eu voltava novamente pras outras, pra pesca e pro
> **Vanderson:** Recolher areia.
> **Nelson:** Huhumm, extração de areia (Nelson, 2023).

Nelson ao laborar como "gato", agenciando trabalhadores da cidade para o campo em uma kombi que ele conseguiu comprar, após alguns anos estando em Guaíra, construiu a transitoriedade do seu trabalho, ao laborar com as culturas agrícolas e sendo intermediador de contratos no campo e trabalhar com a pesca e a extração de areia.

Essas narrativas sugerem, primeiramente, a confluência de temporalidades que é abarcada na construção das memórias do entrevistado. Porque desde que chegou em Guaíra, em fins de 1960, o entrevistado laborou transitando em variados tipos de trabalho, não se fixando num certo "cotidiano", mas sim no trabalho enquanto o propósito da sobrevivência de cada dia, conseguindo o montante de dinheiro durante a safra do algodão, ou ficando sem esse e recorrendo as outras formas já mencionadas. É nesse sentido que a narrativa, bem como a lembrança para o entrevistado não foi pensada enquanto um fato ou situação isolada, mas sim enquanto essa confluência de ações. Esse aspecto não é em si uma exclusividade da entrevista com o senhor Nelson, porém se tornou perceptível nos trechos utilizados na presente pesquisa.

As experiências de trabalho do senhor Nelson também são inquietantes, porque para ele não houve uma separação entre o laborar no campo e o laborar e morar na cidade. Diferente dele, Maria Diaz por exemplo sempre morou no campo e trabalhou quase que exclusivamente com a agricultura, com exceção de "experiências esporádicas", como o trabalho lavando roupas na cidade e enquanto isso, a experiência de Geralda também estava relacionada com isso, pois ela também morou e trabalhou na comunidade no sítio.

É nessa lógica que posso discutir a "transitoriedade", ou melhor, a movimentação, estratégias utilizadas pelos trabalhadores, como Nelson, enquanto forma de aumentar o dinheiro

[17]Trabalhador que intermedia a relação empregatícia entre outros trabalhadores, proprietários de terra e arrendatários. Ou seja, combinando o preço da empreitada, assim como providenciando a contratação dos trabalhadores para as atividades no campo.

recebido ao final do mês, ou da safra, como foi notado. Posso nesse sentido também, estabelecer um diálogo com Raymond Williams (1989), para refletir que o campo, assim como a cidade não se encontram em espaços separados para as possibilidades construídas e almejadas pelo trabalhador, onde existe o espaço geográfico, também existe o espaço social, no qual os sujeitos analisam, tomam as decisões e enfrentam as devidas pressões relacionadas às experiências. É possível notar esses aspectos quando, por exemplo, Nelson, mesmo habituado a laborar no campo, com a cultura do café, morou na cidade, pescando e conciliando isso com o ofício de "gato", posteriormente, também no campo novamente.

Durante o seu período de trabalho em Guaíra, o entrevistado morou na cidade, em espaços como o galpão abandonado da Matte Larangeira por alguns meses e em outras localidades, como em uma casa na Vila do Sapo até o começo dos anos 1980. Porém, desde o começo dos anos 2000, o entrevistado voltou a morar no campo, obtendo do governo estadual o financiamento de uma chácara de três alqueires na comunidade rural "Sítio dos Italianos", espaço onde ele mora apenas com sua segunda esposa. No momento da entrevista, ele já era aposentado e, por isso, indicou como motivação a moradia no campo, enquanto forma de complementar o dinheiro obtido pela aposentadoria, laborando com algumas culturas agrícolas para venda na feira municipal.

A partir das diversidades de trajetórias que foi possível retomar as histórias de Maria Diaz e do senhor Nelson, confluindo para continuar a presente discussão com as experiências de trabalho de Geralda. Para as discussões da narrativa da entrevistada, meu foco foi a relação estabelecida entre o trabalho na comunidade e fora desta, debate que pode ser iniciado com o trecho

> **Vanderson:** Vocês trabalhavam nessa propriedade? Nesses 10 alqueires?
> **Geralda**: Trabalhava. Limpando a mão. Era ali que nós limpava. E nós ia trabalhar pros outros, porque não dava, era muito pouco, basicamente pra comer a comida, quando dava, ainda dava pra comer. Quando ia ter ar, que não dava nem pra comer, não dava. [No] Cruzeirinho a gente trabalhou.
> **Vanderson:** Por lá do Cruzeirinho?
> **Geralda:** Por lá do Liveira
> **Vanderson:** Capivari?
> **Geralda:** Tudo por lá dali tinha serviço que às vezes o caba pegava a terra rendada, chamava nós, nós íamos (Geralda, 2023).

O trabalho na comunidade quilombola, espaço de 10 alqueires mencionado pela entrevistada, sugere pela noção de coletividade. Mesmo sendo algo ensinado desde a infância, também está relacionado pela construção da identidade desse grupo étnico e da questão econômica das relações de trabalho e formas de sobrevivência. A coletividade se apresentou

enquanto forma de socialização dos meios de produção e, por consequência, também a distribuição tanto de culturas agrícolas alimentares (feijão, arroz e outras), quanto culturas agrícolas comerciais (hortelã e algodão) que eram plantadas na propriedade.

O ponto inquietante acerca disso se relaciona à conciliação do trabalho em outras propriedades. Em um primeiro momento essa ação está relacionada a obter mais dinheiro, como forma de aumentar as possibilidades de sobrevivência. Mas isso também sugere uma relação de necessidade, principalmente porque Geralda laborava como diarista para os "vizinhos-empregadores", sendo esses, os mesmos que eram preconceituosos com a comunidade quilombola e que moravam no Maracaju dos Gaúchos.

O trabalho para outros sitiantes na comunidade está relacionado a uma temporalidade específica também. Conforme Geralda foi crescendo, alguns de seus irmãos já laboravam para sitiantes. Porém, foi em meados da década de 1980 especificamente que houve a intensificação dessas ações, principalmente porque foi nesse período que a entrevistada teve que auxiliar a lidar com o acúmulo de dívidas da propriedade (o pagamento do lote, insumos, ferramentas). A motivação para este último está relacionada ao fato que as dívidas pertenciam ao pai de Geralda e com seu falecimento, todos os filhos adquiriram o montante de dívidas que havia sobrado. (Ribeiro, 2018, p. 80-81).

Em certo momento, Geralda narrou que "Aqui não tinha máquina não, era nós mesmos que era a máquina, as turma que era a máquina (Geralda, 2023). No primeiro momento, essa menção sugere a visão comparativa de que quando ela começou a laborar como diarista, as máquinas de fato não eram uma realidade tão frequente no campo, como são presentes em grandes propriedades, ou alugadas por pequenos proprietários no *hoje*. A crescente mecanização do campo, bem como reorganização das formas de produção agrícola também trouxeram consequências para o trabalho na diária que Geralda e seus irmãos realizavam.

As relações mencionadas acerca da comunidade rural Maracaju dos Gaúchos foram afetadas, porque o maquinário agrícola foi utilizado enquanto ferramenta para agilizar a plantação e a colheita, diminuindo de forma progressiva a contratação de trabalhadores para culturas agrícolas como a soja e o milho. No presente momento da entrevista, Geralda não trabalhava no campo, mas seus familiares que moravam na comunidade quilombola, ainda laboravam com culturas agrícolas em outras propriedades, destacando o trabalho com a plantação e colheita da mandioca, produção que na região Oeste do Paraná não é mecanizada.

Um ponto importante que é necessário ser destacado nesse momento é a diferenciação dos modos de vida de trabalhadores, como Geralda e seus familiares em decorrência da identidade quilombola. Esse ponto influenciou dinâmicas e também contribuiu com percepções

entre o *ver* e o *trabalhar* na terra. Jéssica de Lima da Silva ao abordar sobre o significado da terra para quilombolas, menciona que essa não é vista como "lucro, status social, mercadoria. Ela é um conjunto de relações vividas [...] pautado nas relações de parentesco" (Silva, 2015, p. 90). A partir do debate com a autora, é possível notar que o trabalho na terra, especificamente dentro da comunidade Manuel Ciriaco dos Santos está imbricado em pensá-lo enquanto formador para a vivência das pessoas a partir de uma concepção coletiva.

Diferente de uma visão estritamente capitalista, onde a terra, na visão de latifundiários, é pensada enquanto espaço de obtenção de recursos e meio de "produzir" dinheiro e enriquecimento, a terra, na concepção mencionada, sugere esta enquanto forma de viver, em outras palavras, que está imbricado na vivência da comunidade, sendo uma "raiz cultural" para manutenção dos modos de vida dos quilombolas.

Em contrapartida a esses pontos, a partir da narrativa de Geralda, é possível notar o trabalho na propriedade de outros sujeitos a partir de uma perspectiva diferente da analisada por Jéssica de Lima da Silva. Essa dialética da noção da terra sugere relações diferentes estabelecidas, mas ao mesmo tempo indica a complexidade de percepções e de usos desse espaço.

Geralda laborou como diarista rural, ofício que Sebastião também realizou em sua dinâmica de estabelecimento em Guaíra em conjunto com sua família. Um eixo inquietante acerca da narrativa do entrevistado foi quando ele comentou sobre as relações de trabalho estabelecidas com a cultura agrícola da hortelã. Ao narrar isso, Sebastião apresentou que

> **Sebastião:** foi sofrido viu Vanderson. Pra hoje, as turmas fala assim "Pra tar nessa situação que ta hoje, o Brasil foi muito pra frente, porque antigamente era muito sofrido" viu Vanderson. Era tudo com maquinário tudo ruim, era, era tudo braçal. Aquele dia eu tava falando pro seu pai aqui né!? No tempo do hortelã, o que foi de sofrimento Vanderson, onde que eu fiquei seis meses sem voltar em casa, seis meses.
> **Vanderson:** Por quê?
> **Sebastião:** Porque tinha que trabalhar direto, hortelã não da tempo Vanderson, hortelã você tá colhendo, tem que limpando, ajeitando, é dia e noite aquele troço lá, então chegava um momento que não dava tempo pra vim em casa, enquanto a gente não vinha aqui em casa descansava na fazenda, pousava na fazenda, a fazenda tinha de tudo (Sebastião, 2023).

Segundo o entrevistado, essa experiência de trabalho ocorreu quando ele estava com 21 anos de idade e estava trabalhando em um empreita de mais de seis meses na colheita da hortelã em uma propriedade de 190 alqueires, no qual o dono era ascendente de portugueses que se mudaram para Guaíra nos primeiros anos da década de 1950.

Quando o entrevistado comenta “É o dia e a noite aquele troço lá” (Sebastião, 2023) não é apenas uma figura de linguagem, mas sim uma narrativa literal sobre o trabalho. Isso, deve-se ao motivo que durante o dia Sebastião rastelava, limpava e colhia enquanto a noite e de madrugada ele laborava no alambique que existia na fazenda. Esse último maquinário era utilizado para produção do óleo de hortelã, artigo que era comercializado na região local entre vizinhos, mas também transportado em caminhões em espaços próximos (Marechal Cândido Rondon; na sede de Guaíra, entre outros locais). Essa situação de morar na fazenda sugere dinâmicas paternalistas que perpassam por relações de exploração. Desse modo, o próprio entrevistado reconhece a “desgraça” ao ter vivenciado essa forma de trabalho penosa ao comparar que “Pra tar nessa situação que ta hoje, o Brasil foi muito pra frente, porque antigamente era muito sofrido”.

O entrevistado vivenciou o trabalho narrado “apenas” por seis meses, ou seja construindo um significado para a exploração de laborar com a cultura agrícola da hortelã. No primeiro momento, isso sugere, em parte, que a condição dele está diferente, se não melhor quando comparada com o tempo narrado, como a própria comparação que ele realiza. Nessa perspectiva, Sebastião, ao narrar que na fazenda tinha de tudo (comida e alojamentos para dormir), está relacionado ao fato do proprietário prover a alimentação e acomodação em decorrência da constante rotina de trabalho envolvendo a hortelã. Em outras palavras, por mais que o entrevistado aproveitava os “benefícios” de se morar na propriedade, estes estavam atrelados ao cerceamento de ficar seis meses sem voltar para casa por conta do trabalho de mais de doze horas por dia, durante todos os dias da semana.

Essa relação possui aproximações, com as relações de trabalho vivenciadas por Maria Diaz e seu marido ao laborar na propriedade em Colorado do Oeste-RO, mas ao mesmo tempo, possui divergências por conta de Sebastião ter recebido vencimentos referentes ao trabalho e não ter sido expulso apenas com a roupa do corpo, aspecto que ele indica em outro trecho da entrevista.

Outro diferencial também está relacionado à própria forma como Sebastião significou o trabalho com essa atividade produtiva agrícola específica (a hortelã). O fato do entrevistado ter laborado no emprego de forma penosa e ou por seis meses seguidos influenciou esse ponto porque o entrevistado não foi detalhista, nem quis me contar nenhuma outra experiência envolvendo o trabalho com culturas agrícolas. Ao mesmo tempo, apesar de existirem culturas agrícolas que tem dinâmicas similares, seja no momento da plantação, ou da colheita, esse não foi o caso da hortelã em decorrência da própria fala do entrevistado.

Nesse sentido, cidade e campo não se encontram separados sob o ponto de vista econômico e social, eles se integram indistintamente ao processo de acumulação de capitais, seja na produção de mercadorias agrícolas, de produtos manufaturados, na constituição do tecido social urbano que abastece as fábricas da cidade ou nos espaços rurais cujas dinâmicas de produção se articulam às demandas mercado forjando inclusive ocupações precárias e sazonais como as dos "boias-frias".

A integração do trabalho de pessoas como as entrevistadas por mim à plantação do algodão, da hortelã e da soja no processo de ocupação das terras dos Oeste do Paraná subordinou as práticas tradicionais de subsistência como a caça, realizada por famílias como Geralda ou Maria Diaz, ou a pesca praticada por Nelson, bem como os afazeres domésticos como o trato com roçados para a subsistência e a criação de animais. Tais atividades passavam a ser subordinadas atividades monocultoras e pressionavam o engajamento familiar em diversas ocupações independente de uma classificação etária. Nesse sentido, sublinhamos a ideia de que os espaços sociais são consequências históricas e, em permanente mudança, de trajetórias das pessoas que cumpriram importante papel na ocupação destes mesmos espaços.

CAPÍTULO II

"O BOIA-FRIA SÓ TEM O DIA, A NOITE E DEUS QUE OLHA DE VEZ EM QUANDO PRA ELE": TRABALHO DESDE A INFÂNCIA, RELAÇÕES FAMILIARES E SIGNIFICADOS DA EXPLORAÇÃO

E todo dia antes do sol sair
Eu trabalhava sem me distrair
Às vezes acho que não vai dar pé
Eu queria fugir mas onde eu estiver
Eu sei muito bem o que ele quis dizer
Meu pai, eu me lembro não me deixa esquecer

E então um dia uma forte chuva veio
E acabou com o trabalho de um ano inteiro
E aos treze anos de idade, eu sentia o peso do mundo em minhas costas
Eu queria jogar, mas perdi a aposta
E trabalhava feito burro nos campos

(Marvin – Titãs, 1984)

Na presente epígrafe, um trecho da música Marvin, abordam-se questões relacionadas ao trabalho infantil e às pressões familiares de um jovem trabalhador que "sente todo o peso em suas costas". Não obstante, o sentimento que a música traz à tona é de um cotidiano marcado pela exploração. A música trata dos dilemas de um jovem de 13 anos que teve que lidar com o trabalho pesado na roça. Para Marvin, trabalhar como um "burro nos campos" traduzia a vida "dura" e de "aperto" que os trabalhadores rurais experimentavam nos anos de 1980, quando a expansão do latifúndio exigia - em paralelo - a superexploração dos trabalhadores rurais e de sua estrutura familiar. Muitas vezes, a "fuga", pensada por Marvin, materializou-se para pessoas iguais ao personagem, na busca por alternativas. "Trabalhar para os outros" parece ter sido uma experiência comum cuja consequência foi a consolidação dos "boias-frias" nos campos.

Sempre gostei das canções mais conhecidas da banda Titãs e outras bandas de rock nacional. Geralmente ouvia a música "Marvin" de 1984 de forma lúdica, não me atendo aos significados que reverberaram ao trabalho de sujeitos no meio rural. Foi com a presente pesquisa, bem como proposta temática que me atentei a utilizar esse recorte da música por abarcar os pontos que até não observava na dinâmica de Guaíra. Desse modo, no presente capítulo, discuto experiências de trabalho no meio agrário a partir do recorte temporal entre as décadas de 1960 e 2019. Trata-se de período histórico em que estão assentadas as experiências

que compõem a trajetória social das pessoas que entrevistei. Ao longo deste capítulo analiso seis entrevistas de trabalhadores. Todas elas se relacionam ao modo de vida do trabalhador do campo: trabalho rural e relações familiares. A relação entre o trabalho familiar e o trabalhar desde a infância são os principais eixos problemáticos que norteiam o texto.

Ao analisar essa questão, problematizo como são construídas as individualidades, as interpretações que pessoas como Maria Diaz, Sebastião, Nelson e Geralda produzem sobre suas próprias experiências com o trabalho infantil ao problematizar questões como trabalho, as pressões, os afetos e suas contradições. Como indiquei na Apresentação, busquei no primeiro momento construir uma problemática em torno da seguinte questão: *como as relações sociais e experiências de trabalho eram estabelecidas e vividas nas relações de exploração?* - e algo que estava sempre presente nas narrativas dos sujeitos que entrevistei eram as relações familiares no campo.

A partir desse foco que se relaciona com o presente capítulo, questionei *como são construídas as experiências de sujeitos que laboraram com os familiares e para outros proprietários* e *como foram construídas as vivências e significados do trabalho desde a infância que perpassam as relações familiares?*

Ao conversar com Maria Diaz, entrevistada que teve sua trajetória narrada no primeiro capítulo, descobri que ela se aposentou aos 62 anos de idade, em 2020, utilizando notas de produção rural colhidas ao longo dos períodos laborados no campo pelo FUNRURAL e por tempo de contribuição. Refletindo sobre esse processo de aposentadoria, Maria Diaz me disse que poderia ter se aposentado aos 55 anos, mas por certos problemas relacionados ao cadastro das notas de colheita, houve sete anos que não foram contados nesse processo. Abordando sobre isso, chegamos no seguinte diálogo

> **Vanderson:** Então teve sete anos que você trabalhou
> **Maria Diaz:** Perdido...
> **Vanderson:** Não contou na aposentadoria, mas você tava lá trabalhando, ralando. Sete anos? Então você começou a trabalhar com o que? nove anos... não antes...
> **Maria Diaz:** Antes dos nove anos, rapaz! Lá em casa nóis era pequenininho de seis, cinco, seis anos, pai já ponha... que plantava algodão né!? Aí plantava carreira de feijão no meio, então nóis ia novinho pra lá desenrolar os fiapos do... algodão... do feijão que estava subindo no algodão pra separar do lado. Enquanto podia pegar uma enxada nós íamos pro mato... o veio... a escola que ele dava pra 'nois' era a enxada mesmo, quando eu fui para escola pela primeira vez eu tinha dez anos de idade, antes eu não conseguia, não tinha escola perto (Maria Diaz, 2022).

A entrevistada começou a ajudar sua família na posse desde os seis anos de idade e quando conversamos sobre a aposentadoria ela expressa indignação por conta do meu comentário sobre os setes anos que não contaram para a aposentadoria. Ao expressar esse sentimento ela está se autoafirmando enquanto trabalhadora, mas ao mesmo tempo está afirmando sobre as relações familiares que Antônio (pai de Maria Diaz) estabelecia para ela.

O algodão mencionado trata-se de uma cultura comercial e o feijão era uma plantação voltada principalmente para o consumo na família da entrevistada. Essa cultura começou a ser cultivada na região do Oeste do Paraná no começo da década de 1960, perpetuando-se até finais do século XX e estava relacionada à economia local, porque todos os entrevistados que tive contato laboraram durante safras nessa cultura. A época da plantação ocorria entre os meses de novembro e dezembro e a colheita era realizada em meados do outono e começo do inverno (Massuda, 2005). Maria Diaz em outros momentos da entrevista não descartou a possibilidade de narrar acerca das dificuldades de trabalhar com essa cultura, mencionando em alguns momentos os calos e cortes que eram deixados pela bolota do algodão. Na época da colheita dessa cultura, a copa da planta ficava seca, tornando-se afiada e áspera, o que raspava e cortava, complementando essa situação, o pagamento dessa cultura comercial era realizado por arrouba (15 quilos), existindo a necessidade de coleta do algodão em grande quantidade.

O entrelaçamento comentado por Maria Diaz é uma prática tradicional exposta na praticidade de cuidar de duas culturas agrícolas ao mesmo tempo e na economia de insumos, algo que outros entrevistados também comentaram que realizavam. Corroborando com esse ponto, Angelo Priori (1996, p. 21-22) menciona casos de parceiros rurais no Norte do Paraná que plantavam culturas (como feijão em conjunto com pés de café), mencionando que esse objetivo permitia que os trabalhadores gastassem menos tempo nesse processo, produzindo mais culturas, obtendo mais dinheiro para a família.

Contudo, a partir da análise dessa prática e narrativa, é possível notar os aprendizados relacionados com o trabalho desde a infância (cinco, seis anos, como indicado pela entrevistada) ao ajudar sua família, arrancando os fiapos do algodão encontrados no feijão para facilitar o consumo posteriormente. A partir disso, Maria Diaz e seus irmãos também podiam auxiliar seus pais, ao realizar uma atividade que não exigia muito esforço, economizando, dessa forma, o tempo de trabalho que os seus familiares possuíam para laborar na roça de vizinhos ou no cuidado da própria posse desses sujeitos.

A relação sugerida por Maria Diaz, na minha concepção reflete o *trabalhar* de modo a auxiliar seus pais. Esse trabalho propriamente não está relacionado a um aspecto monetário e ou financeiro, apesar de que posteriormente o algodão cuidado em parte pela entrevistada e seus

irmãos seria vendido. Desse modo, o trabalho desde a infância na presente pesquisa se apresenta enquanto a construção de experiências na infância e adolescência a partir do trabalho com os pais, bem como está imbricado nas formas de aprendizado e trabalho para outros sujeitos.

Ao mesmo tempo, é necessário delimitar que o trabalho desde infância analisado nas narrativas de Maria Diaz e dos outros entrevistados, não é um sinônimo de trabalho infantil, como o penalizado pela legislação vigente. Esses eixos foram debatidos mais para frente no texto, porém na presente pesquisa, proponho-me a entender quais foram os significados em torno dessas experiências na infância, assim como, entender quais eram as condições com as quais os entrevistados e seus familiares se encontravam para laborar em conjunto.

Maria Diaz sugere algumas dessas dinâmicas ao comentar por exemplo que "o véio... a escola que ele dava pra nóis era a enxada mesmo", e esse ponto é corroborado com o fato dela comentar que começou a estudar com dez anos. No primeiro momento, a conclusão mais básica sobre o que ela estava narrando indica a dificuldade de acesso a uma escola ou similar para o aprendizado da leitura e da realização de contas matemáticas no campo. Essa problemática, poderia ser corroborada com a discussão apresentada no primeiro capítulo, onde discuti sobre como e quais eram as motivações para a Gleba Jaraguá (onde a entrevistada morava) ter sido um espaço com falta de infraestrutura básica e, por consequência, a falta de uma escola.

Porém, se essa fala sugere uma noção econômica, ou seja, relacionada à condição financeira da entrevistada, o que indica outra coisa, sendo as relações morais presentes na relação familiar que perpassaram o trabalho. O trabalho no modo de vida de Maria Diaz não foi visto apenas enquanto forma de obtenção de dinheiro, mas sim enquanto forma de aprendizado, a saber trabalhar para sobreviver na condição com a qual os pais de Maria Diaz e ela viviam em Guaíra.

Quando conversei com Maria Diaz sobre suas experiências na infância que se relacionavam ao espaço ao qual ela morava, discutimos sobre as condições de moradia, mas também sobre geadas que matavam a plantação e grandes chuvas que dificultavam a passagem de pessoas. Em uma narrativa quando ela morava em Terra Roxa-PR, esse diálogo tomou um rumo diferente quando ela abordou que

> **Maria Diaz:** Dava muita geada, muita geada. E 'nois de manhã cedo, 'nois' tinha aquela... quando 'nois viemo' pra Terra Roxa ali, então a carne era escassa né!? Então 'nois' armava arapuca, não sei se você já viu aquelas arapucas de madeira. Aí 'nois' levantava cedinho, meu irmão descalço e ele tinha 8, 10 arapuquinha armada nos matos ia lá pegar aqueles Inhambuguaçu grandão assim.
> **Vanderson:** O que é um Inhambuguaçu?

> **Maria Diaz:** Inhambuguaçu é um Inhambuzão da canela, tipo um inhambuzim que tem hoje aqui, 'se' já viu aquele inhambuzim anda por aí? (Maria Diaz, 2022).

Maria Diaz narra, no trecho, que armava armadilhas junto de seu irmão para caçar inhambuguaçus em Terra Roxa, uma ave similar a uma codorna e ou perdiz de porte pequeno. A menção ao animal sugere a grande vegetação da região Oeste, partindo do pressuposto que essa ave vivia principalmente na região de Mata Atlântica primária, confluindo com o fato de que atualmente há poucos relatos da aparição dessas aves no campo, ou até em espaços onde há mais abrangência da flora em Guaíra e Terra Roxa.

A entrevistada tinha entre dez e onze anos nessa época e seu irmão estava na mesma faixa etária. A motivação mencionada que se relaciona com a possível falta de carne na dieta da família dela é a construção da memória, porque mesmo falando do seu passado para mim, Maria Diaz estava elaborando e reelaborando suas próprias noções sobre os tempos nos quais ela era uma adolescente. A falta de fonte de proteína animal sempre esteve presente na memória da entrevistada. Trata-se de uma lembrança marcante para ela e ao mesmo tempo reforça práticas costumeiras dos trabalhadores como a caça. Paradoxalmente, quanto mais desenvolvia o agronegócio no campo, mais trabalhadores como Maria Diaz voltavam-se às práticas costumeiras como a pesca e a caça como recurso da composição alimentar. Nesse sentido, a escassez do acesso à carne parece ter marcado boa parte da vida dos entrevistados e reforçado costumes do passado. Esse elemento cultural, qual seja modo de vida, de trabalho e de luta pela sobrevivência, atravessou a vida dessas pessoas e hoje serve de parâmetro para enfatizar uma época "sofrida". Além disso, contrair dívidas não foi algo incomum, como, por exemplo, quando o pai de Maria Diaz adquiriu três alqueires de terra na região de Terra Roxa o que exigiu da família maiores esforços para quitar as parcelas da terra comprada.

O trabalhar de acordo com a discussão apresentada, embora possa ser explicitada por alguns entrevistados como emblemas de uma vida marcada por relativa autonomia ou até mesmo lazer como o exercício da memória parece ressignificar com certa satisfação ao vasculhar as "arapucas" dos inhambuguaçu. Contudo, sob o ponto de vista social, tais práticas estavam ancoradas às inciativas de sobrevivência familiar, ou seja, "tensa"[18] , em contexto

[18] A palavra se apresenta em aspas, pois possui na discussão um significado em parte parecido com o conceito de penosidade. O motivo para a não utilização da palavra "penosa" e ou "penosidade" no texto, deriva-se principalmente porque essa noção sugere um esforço de trabalho além da possibilidade da força física, e ou do limite corporal, o que não é a ideia que busco trazer. Compreendo que a rotina de trabalho no campo de crianças entre cinco ou seis anos de idade não era a mesma de um adulto no auge da força física por exemplo. Mesmo que possa ter existido casos em Guaíra no período abarcado, não era prática recorrente entre os familiares a partir de evidências consultadas para a produção da pesquisa.

histórico marcado pelo esforço de trabalhadores para permanecer em uma região hostil aos de fora.

Quando me referi sobre as condições sociais da família de Maria Diaz, relacionada à narrativa abordada, também estou refletindo sobre o trabalho. Nesse sentido, talvez seja um ponto de vista controverso, mas entendo que o espaço de moradia, apresentado no caso aqui enquanto propriedade e ou posse da terra é um ponto que influência as dinâmicas de laborar com os familiares. Notei essa diferença na narrativa de trabalhadores como Maria Diaz que morou numa posse durante a infância e em narrativas de outros entrevistados que cresceram em espaços como a propriedade, ou seja, espaço na terra com a escritura.

Para refletir sobre esse debate, menciono um trecho do texto de José de Souza Martins que analisou o trabalho desde a infância no norte do Brasil e relaciona também com as implicações de não possuir a terra regularizada, como era o caso da entrevistada influenciam as dinâmicas construídas em torno do trabalho: "Aqui [no caso analisado] a infância não é definida pela condição do herdeiro, que justifica o trabalho da família para acumular a herança a ser repartida na maioridade dos filhos. Aqui não há herdeiros porque não há o que herdar" (Martins, 2024, p. 116).

Nesse trecho específico, Martins analisou relatos de crianças e adolescentes na faixa etária entre 10 e 14 anos, em conjunto a seu pai e ou mãe. Esses sujeitos vieram do estado do Maranhão e migraram para outras regiões do nordeste e para o norte do Brasil em conjunto com seus familiares que eram posseiros. O que o sociólogo sugere nesse trecho são as diferentes percepções da infância que se relacionam com as condições sociais e como esse período foi sentido e vivido por crianças que ficaram em constante migração.

A falta da existência da herança ou do herdeiro que o autor menciona se relaciona com a falta da escritura da terra, em outras palavras a propriedade, mas ao mesmo tempo se relaciona com as incertezas de morar na posse, como confisco e expulsão da terra pelo Estado, a grilagem e a ameaça de jagunços. Dialogo, em parte, com a análise de Martins, entendendo que o trabalho desde a infância se relacionava com o propósito pela sobrevivência do conjunto da família. Mas, ao mesmo tempo, também é possível observar que o trabalho, como o exercido por Maria Diaz também era uma forma dela construir independência caso não fosse possível contar com os pais.

Desse modo, a sobrevivência e propósito de aprendizado se constitui enquanto confluência de crianças de famílias pobres que necessitavam de auxiliar no sustento da casa, aspecto que se relaciona com as condições sociais e os modos de vida de camponeses. Mencionei isso porque Maria Diaz foi posseira, mas em uma trajetória diferente e em condições

financeiras parecidas, Valdir também teve que laborar quando criança, mas ele era sem-terra, morando em várias localidades onde trabalhava com os pais.

Valdir nasceu em fevereiro de 1964, próximo ao quartel militar da cidade de Guaíra. Ele tinha sete irmãos, sendo que sua mãe era dona de casa e seu pai era trabalhador rural. Como eles moravam perto do quartel, conforme Valdir narrou para mim, às vezes, a mãe dele lavava as fardas militares em troca de ossos de boi que sobravam da cantina militar. Ele também me contou que seu pai trabalhou em uma empreita sozinho para limpar 1,5 alqueire de vegetação próximo ao quartel militar em troca de diárias. Quando conversei com ele, em setembro de 2023, Valdir morava em uma vila rural próxima ao Distrito de Oliveira Castro (20 km da sede - Guaíra). Ele não quis conceder a entrevista gravada, por receio de perder a aposentadoria por invalidez, porque ele desenvolveu Mal de Parkinson, mas me permitiu utilizar as anotações desde que eu utilizasse um pseudônimo.

Valdir (2023) assim como Maria Diaz, contaram-me que também auxiliava seus pais em atividades domésticas desde os seis anos de idade, como limpar a casa e cuidar dos animais que a família conseguia para o "gasto" (criação de animais e cultura agrícola para o consumo familiar). Ele narrou que com sete anos de idade já ia com seu pai e irmãos a sítios próximos para ajudar na colheita de soja manual, cortando feixes menores que haviam nascido fora das carreiras das plantações de sitiantes. Valdir também intercalava isso com a função de "bombeiro" (carregador de água) para ajudar seus familiares especificamente.

Posteriormente, a família de Valdir (2023) se mudou para um local chamado "Cem alqueire". O espaço tratava-se de uma propriedade pertencente a uma família que contratou várias pessoas e distribuiu pequenas propriedades para a limpeza da vegetação e início da plantação na região do distrito Oliveira Castro (a 15 quilômetros da sede - Guaíra). Valdir, nessa época, estava com 12 anos e trabalhava com sua família em seis alqueires arrendados, laborando em diárias rurais para outros sujeitos que moravam na região. Valdir me contou que viver no local era uma situação bastante instável porque o contrato realizado em "Cem alqueires" era válido apenas até a limpeza do local e a plantação por três anos.

Vagner Moreira (2023) ao comentar as atribuições sobre o uso do termo "colono", bem como seus significados e os embates de narrativas e percepções que esteve e está envolto no processo de (re)ocupação do Oeste do Paraná a partir da década de 1950, mencionou que

> E ocultação dos trabalhadores rurais sem terra no trabalho de formação das propriedades que, que incluía o desmatamento e o plantio da área por um a três anos como arrendatários e parceiros, assim como o silêncio sobre os

> movimentos sociais sobre os direitos trabalhistas e na luta pela terra (Moreira, 2023, p. 24).

Concordo com Moreira, ao indicar um processo de ocultação das histórias de trabalhadores sem-terra na região Oeste do Paraná, bem como do período abarcado. Quando revisitei a historiografia local, já mencionada anteriormente na Apresentação, não me deparei com histórias de trabalhadores, como Valdir e como seu trabalho em conjunto com a família, quando eles laboraram na posse arrendada de "Cem alqueires" por três anos. Desse modo, por exemplo, os historiadores que construíram essa tentativa de abordar as histórias de Guaíra, elegeram um grupo de "colonizadores" para pensar o processo a partir da emancipação do município em 1951 e, por consequência, não lidaram com as histórias desses trabalhadores que também laboraram nessa região.

Para pensar sobre a subjetividade, bem como trajetória de Valdir nesse espaço, trago um mapa da região do distrito (Imagem 7) onde ficava "Cem alqueires", onde o entrevistado construiu outras experiências narradas, bem como na localidade que o entrevistado mora atualmente.

IMAGEM 7- Mapa do Distrito de Oliveira Castro, em destaque parcial a região da fazenda "100 Alqueires" no canto inferir esquerdo

Fonte: https://maps.app.goo.gl/MK4k4M5tyzk8HMBT9 (2024).

A comunidade Doutor Oliveira Castro foi construída como um entreposto pela Companhia Matte Larangeira na década de 1920, para utilização de transporte e escoamento de erva mate e madeira. Após a emancipação de Guaíra, esse local se tornou um distrito (especificamente em 1957), no qual o foco continuou sendo a atividade extrativista agrícola.

Valdir morando e trabalhando em “Cem Alqueires”, vivenciou muitas incertezas por conta das dificuldades de plantio, ao mesmo tempo relacionado com as instabilidades do contrato particular que foi estabelecido entre seus familiares e o proprietário. Dentre essas instabilidades, é possível considerar o fato do acordo ter sido firmado apenas verbalmente, o que possibilitava a fácil rescisão do contrato particular e, por consequência, a expulsão da terra.

Ao comentar sobre as culturas agrícolas, como soja, hortelã e algodão que eram comercializadas localmente em Guaíra, Valdir insistiu em mostrar as mãos, como forma de provar as cicatrizes deixadas nos dedos que envolveram o trabalho com a colheita. Ele lembrou disso enquanto um resquício do sofrimento que ele vivenciou nas muitas reviravoltas da trajetória que ele construiu. Ao mesmo tempo, a perspectiva de lembrar disso e mostrar as cicatrizes sugere o propósito também de lembrar de um período onde ele não tinha uma doença degenerativa, como o Mal de Parkinson. Em outras palavras, ao construir essas memórias, Valdir buscou contrapor em sua narrativa o “ontem”, no qual ele necessitava trabalhar, mas tinha saúde e também podia contar com o cuidado dos pais quando criança e o *hoje* no qual ele é aposentado, mas depende de sua esposa para fazer certas coisas dentro de casa por causa da sua doença.

Maria Diaz e Valdir auxiliaram os pais, laborando como podiam por necessidade de sobrevivência, tema que ficou bastante imbricado na fala de ambos quando, por exemplo, Maria Diaz mencionou o trabalho de catar fios de algodão do feijão ou caçar e armar arapucas para inhambuguaçus, ou Valdir quando falou que com seis anos de idade já colhia soja em conjunto aos pais para dar conta do serviço empreitado. Ambos os trabalhadores vieram de famílias de posseiros ou moravam onde podiam a depender do trabalho. Para realizar a contraposição relacionada com a condição social que indiquei anteriormente, apresento a narrativa de João Paulo, o próximo entrevistado.

Ele nasceu em 1958, em Buritizal, no nordeste do estado de São Paulo, vindo para Guaíra com seu avô-paterno, tios e primos, em 1964. Seu pai já era falecido quando ele realizou esse deslocamento e sua mãe ficou em Buritizal porque havia se casado novamente. O entrevistado também disse que a vinda para Guaíra foi motivada, porque seus familiares haviam comprado 40 alqueires de terra na região da comunidade rural “Cruzeirinho” (10 km da sede – Guaíra).

Essa família conseguiu aumentar o patrimônio dessa terra e no momento do primeiro inventário dos bens, após o falecimento da avó-paterna de João Paulo, em 1984, essa propriedade contava com 120 alqueires. Esses alqueires foram divididos entre toda família e enquanto os tios de João Paulo obtiveram 20 alqueires cada, ele e sua mãe herdaram sete

alqueires. Nesse momento o entrevistado já era casado e laborava nesse espaço, arrendando a terra para sua mãe e um irmão.

A seguir apresento uma fotografia (Imagem 8) da família Paludo para pensar dinâmicas que estavam envoltas no trabalho e na condição social observada também pela família de João Paulo. Com isso, tenho como propósito, busco construir a "imaginação histórica", quanto utilizar a fotografia enquanto possível fonte de análise.

IMAGEM 8 – Fotografia da família Paludo nas proximidades do Maracaju Dos Gaúchos em Guaíra (Entre 1962 e 1970)

Fonte: Acervo pessoal da família Paludo (2024).

A imagem é uma cópia digitalizada que foi feita pela minha mãe há mais de dez anos atrás, mas que me instigou a refletir sobre as dinâmicas familiar e, por consequência, a condição social que famílias como a de João Paulo e os Paludo construíram ao chegarem em Guaíra. Conversei com um dos membros dessa última família, mas não me ative a questionar sobre quem eram os sujeitos expostos na fotografia apresentada, ou nas outras sete que compõe esse acervo.

Porém, é possível notar um homem segurando uma espingarda, cinco crianças e três mulheres e todos estão posando para fotografia logo ao lado de uma casa de madeira. O fato dessas pessoas estarem realizando algumas poses pode estar relacionado com a dificuldade tecnológica e econômica de conseguir câmeras fotográficas para fotografar as famílias no período abarcado (década de 1960/70). Ao mesmo tempo, há na imagem bastante lenha e árvores caídas, próximas da casa, havendo em contrapartida grande vegetação ao fundo da foto. Esses dois pontos indicam o espaço de exploração da madeira, sugerindo também as ações

desmatamento de árvores e abertura da vegetação para o estabelecimento de famílias, quando chegaram em Guaíra.

Essa fotografia foi tirada entre às décadas de 1960/70 próxima da Comunidade Rural "Maracaju dos Gaúchos" (Guaíra), que como foi visto ao longo do primeiro capítulo, foi ocupado tanto por migrantes de ascendência italiana, quanto por quilombolas. O Maracaju dos Gaúchos fica cerca de 20 quilômetros do Cruzeirinho, comunidade onde João Paulo viveu com seus familiares na infância.

Assim, apesar dessa imagem não ter sido fotografada na mesma comunidade onde João Paulo construiu suas vivências, esse espaço tem certas convergências que podem ser destacadas e que podem auxiliar a compreensão de dinâmicas construídas pelo entrevistado. A primeira delas é a etnia que ocupou esse espaço. Tanto no Maracaju dos Gaúchos, quanto no Cruzeirinho houve predominância da população de ascendentes de italianos, como era o próprio caso de João Paulo. Ao mesmo tempo, é possível destacar também a própria divisão da terra, realizada por duas empresas colonizadores diferentes, mas que utilizaram a mesma estrutura de repartição da terra, ou seja 10 alqueires por família de pequenos produtores rurais (Scheiner, 1994).

Nesse sentido, a confluência da família Paludo, com a família de João Paulo é observada principalmente pelos modos de vida compartilhados, seja quando por exemplo ambas as famílias migraram de lugares variados para chegarem em Guaíra na década de 1960, ou também como pessoas que moravam no campo, tendo como princípio a economia familiar[19], bem como moravam na propriedade com escritura.

Minha primeira entrevista com João Paulo, ocorreu em março de 2023 no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaíra. O entrevistado é o atual presidente do sindicato e concordou em me conceder a entrevista porque ele é um amigo dos meus pais. Antes de iniciar a gravação, conversamos sobre as minhas ideias para a pesquisa e João Paulo ao saber disso me disse que com sete anos já havia começado a trabalhar. No momento da entrevista, quando questionei ele novamente sobre isso ele me disse que

> **João Paulo:** Sim... quando eu vim pro Paraná, [com sete anos] eu já apartava bezerro, tratava das vacas, levava almoço na roça pros meus tios.
> **Vanderson:** Ah sim, então você ajudava...
> **João Paulo:** Sim, sim. Naquela época era tudo manual, né!? Não era igual hoje.
> **Vanderson:** E assim... vocês vieram pra cá em Guaíra, exatamente ou seu avô comprou terras em outro lugar depois veio 'pra cá?

[19] Antônio Candido (2001) ao analisar modos de vida de parceiros rurais na região rural de Bofete no interior do estado de São Paulo, utiliza o conceito de "economia fechada" para definir as relações intercambiais entre os sujeitos que moravam em Bofete.

> **João Paulo:** Não. Saímos de Buritizal e 'viemos' aqui 'pro' lugar que temos terra até hoje aqui em Guaíra.
> **Vanderson:** Entendi. E era... como que foi essa compra? Tipo
> **João Paulo:** A... o pouco que eu sei da compra Vanderson, eles comprou de uma empresa, Matte Laranjeira, né!? (João Paulo, 2023).

O entrevistado começa mencionando a sua chegada em Guaíra que ocorreu em 1964, como foi abordado logo acima. O fato do entrevistado e sua família terem vindo para essa localidade na década de 1960, permeia o processo mais amplo de ocupação na região do Oeste do Paraná, como discutido na Apresentação da presente dissertação.

João Paulo narra que apartava bezerras e levava almoço para os tios que trabalhavam na roça e a partir da ponderação que realizei ele comparou o seu passado ao comentar o "naquela época era tudo manual, né". Essa comparação em um primeiro momento, sugere uma justificativa ao meu comentário, mas ao mesmo tempo não é apenas isso, pois perpassa também pela interpretação do presente do entrevistado. Ele labora com criação de animais e ainda mora no sítio, observando dinâmicas que se modicaram. Dentre elas por exemplo, a reorganização das formas de produção e abate de animais a partir da década de 1990 (Moreira, 2023, p.21).

É possível notar que João Paulo também tinha uma condição social melhor[20] que Valdir e Maria Diaz, principalmente pelo fato de seu avô ter conseguido investir em quatro vezes o tamanho da estrutura de divisão de terras (40 alqueires) no momento da chegada a Guaíra. Esse último ponto também está relacionado com o número de familiares que acompanhou essa família para a propriedade, pois como indicado pelo próprio João Paulo em outros momentos da entrevista, seus familiares vieram para Guaíra num grupo com mais de dez parentes.

Em consonância com isso, João Paulo elucida que a propriedade foi vendida pela Matte Larangeira, empresa já mencionada anteriormente, mas que possuía corretores que percorreram partes do Paraná e regiões de São Paulo (Gregory; Schallenberger, 2008). A partir dessa informação, é possível partir do pressuposto que o contato entre a família de João Paulo e a empresa-obrage foi intermediado por um corretor que influenciou a vinda da família também. Esse ponto sugere uma prática que também ocorria com outras famílias, em outras palavras, algo que influenciou a vinda de trabalhadores para Guaíra.

O fato da empresa possuir cinco glebas e poder regular a venda de títulos de terra influenciou na obtenção dos quarenta alqueires. A realização dessa compra, a partir da forma que foi feita sugere um processo mais complexo e específico do que a generalização proposta

[20] João Paulo em certo momento mencionou que seu avô tinha condições financeiras boas para comprar essa quantidade de terras, comparando isso com o fato dos seus familiares terem alguns carros e um "jeepão" e mais propriedades (João Paulo, 2023) na década de 1960.

por Scheiner (1994) ao mencionar que as empresas colonizadoras distribuíam o espaço da terra em até 10 alqueires por família. Ao partir dessa análise é possível notar as diferentes formas de ocupação que os trabalhadores que vieram para o Oeste e especificamente para Guaíra realizaram, como foi o caso da família de Maria Diaz, que compraram cinco alqueires de uma posse, ou em contrapartida a família de João Paulo que compraram o valor mencionado.

Como pode ser notado, o entrevistado também sugere formas de ajuda com os pais, ao comentar por exemplo que apartava bezerros e levava comida para os animais da propriedade, realizando isso até mesmo antes de vir para Guaíra, como ele indica no trecho acima. Compreendo desse modo, que isso se relaciona principalmente pela forma de socialização do trabalho e que também foi visto quando apresentei a discussão acerca de Maria Diaz.

A experiência com o trabalho de João Paulo foi diferente das construídas por Valdir e Maria Diaz. Os três trabalhavam nas dinâmicas familiares, auxiliando os seus pais, buscando manter e ou melhorar as condições sociais de vida. Porém, o fato de João Paulo morar nesse espaço e possuir essas condições diferenciava as dinâmicas envoltas na pressão por trabalhar. O "ter ou não ter" a propriedade está imbricado nas condições sociais e esse ponto também reverbera nas percepções e sentidos atribuídos ao trabalho desde a infância. Ao ser perguntado sobre o assunto do trabalho, João Paulo numa entrevista que realizamos em dezembro de 2023 respondeu que

> **João Paulo:** Não, eu acho, só que o aprendizado igual eu fiz, foi positivo, porque não foi uma coisa imposta, de necessidade, eu trabalhei para aprender mesmo, porque os meus tios ensinavam né!? Não foi um negócio que eu fui obrigado a trabalhar pra tirar dinheiro daquilo né!? Então eu acho que foi importante sim, aprender desde cedo que cê... (João Paulo, dezembro de 2023).

João Paulo começa sua fala admitindo que não começou a trabalhar por necessidade e ou porque foi uma coisa imposta pela pressão da sua família. Isso é observado enquanto possibilidade de aprendizado nas dinâmicas do trabalho. Ao mesmo tempo, na narrativa é possível notar a primeira diferença entre as condições sociais. O trabalho enquanto aprendizado apenas não foi algo viável para Valdir e Maria Diaz em decorrência das necessidades, como fome e dificuldade em obter os viveres necessários por falta de dinheiro, as implicações e incertezas de possuir uma propriedade regularizada e ou não possuir terras, na dependência do sustento a partir de laborar em outras propriedades.

José de Souza Martins (2024) ao discutir sobre como a infância e o trabalho são observados por crianças e adolescentes que moravam e laboravam em conjunto com os pais em propriedades rurais mencionou que

> A infância é concebida pelas crianças de Canarana (Mato Grosso), como preparação para o futuro. [...] Não havia futuro no lugar antigo – muita gente, terra insuficiente [...] O futuro revelou-se assim, preservação de um modo de vida – o da família que trabalha na agricultura, para si mesma, que não trabalha para os outros. [...] Para elas [as crianças], o trabalho é missão e missão familiar. A família se mantém através do trabalho de todos os seus membros, independentemente da idade (Martins, 2024, p. 109-110).

Nesse trecho, o autor analisou relatos de sujeitos que migraram de regiões do Rio Grande do Sul em meados da década de 1970, construindo trajetórias para o Mato Grosso. Com essa problemática, o foco de Martins foi pensar a construção da fronteira agrícola do norte do Brasil enquanto espaço físico e social de diferentes percepções sobre o trabalho, assim como a família nesse capítulo específico.

Apesar de abordar um processo histórico diferente, João Paulo também migrou com seus familiares de Buritizal para Guaíra e a confluência com sua experiência também estava relacionada com o trabalho desde a infância. A partir do diálogo com Martins, é possível notar que a experiência de João Paulo se relacionava ao trabalho enquanto aprendizado, em outras palavras, "preparação para o futuro", enquanto um trabalhador do campo, assim como seu avô-paterno. Entretanto, o que Martins desconsidera é que o trabalho, como o vivenciado por João Paulo, também era uma forma da família cuidar dele, partindo do pressuposto que o entrevistado tinha apenas seis anos de idade quando acompanhava seus familiares para a roça, o que propiciava que seus parentes pudessem zelar pela sua segurança caso alguma coisa ocorresse.

Nesse sentido, o ato de trabalhar, não se constitui apenas enquanto missão para acúmulo da propriedade, ou união diante das fragmentações da família em decorrência da falta de propriedade e muitos filhos, como proposto por Martins (2024), mas sim está imbricado nos laços afetivos e morais dos trabalhadores como as narrativas dos entrevistados até então foram apresentados.

Por outro lado, Joel Marin (2018), em um texto intitulado "Infância Rural e Trabalho Infantil: Concepções em contexto de mudanças", analisa os posicionamentos e divergências entre agricultores familiares no município de Itapuranga e a legislação brasileira entre as décadas de 1960 e o século XXI. O autor contrapõe ambas as percepções, argumentando que os agricultores familiares entendiam que o trabalho infantil era uma forma de aprendizado que se relacionava com a reprodução social de herdeiros. O autor indica que a legislação brasileira que trata do assunto e outros tratados internacionais entendem o trabalho infantil enquanto cerceamento da infância e exploração da mão de obra infantil.

O meu foco no primeiro contato com o texto foi observar a questão do trabalho infantil no meio agrário, pensando as diferentes percepções apontadas pelo autor, como já abordado. A

análise do autor foi interessante para minha concepção acerca do assunto, porém na trajetória de escrita, entendi que algo estava faltando na análise e seguindo esse caminho, busquei pensar além das duas visões antagônicas que o autor menciona. Assim, divergindo da perspectiva de realizar essa análise comparativa, gostaria de observar as confluências que abarcam as experiências desses sujeitos históricos. Pensando esse aspecto, busco dialogar com E. P. Thompson (2012), no capítulo "Padrões e Experiências", quando o autor aborda a infância e, por consequência, o trabalho de crianças. Thompson (2012, p. 253-255) menciona que

> O trabalho infantil não era uma novidade. A criança era uma parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes de 1780, e como tal permaneceu até ser resgatada pela escola. [...] O trabalho infantil estava profundamente arraigado nas atividades têxteis, despertando com frequência, a inveja de trabalhadores em ocupações onde as crianças não podiam trabalhar e aumentar o rendimento familiar.

O autor aborda sobre as vivências de crianças entre o final do século XVIII e primórdios do XIX, buscando pensar mudanças e permanências que ocorreram no processo de intensificação da industrialização da Inglaterra. O autor também menciona as dinâmicas de trabalho construídas por crianças ao laborar com os pais e como isso repercutia nas relações sociais de trabalhadores. Thompson, ao realizar as análises apresentadas, não busca relativizar as situações de trabalho desde a infância, o mesmo autor conclui o capítulo mencionado, comentando que o trabalho de crianças no período analisado foi um dos acontecimentos mais vergonhosos da história humana por conta da escala e intensidade em que este foi utilizado (Thompson, 2012, p. 280).

O trabalho desde a infância constitui-se enquanto permanência do processo histórico, diante dos esforços pela sobrevivência da unidade familiar, mas também está imbricada pelas relações morais do aprendizado, como a própria Maria Diaz sugere, ao narrar que "o veio... a escola que ele dava pra nóis era a enxada mesmo". Em outras palavras, o aprendizado pelo trabalho para laborar em conjunto com os pais e amadurecer. Ao mesmo tempo, o trabalho desde a infância, tanto apresentado por Thompson em fins do XVIII, quanto também em narrativas que me deparei na presente pesquisa, ou perspectiva abordada sobre o trabalho não perpassa de forma concreta pela exploração familiar e ou criminal/legal das crianças.

A motivação para o segundo autor mencionado analisar o trabalho infantil enquanto crime é porque ele utiliza um recorte temporal mais recente (década de1990), usando também

como argumentação principal a legislação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)[21]. Se por um lado existe a questão de "onde" Joel Marin parte para sua pesquisa, também é possível mencionar que ele desconsidera a questão da reprodução social, eixo que também dialoga pelas relações morais da infância.

Como observado num artigo de Perondi e Ribeiro (2000, p. 3), ambos autores analisaram o trabalho de crianças dentro da unidade familiar enquanto processo de formação e reprodução, ou seja, permanência e ou aumento do patrimônio material, em outras palavras da propriedade. Mas, também reforço dos modos de vida presentes na cultura de sitiantes. Os modos de vida que foram analisados entre sitiantes de Capanema (estado do Paraná) e comparados com sitiantes que residiam em Formiga (estado de Minas Gerais), refletiam, principalmente, no trabalho desde a infância enquanto valor moral em detrimento do valor salarial propriamente.

A partir desses pontos, posso concluir também que existe a subalternidade dentro da relação familiar, ou seja, uma relação de poder em certo sentido imposta pela autoridade patriarcal. Entretanto, em contrapartida, essa relação familiar é maior que o antagonismo entre um vilão (os pais) e uma vítima (as crianças), estando imbricada em afetos, conflitos, pressões e valores morais. Apresento outra fotografia (Imagem 9) do acervo da família Paludo

IMAGEM 9 – Crianças posando para uma foto em frente de um caminhão (Entre 1962-1970)
Fonte: Acervo pessoal da Família Paludo (2024).

[21] O ECA foi aprovado especificamente em 1990, mas antes desse período nas constituições brasileiras anteriores já existia proibições relacionadas ao trabalho infantil, como é possível notar no inciso IX, Art.156 da constituição de 1946 onde consta que o trabalho infantil é proibido antes dos 14 anos de idade. Enquanto na constituição de 1967, no inciso X - Art.158 houve uma diminuição na idade mínima para o trabalho, situando-se para 12 anos de idade. Essas mudanças, bem como permanências na legislação em outros espaços da legislação, sugerem o debate e embates que estavam sendo realizados na sociedade civil acerca do tema do trabalho de crianças (Baleeiro; Sobrinho, 2012; Brasil, 1967 - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm).

A fotografia em preto e branco tem como foco central oito crianças de variadas idades na frente de uma caminhonete ao fundo da fotografia. Também é possível notar que na imagem há vegetações, como árvores ao lado dos meninos e plantações de milho atrás do caminhão. Essa fonte encontra-se no mesmo "acervo" mencionado e retrata uma família de sitiantes na comunidade rural Maracaju dos Gaúchos.

Há apenas dois adolescentes na fotografia que estão utilizando botinas, sendo que um deles aparenta ser mais velho do que os demais, principalmente em decorrência da estatura que é maior do que os outros. Como comentei acima, não possuo as informações sobre quem são de fato os sujeitos que aparecem na fotografia, ou quais eram os seus nomes, mas a partir da conversa que realizei com um dos membros da família Paludo, bem como pelo conhecimento prévio sobre as dinâmicas familiares, é possível pressupor que esse último estava cuidando da criança mais nova para o momento da foto.

A partir disso, é possível notar que a construção do trabalho desde a infância passa também por vínculos de lazer, porque mesmo posando para uma foto, ou ajudando seus pais em outros momentos, os adolescentes, como o mais velho da fotografia podia brincar e cuidar de seus familiares também. Esse aspecto sugere que o cuidado, como foi visto na análise em torno de João Paulo, não era e não é algo realizado apenas pelos pais, existindo desse modo a contribuição das amizades e dos irmãos também.

Assim como os demais entrevistados, Sebastião também começou a trabalhar quando criança, com nove anos. Após o fim da nossa entrevista e com o gravador desligado, Sebastião narrou detalhadamente sobre suas vivências antes de chegar em Guaíra. Ele me contou que com nove anos de idade e em Itapura, ele e seus irmãos mais novos cavavam com as mãos covas para plantar pés de café na propriedade onde ele morava, ajudando seu pai na dinâmica de plantação no sítio. O motivo indicado por ele para a realização disso era porque suas mãos eram pequenas, provendo desse modo o espaço adequado para o buraco onde seria plantado o grão de café. O entrevistado ainda detalhou que houve uma vez que ele estava realizando essa atividade e sentiu uma cobra cega passando próxima de suas mãos, fato que o assustou bastante, mas indicou que nesse dia especificamente, seu pai estava laborando com a enxada em um trilho próximo onde ele estava cavando o buraco.

Com o gravador ligado, a história não foi diferente, mas alguns detalhes não estavam presentes com a veemência da nossa conversa sem o gravador. Compreendo desse modo que existe uma certa pressão social envolta na construção da entrevista, seja essa enquanto expectativa de receber algo, provar uma narrativa, ou enquanto receio de contar as coisas ao

refletir sobre o passado. Acredito que o caso de Sebastião era especificamente o último por conta dos pontos abordados no primeiro capítulo, mas ao mesmo tempo, o entrevistado ao falar sobre o começo do trabalho, indicou como idade os 12 anos.

Possivelmente, Sebastião não compreendeu o *ajudar* que ele fazia para seus pais em atividades, como cavar buracos, alimentar os animais, enquanto formas de trabalho. A motivação para isso pode ser estar relacionada à reflexão apresentada a seguir, porém mesmo que esse período em sua infância não foi significado enquanto um momento de trabalho concretamente, é possível notar que o entrevistado não desconsiderou narrar sobre o esforço que ele realizou quando criança ao descrever o que ele realizava aos noves anos de idade.

Partindo dessa análise, compreendo que o entrevistado com a idade mencionada, auxiliava seus familiares e isso corroborou com a sua experiência de trabalhar posteriormente dessa idade. Desse modo, ao começar a laborar com doze anos em Guaíra, o entrevistado elegeu a seguinte motivação

> **Sebastião:** eu não ia bem nos estudos, né!? Aí o veio enfezou, né? Aí pegava e falava "já [que] não quer estudar então, vamo pra roça trabalhar" aí ponhô eu pra trabalhar junto com as turmas. Com 12 anos na cacunda.
> **Vanderson:** Entendi. Mas aí com 12 anos... o que que você fazia?
> **Sebastião:** Não. Fazia de tudo, o que precisava de fazer, fazia [...] Aaa nessa época aí nóis fazia de tudo, é destoca, roçada, é desbrotamento de madeira... de árvore, de toco (Sebastião, 2023).

Sebastião não detalhou mais aspectos acerca das possibilidades de estudo, mas a partir do cruzamento de informações presentes nas narrativas dele e de outros entrevistados, foi possível notar que em Guaíra havia escolas municipais em todas as comunidades rurais entre as décadas de 1960 e 1980. Na região da Comunidade Rural do Cruzeirinho (local que Sebastião menciona nas narrativas), havia três escolas de ensino básico, por conta da presença de várias famílias de trabalhadores rurais que usavam os estabelecimentos (escolas, bares, vendas, armazéns) da comunidade, realidade que não é palpável nos dias de hoje[22].

Dos dez alqueires da família de Sebastião, quatro foram limpos pelo proprietário anterior. O entrevistado e seus familiares trabalharam na limpeza dos demais, como ele narrou em outro momento da nossa entrevista. Sebastião ao comentar que laborou com turmas "com

[22]Em decorrência da constante mecanização da produção agropecuária e agrícola na região do Oeste do Paraná, existiu um processo acentuado de êxodo rural que se iniciou principalmente a partir da década de 1980, mas que se perpetuou e perpetua até os dias do *hoje*. A consequência disso para as comunidades rurais por exemplo, foi o fechamento de estabelecimentos em localidades como as analisadas (Cruzeirinho), por conta que muitos residentes desse espaço se mudaram para cidade, ou outros lugares, diminuindo progressivamente a demanda para compra de objetos, o estudo na escola do campo e afins.

12 anos na cacunda" (Sebastião, 2023) parte das percepções construídas, sugerindo que laborar com essa idade era algo natural. Essa naturalidade não está relacionada exatamente ao natural e normal, mas sim reflete na percepção que o *não laborar* na infância, desde os nove ou desde os doze era algo inimaginável para ele naquele período.

Esse raciocínio é corroborado principalmente com a temporalidade com a qual o entrevistado começou a trabalhar. Foi mencionado acima, porém no ano de 1967, mesmo ano que o entrevistado fez 12 anos, o trabalho de crianças a partir dos 12 anos foi legalizado. Evidentemente, compreender apenas que esse fato isolado pode induzir a uma concepção errônea da influência de marcos da temporalidade na vivência dos trabalhadores. Primeiramente, seria difícil que trabalhadores que moravam no sítio, no Extremo Oeste do Paraná e próximo à fronteira com o Paraguai, conhecessem um debate que estava ocorrendo em Brasília, sobre o tema especificamente do Trabalho Infantil e sua penalização.

Ao discutir isso, não estou indicando que esses sujeitos não conheciam as dinâmicas do trabalho e como as crianças poderiam laborar ou não na roça. Mesmo não conhecendo o debate político, esses sujeitos eram pais e mães, ou seja, conhecendo e construindo as dinâmicas familiares a partir da noção prática. Desse modo, é possível pressupor que mesmo que o debate político em Brasília já estava ocorrendo (assim como não parou de ocorrer, como visto) a própria prática de trabalho de crianças como o senhor Sebastião era algo recorrente.

Patrícia Vieira (2022, p. 47-48) analisou o trabalho de adolescentes que possuíam compromissos familiares com os pais, laborando para outros empregados no século XXI na região de Guaraniaçu (estado do Paraná), tanto no espaço rural, como no espaço urbano. O texto dela tem certos distanciamentos do meu, porque a temporalidade analisada pela autora se relaciona um período no qual o ECA já existia e no qual o processo de reorganização do campo, bem como êxodo rural já estava avançado se comparado ao período no qual estou analisando. Se por um lado existem esses distanciamentos, por outro lado é possível notar as permanências que se encontram nas relações de trabalho de adolescentes entre 14 e 16 anos. Dentre esses, o principal que compreendo que conflui também nas narrativas que apresentei, trata-se do compromisso familiar, conceito que não é narrado explicitamente pelos entrevistados que apresentei, mas que se encontra nas relações sociais de pais e filhos.

Sebastião sugere isso ao falar que "nóis fazia de tudo", referindo-se a ele e seus irmãos, quando criança, ou em outros momentos da nossa entrevista, quando ele apresentou as noções sobre o trabalho, como será discutido mais à frente. Ao mesmo tempo, o compromisso familiar também não é um indicativo da "missão familiar", conceito apresentado por Martins (2024) ao falar sobre o significado do trabalho de crianças. A minha leitura a partir da noção utilizada por

Patrícia Morais (2022) parte do entendimento que o compromisso está imbricado por uma noção de subalternidade dentro da unidade familiar. Porém este não é pensando enquanto enraizado, ou enquanto "padrão" na perspectiva construída da criança, mas sim é entendido a partir da subjetividade e da construção da cultura, da trajetória no meio familiar.

Não são raras as vezes em que memórias do trabalho na infância confundiram-se com os afetos produzidos dentro de um contexto familiar em que o trabalho era um valor por ser o meio pelo qual o grupo mantinha-se unido. Não obstante, os laços que prendiam a família à terra e seus desdobramentos emocionais são mobilizadores de lembranças no presente dos entrevistados ao associar brincadeiras infantis com o trabalho na roça, justamente por se tratar de um momento da trajetória dessas pessoas marcadas pela indissociabilidade entre exploração econômica e afetiva em que as crianças eram mais percebidas como força de trabalho que como herdeiros. Nesse sentido, as experiências de trabalho na infância como um vínculo afetivo se constituem como um traço que caracteriza os trabalhadores pobres que veem na transformação do meio pelo trabalho um valor de classe como "compromisso familiar" diante a ausência do Estado.

2.1-Refletindo sobre "famílias trabalhadoras": Relações de trabalho e convivências nas experiências familiares

Em um livro acerca do "Protesto Social de Guariba (São Paulo) em maio 1984" (Penteado, 2000, p. 76-89) a autora realizou um eixo no primeiro capítulo com imagens e fotografias para provocar discussões e problemáticas que estavam sendo analisados. Dentre essas discussões, Maria Penteado realiza o debate acerca do trabalho em relações familiares, utilizando um quadro de Gontran Guanes Neto. O quadro retrata uma família (pais, filhos, crianças, esposas) de trabalhadores rurais, laborando em conjunto. Nesse sentido, a utilização da ideia de "família trabalhadora" (mesmo conceito utilizado pela autora na imagem) não abarca necessariamente a unidade familiar, mas busca em um primeiro momento pensar os sujeitos na confluência de interesses e enfrentamentos nas relações familiares de trabalho e ao mesmo tempo, trata de analisar o trabalhador em contrapartida a pensar apenas a ação de trabalhar, como o conceito de "trabalho familiar" aparenta.

Nesse espaço foi analisado mais detidamente como esses trabalhadores que laboraram durante a infância construíram variadas experiências que se relacionaram com as dinâmicas no âmbito familiar. Se no momento anterior foi discutido o "compromisso familiar", nesse momento será complementado essa discussão, buscando o espaço imerso na unidade da família,

ou seja, as individualidades, enfrentamentos, bem como a sobrevivência em conjunto. Começarei com Maria Diaz, que ao ser perguntada sobre suas vivências com o trabalho entre os 12 anos e 16 anos narrou que

> **Maria Diaz:** A gente trabalhava na boia-fria pra ganhar... até quando minha irmã casou, foi uma época que me marcou muito, porque eu trabalhei 35 dias prum "camarada"[23] catando raiz na mecanização e ele acabou pagou pro meu pai, meu pai pegou o dinheiro e não me deu nenhum centavo, nos dias [não entendível] do meu irmão não tirei nenhuma foto, por quê. Porque meu pai não me deu nenhum dinheiro para eu comprar um chinelo havaiana naquela época. Então foi uma época que me marcou muito, sabe (Maria Diaz, 2022).

O motivo da entrevistada mencionar o trabalho de boia-fria é porque antes do início da entrevista, perguntei algumas coisas sobre esse assunto. Além da fala apresentada no trecho acima, antes da entrevista também, Maria insistiu em me mostrar uma marmita redonda de metal que foi utilizada durante o período que ela trabalhou nessa função.

Dialogando com Alistair Thompson (1998, p. 12), observo que essas ações e falas compõem a construção dessas narrativas. Maria Diaz pode ter me mostrado essa marmita, para talvez dizer "eu estava lá" aos meus questionamentos, com o desejo de tornar a sua narrativa mais verídica para a minha visão, porque naquele momento eu era uma pessoa desconhecida dela.

No momento narrado, Maria Diaz estava com 16 anos e estava morando com seus pais e três irmãos. A experiência narrada foi um dos primeiros trabalhos remunerados em Guaíra que ela realizou, partindo do pressuposto que essa narrativa perpassou os primórdios da década de 1970. Ao falar sobre o trabalho, a entrevistada menciona "trabalhar na boia fria", não "como boia fria", um indício de que o trabalho nesse espaço não foi pensado apenas enquanto um emprego, mas sim enquanto um momento vivenciado na sua trajetória. Esse último aspecto também está reverberado com o fato dela indicar no final do trecho que "foi uma época" que marcou muito a entrevistada.

O "marcar muito" na vivência da entrevistada dialoga com a sua experiência de catar raiz por 35 dias, mas também compreendo que isso sugere as próprias percepções de Maria Diaz do *hoje*. O trabalho da entrevistada se constrói no primeiro momento enquanto vislumbre de comprar os objetos, havendo posteriormente a frustração, como sugerido por ela. Porém, a

[23]Angelo Priori (1996) em seu livro menciona que nas lavouras de café no Norte do Paraná havia trabalhadores conhecidos como "camaradas" que laboravam como fiscais dos demais trabalhadores, administrando também as propriedades para os donos. Partindo dessa historiografia, vemos que o termo que Maria Diaz utiliza não se trata de uma figura de linguagem ou de um apelido, sugerindo e reforçando que a entrevistada estava envolta nas dinâmicas de trabalho no meio rural.

menção do "comprar um chinelo havaianas" sugere a construção da narrativa, porque ao serem observados outras evidências, como o trecho apresentado logo em seguida e a totalidade da entrevista, foi possível notar que essa expressão foi utilizada enquanto metáfora. A menção dessa metáfora sugere a reflexão sobre as dificuldades de obter coisas "banais" e "baratas" como um chinelo, relacionado também com a privação sentida e percebida por Maria Diaz.

Nesse sentido, posso entender a partir da narrativa da entrevistada que havia uma relação de subalternidade envolta no patriarcalismo da família, mas ao mesmo tempo, existia uma relação econômica da classe em decorrência do pagamento do trabalho da família (da filha na situação específica) ter sido entregue ao pai de Maria Diaz. O pagamento foi entregue pelo "camarada" que foi contratado por um proprietário de terras, próximo a Gleba Jaraguá e que forneceu também o transporte para a entrevistada.

A partir da construção da memória da entrevistada, nota-se que houve um sentimento de indignação ao se referir à figura paterna, sugerindo que ele foi "culpado" pela entrevistada não ter recebido o salário. Essa percepção se refere especificamente a essa situação que foi significativa pela entrevistada, porque ela indicou no começo da nossa entrevista que "meu pai era seguro[24], seguro... com tanto que hoje eu agradeço a Deus por ele ser seguro" (Maria Diaz, 2022). Existe desse modo, a contradição presente na narrativa da entrevistada que está relacionada a um interesse individual (conseguir dinheiro), entendido naquele momento enquanto algo importante, mas existindo também o entendimento que seu pai foi fundamental para ela conseguir o básico.

Posso, desse modo, debater com Romanelli e Bezerra (1999), autores que analisaram o trabalho em relações familiares entre às décadas de 1970 e 1980, observando que

> [...] a forma de organização e a classe social a que pertença, a família configura-se como unidade de reprodução social responsável pelos cuidados e pela socialização dos imaturos. Para realizar a reprodução social, a unidade doméstica é, necessariamente, grupo de cooperação econômica e de consumo coletivo de bens materiais e simbólicos, o que coloca, em primeiro plano, a dimensão coletiva da vida doméstica (Romanelli; Bezerra, 1999, p. 3).

[24]A ideia de "seguro" apresentado na fala de Maria Diaz sugere a partir da totalidade da entrevista principalmente a questão da segurança financeira, de poupar o dinheiro obtido e economizar em conjunto com a família. Desse modo, isso foi significado pela entrevistada enquanto importante para não passar fome e para obter as coisas básicos para a sobrevivência na localidade onde ela morava durante a infância. Mesmo envolvendo apenas a questão financeira, houve o entendimento também por parte da entrevistada que ela se encontra na situação que está hoje, justamente pela importância da sua figura paterna. Numa situação específica da entrevistada ela indicou que após o falecimento do seu pai, houve a possibilidade de quitar as despesas do funeral e ainda a possibilidade de comprar uma propriedade na vila rural São Sebastião (próximo de cinco quilômetros da sede – Guaíra).

Os autores buscaram refletir sobre estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais no processo de êxodo rural a partir da década de 1970, relacionando isso com as reorganizações do "papel" familiar no trabalho no interior do estado de São Paulo. Isso fica explicitado no trecho citado, na relação da unidade doméstica, abarcando também o trabalho de crianças. Os escritores utilizaram entrevistas de 18 trabalhadores que laboravam em canaviais (dez mulheres e oito homens) e dados demográficos sobre a região da pesquisa. Essas informações foram utilizadas enquanto estatística para observação, em detrimento do diálogo com possíveis reflexões que os próprios trabalhadores construíram.

Nesse sentido, ao utilizar o presente texto, bem como descrição que Romanelli e Bezerra realizaram, busco destoar do que foi indicado pelos autores e refletir sobre o que os autores mencionam como "dimensão coletiva". No primeiro momento, é possível notar a forma generalizante utilizada para se referir às formas de convivência de família, resumindo a reprodução social ao coletivo. Isso é carregado por um mecanicismo do modo como são construídas as dinâmicas familiares envoltas nos desejos e embates presentes nas individualidades dos trabalhadores, como Maria Diaz em sua relação com seu pai, mas que na análise se reduziu ao coletivo.

A "dimensão coletiva" utilizada pelos autores, pode ser repensada na presente discussão, não enquanto estática no sentido de refletir que a unidade familiar é coletiva. Mas essa pode ser entendida enquanto a confluência dos interesses, as contrariedades de percepções. Nesse sentido, por exemplo, ao mesmo tempo que o sentimento de indignação construído por Maria Diaz envolto na individualidade pode ser entendido enquanto reflexo da relação familiar, este pode ser observado também enquanto percepção do presente. Questionei Maria Diaz, como ela entendia o pagamento e ela realizou uma comparação, narrando que "pagou porque, aí é aqueles velho de antigamente, achava que eles que eram os donos dos filhos, né!?" (Maria Diaz, 2022). Na sequência a essa fala, Maria continuou

> **Maria Diaz:** Não... 'nois' não via dinheiro não. Cara, trabalhava a semana inteira e 'nois não via nenhum centavo não, quando comprava era um chinelinho de dedo, um sorvete no fim do mês, é...
> **Vanderson:** Então, assim quando 'se' era pequena você trabalhava com seu pai.
> **Maria Diaz:** A vida... até... até o casamento.
> **Vanderson:** Até o casamento. Mas...
> **Lair:** Isso aí, isso aí 'nois' chapeava soja, chapeava algodão, milho (Maria Diaz, 2022).

Além do sentimento de indignação por seu pai, exposto no fato de Maria Diaz narrar que “não via dinheiro não”, existe também a construção da memória diante do presente. Porque no período narrado (entre as décadas de 1969 e 1974) o dinheiro (Cruzeiro - Cr$), assim como os centavos não eram uma realidade palpável diante da economia familiar, porque apesar de existir uma moeda corrente, a maior parte das trocas eram realizadas em mercadorias, com exceção dos salários que também podiam ser pagos em “espécie” (leite, carne, sacas de milho) (Candido, 2001). Nesse sentido, a realidade do ver dinheiro se relaciona com os dias atuais, momento em que já houve a reorganização da produção agrícola e que apesar de ainda existir as trocas de produtos entre vizinhos, utiliza-se mais o sistema monetário do que o período narrado pela entrevistada.

Ao mesmo tempo, é necessário considerar a partir do conhecimento prévio, bem como da própria narrativa de Maria Diaz, que quem cuidava da questão monetária no âmbito familiar era a figura paterna. Construo um diálogo com Schreiner, quando o autor menciona que

> Todos trabalham e o excedente é controlado geralmente pelo pai, o “chefe da família”. Os rendimentos da venda do leite, servem para as despesas da casa e o “rancho” do mês. Os dividendos da colheita e a venda dos animais são para cobrir o financiamento, despesas da produção e investimentos. [...] No espaço familiar rural há um modo de ser do colono. O trabalho parece ser o ponto ao qual se dirigem as ações e representações familiares (Schreiner, 1994, p. 74-75).

A partir da descrição geral do autor, é possível notar as confluências nos modos de vida de famílias que moravam no campo no Oeste do Paraná. Schreiner percebe esse tema observando a localidade de Toledo-PR que se localiza a uma distância de 110 quilômetros do município de Guaíra. Em outras palavras, os modos de vida compartilhados perpassam a individualidade das decisões dos trabalhadores, como os propósitos de Maria Diaz em laborar, mas se constroem em torno de padrões familiares coletivos, como os vivenciados por ela na relação com seu pai.

A relação familiar rural está também imbricada no trabalho, seja esse enquanto forma de sobrevivência, compreendendo o fato que a família de Maria Diaz necessitava de todas as “mãos” possíveis dos familiares para plantar e colher culturas alimentares e obter dinheiro para comprar os itens que não eram produzidos na posse, como sal, açúcar, querosene e veneno. Mas

também é uma sugestão da construção do caráter moral[25] dos sujeitos, algo que também é observado por Maria Diaz enquanto importante em outros momentos da entrevista.

Os enfrentamentos que a entrevistada realiza e percebe estão ligados ao fato dela vivenciar a subalternidade enquanto filha na relação familiar, mas ao mesmo tempo também reforçam os interesses pessoais que foram construídos por ela. O fato dela comentar que às vezes comprava "um chinelinho de dedo" ou "um sorvete no fim do mês" (Maria Diaz, 2022) é um indício das ponderações da situação individual dela. Para colaborar com isso, quando comentei com ela que: "quando você era pequena você trabalhava com seu pai", sua resposta foi um imediato "A vida... até... até o casamento" (Maria Diaz, 2022). Maria Diaz se casou com Lair em 1979, quando a entrevistada estava com 21 anos de idade. Lair também era um trabalhador rural e na época do casamento, estava com 26 anos. Tanto Maria quanto ele começaram a laborar juntos em diárias rurais em colheitas na Estrada da Faixinha, residindo na posse do pai da entrevistada.

A ruptura nessa relação com o casamento se referiu à diminuição da dinâmica familiar de coletividade estabelecida entre os pais de Maria e a entrevistada, mas isso também gerou uma consequência. Na dificuldade em se manter economicamente em uma posse de cinco alqueires, onde moravam os pais da entrevistada, seu marido, ela e três irmãos, essa família se fragmentou porque Maria Diaz decidiu em conjunto a Lair se mudar, indo morar três anos após seu casamento em Colorado do Oeste-RO em uma nova fronteira agrícola, o que foi observado no capítulo anterior.

As narrativas da entrevistada reverberam também na forma como ela construiu e constrói seus modos de vida no presente. Esse *hoje* da entrevistada está refletido num momento ao qual ela não vive na relação de subalternidade de seu pai, mas vive essa relação com seu marido, não possui mais o compromisso familiar com seus pais, comprar suas coisas, mas também em conjunto a Lair, necessita de pagar contas e comprar as necessidades. Esse ponto foi indicado por ela, quando narrou que "hoje em dia eu falo assim 'tô sentada aqui... dá na cabeça de ir lá pra Guaíra a tarde pra chupar um sorvete, eu vou ali onde tá o marido e falô: 'o vamo pra Guaíra agora'" (Maria Diaz, 2022).

[25]No presente texto, em vários momentos me referi à moralidade do trabalho, os aspectos morais que foram significados pelos entrevistados, ou até mesmo o "caráter moral". No primeiro contato com esse conceito, o entendia enquanto a discussão abstrata sobre a moralidade que se constrói a partir de variados significados (religiosos, éticos, do trabalho). Porém, foi com a leitura de Freitas e Santos (2022) que compreendi a ideia mais concreta em torno das "relações morais". A partir do diálogo com os autores, busquei na presente pesquisa refletir como isso está imbricado pela religiosidade, ou pelo trabalho, mas o entendendo enquanto relação social também, que é construída e significada por trabalhadores como Maria Diaz e Sebastião a partir da subjetividade, valores construídos durante a vida e trajetórias vivenciadas.

Apesar de não comentar o motivo de não ter filhos, em certo momento da entrevista, ela me contou sobre um sobrinho que mora na cidade, chamando ele como alguém que "nunca trabalhou nenhum dia pra ninguém. Terminou o colégio agora, não faz nada só dorme o dia inteiro" e que não tem "ambição pra querer uma roupa boa, pra querer uma coisa diferente", concluindo que "hoje os 'pias' de hoje não ligam 'pras' coisas não" (Maria Diaz, 2022).

Maria Diaz construiu essa noção porque seu sobrinho não tinha começado a trabalhar antes dos 18 anos, assunto que para ela era relevante porque ela laborou antes dessa idade para sobreviver em conjunto da família e porque esses foram os valores morais ensinados para ela. A entrevistada não considerou que o trabalho, bem como a legislação trabalhista no Brasil[26] mudaram da época que ela foi empregada aos dias de hoje. Em concordância a esse aspecto, o fato do sobrinho dela não ter trabalhado repercute na condição financeira da família dele ser atualmente diferente do que quando a sua tia (Maria Diaz) era mais jovem.

Compreendo também que esse eixo se liga com relação construída entre o pesquisador e a entrevistada. A confrontação entre historiador e narrador (Portelli, 2010, p. 3-4) se constitui enquanto algo que acontece com frequência nas entrevistas. É nesse sentido que é possível notar que a entrevistada estava falando de um jovem de 18 anos, faixa etária parecida com a minha que estava naquele momento conversando com Maria para conhecer suas narrativas. O fato do meu pai (sujeito que a conhece há mais de dez anos e tem uma relação amigável) ter intermediado a nossa conversa também fez com que ela se sentisse mais à vontade a comentar essas questões.

João Paulo também morava junto com os familiares, laborando com o avô e tios, como foi observado no presente capítulo, mas diferentemente de Maria Diaz, o entrevistado construiu uma relação de trabalho com os familiares que foi influenciada pelo convívio com os parentes e com as condições financeiras diferentes. Em uma entrevista que realizamos em março de 2023, João Paulo disse que

> **João Paulo:** Depois que eu chegava em casa [da escola], levava o almoço, chegava em casa já almoçava, naquele tempo nóis almoçava 9:00 horas e café da tarde era 14:00 horas, então chegava em casa, levava o café, depois ia apartar bezerra, [e eu] sempre ajudei né!? (João Paulo, 2023).

O entrevistado começa sua narrativa abordando que levava a marmita para seus familiares na roça. Essa ação ocorreria quando João Paulo já estava no Paraná, entre os oito e

[26] Legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que reforçou a proibição do trabalho de crianças menores de 14 anos, também a Consolidação Leis Trabalhistas que abarcou os trabalhadores rurais a partir da constituição de 1988, havendo a necessidade da assinatura da carteira de trabalho.

12 anos de idade, partindo do pressuposto que com sete anos o entrevistado já estava em Guaíra. A conciliação entre auxiliar seus familiares com o "apartar bezerras", ou até mesmo levando marmitas, com a escola é um aspecto inquietante e que em parte não foi apontado por Maria Diaz nas suas narrativas.

O fato do entrevistado ter estudado, sugere primeiramente que sua família considerou essa possibilidade enquanto benéfica para ele e que este também indicou interesse nisso. Isso se difere das narrativas dos sujeitos até então apresentados, porque o estudar não foi uma possibilidade para Maria Diaz no primeiro momento da infância e também não foi algo almejado por Sebastião, a partir do que pode ser notado nas entrevistas de ambos.

A conciliação do estudo com as atividades mencionadas, também sugerem os interesses de aprendizados relacionados à educação básica (aprender a ler e a escrever e fazer contas básicas) enquanto também se realizava o aprendizado a partir da experiência de "apartar bezerra", levar comida para os animais, tirar o leite, bem como os demais auxílios que João Paulo era capaz de fazer. Ambos os aprendizados também não são observados enquanto antagônicos, porém o próprio entrevistado não continuou os estudos formais na escola posteriormente aos 14 anos, preferindo laborar em conjunto com seus familiares.

Ao ser questionado quando o entrevistado se inseriu/foi inserido nas dinâmicas do trabalho com seus tios e seu avô, ele me disse que

> **João Paulo:** Quando o vovô comprou o primeiro trator né!? Aí já começou firme.
> **Vanderson:** Aí você?
> **João Paulo:** Sim, 12 anos eu já tocava o trator. O vovô tinha um sistema de, de, criação que os filhos trabalhavam tudo junto, aí trabalha tudo junto, aí quando colhia as coisas ele distribuía. Não tinha um salário, naquele tempo não tinha uma renda combinada não. [...] E naquela época, naquela época, nóis tinha trator, trabalhava por período, né!? Quatro horas cada um, aí você entrava também, né!? Quatro, quatro, quatro, porque era 40, 50 alqueires de terra aí tinha que preparar tudo, tombar, gradear passar Trifluralina[27], era tudo, tudo, tudo, não é igual hoje não, com a tecnologia daquele tempo era... já tinha melhorado porque antigamente era tudo com matraca né!? Tinha evoluído um pouco. Daquela época pra cá já evoluiu muito, Vanderson (João Paulo, 2023).

Mencionei anteriormente que João Paulo levava as marmitas para seus tios até os 12 anos de idade por conta da narrativa abordada, partindo do pressuposto que após essa idade o entrevistado também laborava com seus familiares como ele mencionou ao relacionar a compra

[27]Tratasse de um agrotóxico herbicida. Como indicado pelo entrevistado, esse produto era utilizado antes do plantio das culturas agrícolas, como o algodão. O uso desse veneno acarretava também na possibilidade de extermínio de outras plantas além daquelas intentadas, danificando, desse modo, as áreas plantadas.

do trator de seu avô. Nesse trecho é possível ver a confluência do trabalho desde a infância com as relações familiares construídas pelo entrevistado.

Me ative no presente capítulo a separar ambas as discussões, compreendendo que seria mais fácil construir reflexões sobre cada uma das duas (trabalho desde a infância e as relações familiares). Mas até mesmo a partir das narrativas foi possível notar que esse é um ponto construído de forma conjunta. Nesse sentido, não entendo que esse aspecto abrange apenas a questão cronológica da infância ser vivenciada em grande parte no meio familiar, mas sim sugere as significações que os próprios entrevistados realizam sobre suas infâncias e como isso pode estar imbricado nos modos de vida construídos.

Desse modo, a partir do trecho, bem como as informações do entrevistado, é possível notar que João Paulo, 11 primos, além de seus avós que haviam vindo para o Paraná. Quando o questionei sobre algum tipo de renda que ele recebia, João Paulo narra o trabalho que envolvia também a distribuição dos alimentos. Essa fala indica as formas coletivas que envolviam essas relações familiares, assim como as divisões de tarefas entre os parentes que moravam na mesma propriedade de 40 alqueires.

Compreendo que essas ações coletivas foram construídas nas convivências sociais, refletindo nesse caso em dois aspectos, sendo esses o isolamento e o trabalho na propriedade. O primeiro eixo (isolamento) se relaciona com as experiências dos demais entrevistados da presente pesquisa porque abarca a espacialidade da região de Guaíra. Por mais que já havia povoamento nessa localidade antes de 1951 (emancipação do município), havia poucas "picadas"[28] e o contato com as pessoas era geralmente realizado nas comunidades rurais (Cruzeirinho no caso do entrevistado) em contrapartida a ida para a cidade-sede Guaíra.

O segundo eixo (trabalho na propriedade) reflete no fato de que todos os familiares e o entrevistado trabalhavam no mesmo espaço, porque eles tinham que cuidar dos 40 alqueires em contrapartida a trabalhar para outros sujeitos com a finalidade de adquirir mais renda. Nesse sentido, João Paulo em nenhum momento da entrevista fala algo relacionada à individualidade e ou o interesse por obter renda própria, mas evidentemente isso não exime os seus interesses individuais nas dinâmicas do trabalho familiar.

As narrativas do entrevistado sugerem, a partir desses dois aspectos que se construiu uma "rede" de convivência que envolve a família dentro da própria fazenda na qual se reforçou a noção de coletividade, que se entrelaçava ao fato do avô-paterno do entrevistado ter sido o

[28] Espaços abertos por meio da utilização de fogo e ou ferramentas no meio de florestas para facilitar a passagem de pessoas e realização de plantações

mediador dos esforços e da produção dos familiares, condição que o entrevistado indicou ao comentar sobre o "sistema de criação" do seu avô-paterno.

João Paulo narra alguns detalhes sobre o trabalho intercalado nas quatro horas com seus tios no trator. No primeiro contato com a entrevista e com esse trecho específico, me detive apenas a questionar como uma criança com 12 anos de idade laborava no trator e como os seus familiares percebiam/deixavam isso ocorrer. Porém, entendo que é a partir da trajetória de escrita, bem como experiências que perpassam pela realidade de quem está escrevendo que é possível notar assuntos que no primeiro contato foram negligenciados.

Entendo que existem ao menos dois significados que se relacionam na experiência que João Paulo vivenciou ao andar de trator com seus familiares. O primeiro desses aspectos é justamente o lazer, onde o entrevistado enquanto ajudava seus familiares, poderia brincar com o aparelho novo que a família havia adquirido, algo ele sugere ao comentar "quando o vovô comprou o primeiro trator", respondendo uma questão minha acerca do trabalho.

É possível notar que o trecho se relaciona ao trabalho propriamente. Como João Paulo indica, o trabalho nos 40, 50 alqueires exigia bastante tempo, mesmo com toda a família laborando em conjunto. Nesse sentido, se por um lado o entrevistado trabalhava no trator por quatro horas, o que poderia ser considerado um trabalho "mais leve", seus tios realizavam trabalhos mais pesados, como gradear a terra, arrancar tocos de madeira após a derrubada da mata.

Por fim, também é possível notar a confluência dos interesses (de aprender a laborar desde criança) dos familiares de João Paulo e as avaliações que o entrevistado fez ao se deparar com essas dinâmicas e vivências de primeiros trabalhos na propriedade da sua família. Essa relação familiar é observada pelo próprio entrevistado enquanto positiva, quando entrevistado menciona que "Só que tipo assim, ele [o avó] era um, ele era uma segurança, porque se você ficasse doente, precisava de dinheiro ele pagava, ele tinha dinheiro né!?" (João Paulo, 2023).

Logo em seguida a essa fala o entrevistado exemplifica uma situação, na qual um parente ficou machucado e teve seu tratamento pago pelo avô-paterno de João Paulo. Essas relações familiares construídas em torno do entrevistado e entre seus tios e primos indicam a mutualidade, construída no convívio familiar no qual havia o trabalho com as culturas agrícolas que era compensado enquanto auxílio diante das enfermidades, da alimentação e entre outros aspectos.

O fato de João Paulo comentar essas situações sugere as relações e condições sociais que ele pôde construir porque sua família era proprietária de terras. Porém, Sebastião também

morava em uma propriedade rural da sua família, mas que possuía 10 alqueires de terra. Sebastião também comentou sobre o trabalho em relações familiares, mencionando que

> **Vanderson:** Mas quando você começou a trabalhar, com seus 16, você parou de cuidar das coisas da sua família ou...
> **Sebastião:** Não, continuava trabalhando aqui na casa e fim de semana... quando nóis folgava de serviço nosso aqui, que que tinha serviço pra fora, nóis ia trabalhar pra fora.
> **Vanderson:** Entendi, por quê?
> **Sebastião:** Ah, porque ficar à toa dentro de casa era pior. Não fazendo nada... o certo era ganhar... pra ter dinheiro pra ter os dinheiros do fim de semana, pra não gastar no fim de semana...
> **Vanderson:** Tentar aproveitar também né!? Entendi. Mas você disse que ficar parado em casa era pior, por que você diz?
> **Sebastião:** Pior porque... você só vai comer o que você ganhou. Então... pra não gastar o que você ganhou, você vai ganhar pra fora, pra poder ter né!? (Sebastião, 2023).

As memórias que Sebastião construiu ocorreram quando ele estava entre seus 16 e 18 anos de idade, como próprio indica acima. Nessa idade ele começou a trabalhar em diárias rurais e empreitas para sitiantes que moravam perto da propriedade da sua família. Podemos observar que ele trabalhou com seus pais e irmãos durante quatro anos (dos 12 aos 16), partindo do pressuposto das evidências observadas nas narrativas dele apresentadas até então.

O fato dele trabalhar com os pais permitiu que ele também tivesse amparo da família quando se tratava de enfermidade, alimentação e outras dificuldades, mas em conjunto aumentou a carga de trabalho vivenciada no cotidiano do entrevistado. São nessas relações sociais que são construídos os primeiros vislumbres (os bens de consumo, o não passar fome, o sobreviver e existir) que estão também conjuntos com as obrigações, como a indicada por Sebastião ao conciliar o trabalho de diarista rural e com a continuação do trabalho com seus pais.

O trabalho realizado em ambos os espaços de convivência é sugerido enquanto positivo por Sebastião, quando o entrevistado menciona que “a porque ficar à toa em casa era pior” a minha questão. Não foi possível notar o que seria esse “pior” na perspectiva do entrevistado, ou se envolvia o fato dele não gostar do ócio, ou se ele não gostava de ficar em casa, ou se haviam aspectos externos às relações que ele estabeleceu com seus familiares. Porém, realizo um debate com Schreiner (1994, p. 45) que discute sobre a construção da cultura do trabalho em Toledo-PR, utilizando a ideia de “positividade e negatividade na constituição de uma mesma noção de trabalho”.

A partir do diálogo com Schreiner, é possível compreender primeiramente que o entrevistado significou o trabalho enquanto árduo, seja por realizar as duas funções mencionadas (ajudar a família e laborar para outros sitiantes) ou até mesmo pelo emprego nas diárias na colheita da cultura do algodão entre as idades mencionadas. Ao mesmo tempo, a construção da memória também não abarca um período delimitado de tempo.

Se por um lado, existe o ponto do entrevistado ter entendido o trabalho enquanto penoso diante do cansaço e outros fatores, também existe a positividade, como mencionada por Schreiner, ao sugerir que outro eixo relacionado ao trabalho é a questão moral. Nesse sentido, a sensação de "não poder parar" é bastante parecida com a máxima capitalista escutada nos dias do presente, o "estude, enquanto eles dormem, trabalhe, enquanto eles se divertem".

Nessa concepção, o trecho da entrevista de Sebastião não sugere que ele era um adepto fervoroso do capitalismo evidentemente, mas esse ponto está relacionado com as necessidades impostas em torno da dinâmica familiar e relacionadas com o trabalho para outros sujeitos. O entrevistado indica esse último assunto ao comentar que "você só vai comer o que você ganhou", justificando a construção de mais uma jornada de trabalho em torno do fato de ter que comprar suas coisas, ou pagar dívidas na produção das culturas agrícolas por exemplo.

Nesse sentido, há nos trechos da entrevista, indícios que se relacionam ao trabalho com seus familiares enquanto o compromisso familiar analisado no primeiro momento do presente texto. Porém ao mesmo tempo, o trabalho para outros sitiantes, sugere as finalidades de ganhar dinheiro, enquanto um interesse individual que se relaciona às possibilidades de vislumbrar um futuro diferente, talvez com mais estabilidade, ou em melhor condição social não necessitando de laborar para outras pessoas.

No momento da minha entrevista com Sebastião, o entrevistado continuava morando na mesma propriedade de dez alqueires que ele ingressou no trabalho desde a infância, espaço onde realizamos nossa entrevista. Nessa propriedade atualmente há três casas, um galpão para armazenamento de trator e outros maquinários, algumas árvores frutíferas, bem como uma área aberta que dá acesso à mata ciliar do córrego Taturi.

O motivo para o entrevistado possuir três casas nesse sítio deve-se ao fato que ele é divorciado, mas, sua ex-esposa mora na propriedade, ou seja residindo em uma das casas com outros parentes do casal. Sebastião já é aposentado há quase dez anos, mas ele continua laborando com seus dois filhos homens nas plantações de milho e sorgo que ele possui no sítio, o que sugere os padrões familiares já explicitados.

Maria Diaz e Valdir não indicaram as motivações para não possuírem filhos, porém Sebastião e João Paulo tiveram filhos e construíram uma família, utilizando-se de dinâmicas

que eles aprenderam durante a infância para a criação. Nesse sentido, o que me proponho nesse momento é analisar as visões de dois sujeitos que exerciam a função paterna no núcleo familiar. A dinâmica familiar deles, apesar de ser parecida com a dos quatros trabalhadores apresentados anteriormente, é destoante em decorrência das funções laborais construídas.

O próximo trabalhador apresentado, de nome Eugênio, era um parceiro rural e a dinâmica da sua profissão influenciava a própria experiência em torno do trabalho familiar. O outro trabalhador é o senhor Nelson que teve sua trajetória narrada no primeiro capítulo e por ter laborado como "gato" também houve influências nas dinâmicas familiares.

Eugênio foi outro sujeito que entrevistei em 2023. Ele nasceu em 1926 em Matão, na região norte do estado de São Paulo. Aos quatro anos de idade ele perdeu seu pai e não comentou sobre sua mãe, sendo criado por outras pessoas além de seus familiares. Ele foi morar no sítio de vizinhos que eram conhecidos da sua família. Essas pessoas eram descendentes de imigrantes italianos e dividiam com outras famílias uma propriedade de 15 alqueires. Dos cinco anos aos dezenove anos (entre as décadas de 1930 e 1940), o senhor Eugênio cresceu na propriedade da família que o adotou, aprendendo a escrever o próprio nome, bem como contas básicas de matemática e também foi onde ele começou a trabalhar em conjunto da família de italianos com tarefas como cortar cana, tirar leite e apartar bezerros e vacas.

Aos 20 anos de idade, Eugênio se mudou do norte paulista (Matão) para o norte do Paraná (Arapongas), junto da família de italianos que havia comprado uma propriedade com a venda do sítio que outrora era deles. Nesse espaço, o entrevistado laborou nas lavouras de café da sua família, mas também exercia a função de boia-fria e parceiro rural para outros sitiantes.

Em 1949, Eugênio estava com 23 anos e foi morando na zona rural de Arapongas que o entrevistado conheceu e se casou pela primeira vez, assim como iniciou a sua família. Após o casamento, o entrevistado aceitou uma proposta de emprego como parceiro rural em um sítio de lavoura de café entre os municípios de Jataizinho e Uraí no Paraná, a cerca de 70 quilômetros de Arapongas. Nesse espaço o entrevistado encontrou dificuldades no trabalho, porque nas terras do sítio havia muitas pedras e rochas, o que complicava a plantação de culturas agrícolas, diminuindo também o rendimento que Eugênio podia conseguir na parceria.

Em fins do ano de 1960, Eugênio em conjunto com sua família, que nessa época correspondia a sua esposa e cinco filhos, rescindiram o contrato de parceria estabelecido e vieram em um caminhão com um conhecido para Guaíra, cerca de 400 quilômetros de Uraí. Quando perguntei para ele sobre o trabalho de parceiro rural em Guaíra, o entrevistado disse que

> **Eugênio:** Pagava a porcentagem da pessoa, pagava 30%, de tudo que colhia em tudo, tanto do algodão, quanto do feijão, quanto do quilo, arroz não porque aqui não plantava arroz, plantava feijão, algodão e soja também não plantava.
> **Vanderson:** E assim, é, mas além de arrendar terra, você fazia outras coisas? Além de, é essa 30%, ficava trabalhando nisso?
> **Eugênio:** Não, não fazia nada. Só na terra.
> **Vanderson:** Então você trabalhava assim. Você era parceiro do proprietário? Parceiro que fala né!? Do proprietário.
> **Eugênio:** É empregado né!? Vamos (não foi possível escutar)
> **Vanderson:** E a sua família trabalhava também? Junto?
> **Eugênio:** Tudo.
> **Vanderson:** Eles trabalhavam.
> **Eugênio:** Tudo na roça, todo mundo (Eugênio, 2023).

Ele e sua família residiam a cinco quilômetros da Comunidade Rural Cruzeirinho, laborando em uma propriedade de seis alqueires. Como o entrevistado narra, nessa propriedade havia variadas culturas, como algodão e feijão, sendo que em alguns espaços essas culturas eram plantadas juntas, enquanto finalidade de economizar o trabalho do entrevistado e da sua família.

A menção à Parceria Rural refere-se ao trabalho regulamentado pelo Estatuto da Terra de 1964, em que, como indicado pelo entrevistado, o trabalho era realizado por meio da plantação das culturas agrícolas e o pagamento era realizado pela porcentagem da venda de produtos após a colheita. Apesar da relação de trabalho estar prevista pela legislação trabalhista, essa era realizada conforme o acordo entre o proprietário e o trabalhador, o que envolvia principalmente a diferença da área produzida, do valor do trabalho, do período realizado e proposto para colheita e principalmente a porcentagem (Candido, 2001, p. 149).

Jaqueline Michele Cunico (2016) ao discutir sobre relações empregatícias entre trabalhadores rurais menciona que

> Esta relação em alguns casos é intermediada de forma contratual ou em outros apenas verbal, na qual o pagamento é caracterizado por uma percentagem da produção. A parceria mascara uma relação que na verdade é de empregador e trabalhador (Cunico, 2016, p. 3).

A autora analisou nesse artigo experiências de trabalhadores rurais no Oeste do Paraná entre às década de 1970 até o século XXI. Ao se deparar sobre essas vivências e narrativas, Cunico analisou as relações estabelecidas entre parceiros rurais, como é o caso do trecho acima. No recorte podemos ver a descrição básica do que seria essa relação de trabalho e ao mesmo tempo algumas ponderações da autora com relação as relações empregatícias.

Cunico chegou a essas conclusões pois analisou a legislação do Estatuto da Terra e observou incongruências com atividades de trabalhadores na prática na região Oeste do Paraná.

A autora notou certas mudanças no campo e adaptações, porém compreendo que Cunico deixou de considerar que apesar da regulamentação ter sido promulgada em 1964, trabalhadores como Eugênio e outros já laboravam nessas funções e continuaram a trabalhar de parceiros rurais posteriormente.

Não tenho como propósito analisar de forma detalhada o Estatuto, aspecto que tanto a autora, quanto Vagner Moreira (2023) problematizaram e refletiram em seus respectivos trabalhos. Porém, entendo que as incongruências (mudanças estipuladas nos acordos que não correspondiam com o Estatuto da Terra) estão imbricadas nas diferenças regionais e contratuais, como Antônio Candido sugeriu ao indicar as diferenças de porcentagens estipuladas (20, 25, 30 %) no contrato de parceiros rurais no interior de São Paulo.

Ao mesmo tempo, também concordo com Cunico, ao observar que os parceiros eram empregados dos proprietários em detrimento de algum possível vínculo de reciprocidade que se relacionava com a parceria rural. No trecho, Eugênio reconhece que era empregado ao invés de parceiro e isso sugere as reflexões que o próprio fez ao construir essas relações de trabalho. Os modos de vida que o entrevistado construiu ao laborar nessa propriedade com os encargos do cuidado das culturas agrícolas também refletiam em sua família, como ele narra ao final do trecho ao mencionar que todos seus filhos laboravam. O entrevistado detalha mais essas experiências ao comentar que trabalhava

> **Eugênio:** Só com os filhos.
> **Vanderson:** Só com os filhos. Os filhos estavam mais ou menos com a mesma idade que você começou a trabalhar mais ou menos? 12, 16 anos?
> **Eugênio:** Ó, meus filhos começou a trabalhar desde que guento, começou, porque ali não tinha outra coisa.
> **Antônia:** Eles tinham que estudar.
> **Eugênio:** Não dei estudo pra ninguém, o único que estudou, era até o quinto ano. Esse Luiz, que nasceu aqui, que mora em Sapucaia, estudou até o quinto ano e estudou um pouco aqui em Guaíra, teve o quinto ano só de estudo, mas o resto o ensino.
> **Antônia:** Não, todos fizeram até a quarta série.
> **Eugênio:** Na enxada.
> **Antônia:** Era rural.
> **Vanderson:** Escola?
> **Antônia:** É, escola rural.
> **Eugênio:** Não tinha força para... eles também não quiseram, ninguém falou assim: “a eu vou estudar, vou fazer” O que eles apreenderam e eles sabem hoje, apreenderam por conta depois de formado, que eu não ensinei dirigir ninguém, hoje eles têm carro, eles dirigem, eles andam, o Luiz é até caminhoneiro, foi, eu não ensinei nada disso, única coisa que eu ensinei foi cavar enxada e trabalhar.
> **Vanderson:** Eles hoje estão bem encaminhados?
> **Eugênio:** Tão, graças a Deus.

> **Vanderson:** Por causa que você ensinou isso pra eles, você diria? Porque você ensinou a trabalhar desde cedo, você diria?
> **Eugênio:** É, eles apreenderam, tem um que é aposentado por tempo de serviço. Trabalha... quanto é que ele é aposentado? (tosse)
> **Antônia:** Ele aposentou já faz dois anos (Eugênio, 2023).

Nesse momento, Antônia (pseudônimo), atual companheira que está com Eugênio há dez anos estava ouvindo nossa conversa e resolveu comentar alguns temas. Ela é uma professora aposentada e por conta disso contribuiu com sua fala ao relacionar aspectos da educação, até mesmo contradizendo falas do entrevistado. Eugênio tinha cinco filhos e todos estavam na faixa de 10 a 14 anos quando começaram a laborar com o pai no sítio. Como comentei no momento da entrevista, e abordei anteriormente na trajetória do entrevistado, foi com essa mesma faixa de idade que o entrevistado ingressou no trabalho, sugerindo relações de trabalho similares as construídas em diferentes gerações de sua família.

Num primeiro momento, isso aparenta uma tradição e repetição envolta no trabalho desde a infância nas relações familiares. Essa ideia parte do pressuposto que o entrevistado laborou quando criança e ensinou seus filhos a trabalhar também por conta de observar este enquanto importante para sua vivência, como se o trabalho dos filhos de Eugênio fosse uma reação às experiências constituídas na infância desse entrevistado. Para pensar como essa ideia não é necessariamente simples na forma apenas de uma tradição familiar, cito um trecho de Candido (2001), no qual o autor discute sobre as relações familiares na parceria rural

> A extensão da área cultivada por cada parceiro, bem como o êxito do trabalho dependem do número de braços com que pode contar cada um. Daí a importância econômica da família numerosa, que compensa o ônus representado pela infância e compensado a partir da puberdade (Candido, 2001, p. 149).

Nesse texto, o autor analisou os modos de vida de parceiros rurais, observando as condições de trabalho, a alimentação, as plantações e colheitas em culturas agrícolas e as mudanças e continuidades da cultura construída nas relações sociais entre esses trabalhadores no que hoje compreende o Município de Bofete, no interior do estado de São Paulo entre o século XVII até meados da década de 1950. Candido analisa o trabalho dos filhos de parceiros rurais e da família numerosa enquanto "importância econômica", porque ao laborar em conjunto o trabalhador rural poderia realizar um acordo de parceria maior na quantidade de terras, conseguindo mais dinheiro para sobreviver, a partir das porcentagens estipuladas no contrato particular.

Como é possível notar, Eugênio laborou com todos os seus filhos e essa relação social perpassa pelo fato de que enquanto parceiro rural, quanto mais sujeitos laborando em conjunto, mais terras poderiam ser cuidadas/administradas. Concordando com Candido, vejo que a possibilidade de trabalho de toda família era um meio deles conseguirem mais dinheiro através da plantação das culturas e da porcentagem adquirida após a safra. Isso é reforçado quando Eugênio comenta que seus filhos trabalharam a partir de quando "guento", sugerindo também as percepções que o entrevistado construiu ao laborar enquanto trabalhador rural.

A confluência das demais narrativas com a de Eugênio encontra-se nessas questões. O fato entrevistado laborar com seus filhos "dentro" da relação empregatícia construída na parceria rural sugere a manutenção das condições econômicas da "unidade familiar". Este é algo que está presente na narrativa de Eugênio porque ele também era o pai, controlando o cuidado dos filhos nessa relação familiar. Romanelli e Bezerra (1999) ao discutir sobre esse último ponto mencionam que

> Como consequência dessa rígida dicotomia [entre o "papel social" de homens e mulheres], cabia aos homens, em particular aos casados, a responsabilidade de provedor financeiro das necessidades domésticas e o exercício da autoridade e do poder, que ele manipulava enquanto chefe da família. (Romanelli; Bezerra, 1999, p. 3).

As narrativas de Eugênio sugerem percepções em torno do trabalho que ele construiu enquanto pai na relação familiar estabelecida e essa visão sobre a sua posição social dialoga também com a relação com seus filhos. Quando o entrevistado menciona que "não dei estudo pra ninguém, o único que estudou era até o quinto ano" (Eugênio, 2023) o aspecto moral fica em evidência.

O motivo para os autores abordarem essa visão restrita em torno da família se relaciona à perspectiva metódica de utilização dos dados, bem como as entrevistas, como indicado quando analisei o referido artigo. Ao mesmo tempo, o foco dos autores ao pensar sobre trabalhadores que migraram do campo para a cidade, trabalhando em funções na boia-fria pode ter influenciado essa perspectiva. Nesse sentido, mesmo que o entrevistado Eugênio era um parceiro rural, ofício que está imbricado em dinâmicas diferentes do trabalho como boia-fria, é possível problematizar a análise proposta por Romanelli e Bezerra e trabalhar com questões que estão refletidos nos significados atribuídos por Eugênio.

O fato do entrevistado laborar junto de seus familiares também indica uma forma de auxiliar esses últimos na construção de caminhos de possibilidades relacionadas ao trabalho. Eugênio trata desse tema ao comentar de apenas ter ensinado seus filhos a "cavar enxada e

trabalhar", ou ao comentar que "ali não tinha nada pra fazer (Eugênio, 2023). Se partirmos do pressuposto que na visão do entrevistado os modos de vida de trabalho no campo seriam o que poderia dar sustento aos filhos, podemos notar que o entrevistado estava cuidando de seus filhos enquanto chefe da família e provedor financeiro.

Entre 1960 e 1990 o entrevistado morou em sítios laborando como parceiro rural. Durante esse período ele não teve residências fixas, apenas se estabelecendo no meio rural em Guaíra a partir da possibilidade de trabalho. Em 1993, Eugênio financiou uma chácara e conseguiu recursos para construção de uma casa, por meio de um programa estadual executado pelo atual Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR[29]) para o desenvolvimento de vilas rurais, como a Comunidade Cruzeirinho.

O entrevistado morava sozinho nessa chácara, porque a sua esposa já havia falecido, e três de seus filhos não moravam em Guaíra, residindo em outros estados e os outros dois moravam em outras propriedades rurais. Nesse mesmo período, o entrevistado já havia se aposentado, como trabalhador rural pelo FUNRURAL, mas Eugênio manteve vínculos com a agricultura ao possuir uma horta no qual eram cultivadas culturas apenas para o consumo, como alface, repolho, abóbora.

No começo da década de 2010, os filhos do entrevistado o convenceram a ir morar na cidade, ação que ele fez ao vender a chácara e comprar uma propriedade próxima a rotatória da cidade na praça Castelo Branco. A motivação para essa mudança perpassou o fato dos filhos entenderem que o entrevistado já estava muito velho para morar sozinho no sítio, mas ao mesmo tempo compreenderam que na cidade seria mais fácil para ter acesso a hospitais e farmácias.

No momento da nossa entrevista, Eugênio morava na propriedade mencionada junto com Antônia. Porém, antes de terminar nossa gravação, o entrevistado insistiu em me mostrar os fundos da sua casa, espaço que era bastante abrangente e que possuía hortas de culturas agrícolas como cebolas, couves, mas também possuía uma casa pequena, espaço que ele indicou que continha ferramentas variadas que seus filhos utilizam.

O fato do entrevistado ter insistido em me mostrar os fundos da sua casa, pode sugerir como ele significou os modos de vida, porque mesmo refletindo que estava residindo na cidade, o entrevistado também continuava cuidando das roças. Essa ação pode estar relacionada também a uma questão prática, sendo essa a de obter uma plantação para simplesmente comer

[29]Meu pai é servidor público do IDR/EMATER e foi ele que realizou os estudos da área e os aspectos burocráticos para auxiliar Eugênio para obter o financiamento. Por conta disso, meu pai intermediou a minha conversa com o entrevistado e esse último se demonstrou muito solicito para conceder a entrevista.

verduras que não possuíam veneno, por exemplo, porque o entrevistado indicou que não utilizava essas hortaliças para venda.

O senhor Eugênio construiu na relação familiar com seus filhos, uma forma de obter "mão de obra" para ajudar no trabalho da parceria rural, enquanto forma de toda a família se ajudar a conseguir dinheiro e sobreviver em Guaíra. Com certas permanências, a relação do senhor Nelson também pode ser analisada nesse espaço, bem como, a influência da sua profissão de "gato" e as dinâmicas que envolveram a família nesse meio. Quando estávamos conversando sobre esse ofício, chegamos no seguinte diálogo

> **Vanderson:** continuava trabalhando e voltava pra casa ou você ficava por exemplo toda semana lá?
> **Nelson:** Não, não, aqui só teve um lugar quando eu fui pra levei o pessoal pra trabalhar, o pessoal do algodão também, foi em Rondon, na Vila Margarida porque lá, lá já passei a morar lá.
> **Vanderson:** É longe.
> **Nelson:** É longe, passei a morar lá e a peãozada foi tudo pra lá, meus filhos foi também né!? E lá nóis ficava e depois (Nelson, 2023).

O ofício de "gato", ou seja, o trabalhador que agencia o emprego entre trabalhadores e proprietárias/arrendatários, passa evidentemente pela necessidade de espaço de trabalho, ou seja sítios, fazendas, empreitas. Nesse sentido, o entrevistado morava em Guaíra nessa época (fins da década de 1980), porém a partir dessa necessidade, o senhor Nelson foi morar na "Vila Margarida", distrito de Marechal Cândido Rondon, há cerca de 70 quilômetros de Guaíra.

Nelson indicou durante a entrevista que possuía uma Kombi velha para o transporte, mas tanto a estrada, quanto o valor do combustível não eram possibilidades palpáveis para a economia e por conta disso ele indica que foi morar na localidade mencionada. Desse modo, um aspecto inquietante acerca da realização desse trajeto está relacionado ao fato dele ter levado seus filhos para morar com ele, mesmo deixando sua esposa que ainda era viva em Guaíra.

No primeiro momento, o fato de Nelson ter laborado como agenciador de trabalhadores, era algo que influenciava a dinâmica dele com seus filhos, porque a partir da profissão dele, seus filhos mais velhos (que na época possuíam mais de 16 anos) poderiam ingressar no trabalho, laborando seja enquanto forma de contribuir com o dinheiro adquirido pela família, ou seja enquanto forma de aprendizado a partir do trabalho. Esse aprendizado está relacionado a encaminhar os filhos para um mundo do trabalho, para que esses posteriormente conseguissem construir a independência de uma forma mais fácil, se comparado a não existir ajuda dos pais, por exemplo.

No segundo momento, é possível indicar também a relação com o fato dele cuidar de seus filhos, porque sua esposa não o acompanhou para a Vila Margarida. O motivo para isso também está relacionado ao fato de que essa experiência foi construída durante uma safra de trabalho na cultura agrícola do algodão. A questão do cuidado tanto aparece enquanto cuidado afetivo, quanto financeiro, porque os filhos ao laborarem com o senhor Nelson, poderiam usufruir de experiências que não poderiam ser adquiridos, caso os filhos do entrevistado laborassem para um patrão em uma empreitada, ou talvez para outros "gatos".

Observei uma dinâmica parecida apresentada na dissertação de Carlos Alexandre Herreira (2015), na qual o autor analisou as experiências de trabalho de "meninos-peões" na atividade produtiva da pecuária na região do pantanal sul-mato-grossense. A partir da análise de processos trabalhistas movidos contra os empregadores que possuíam relações com a atividade produtiva mencionada. Ao propor a análise das relações de trabalho de crianças, o autor notou que, na grande maioria das vezes, os próprios pais influenciavam a decisão dos filhos para laborem, enquanto proposta de aprendizado e de ajudar na obtenção de dinheiro para a família.

Para encerrar o presente capítulo, volto na frase que selecionei para o título "O boia fria só tem o dia, a noite e Deus que olha de vez em quando pra ele" que aparenta ser em certo sentido desconexa com a discussão que tentei realizar no capítulo. Essa reflexão foi feita por Valdir e logo após ele comentou que a motivação para essa frase estava relacionada a uma experiência que ele construiu. Quando ele tinha 18 anos e trabalhava na propriedade que foi arrendada por sua família, ele teve que trabalhar durante horas na madrugada com seu pai e irmãos durante três meses seguidos para conseguir completar a colheita de soja manual e conciliar essas atividades com o trabalho de boia fria para complementar o dinheiro da família.

Compreendo que essa frase não está imbricada apenas na profissão de boia-fria na presente discussão, mas, de modo geral, nas relações de familiares e da infância envoltas no trabalho no campo. Todos os entrevistados do presente capítulo construíram diversas experiências de trabalho, seja como boias-frias, parceiros rurais, ou já estavam ingressando no trabalho desde criança ajudando na casa. Os entrevistados laboravam e auxiliavam os familiares nas relações familiares, sob variadas condições financeiras. Nesse sentido, foram observados ao longo do capítulo experiências do trabalho familiar que envolveram pressões econômicas e familiares, avaliações dos entrevistados enquanto possibilidade de aprendizado e construções do campo de prospecção do possível trabalho e até mesmo as relações de subalternidade que envolveram essas convivências.

Ao mesmo tempo, neste capítulo foi possível perceber, a partir de trajetórias de vidas distintas, a formação social econômica do espaço rural que hoje constitui o município de Guaíra. As memórias, as experiências de trabalho e as trajetórias de vida dos entrevistados nos possibilitaram observar um processo histórico de ocupação de terras, bem como da formação de ocupações rurais no processo de consolidação da industrialização da agropecuária na região. Seja a partir do sistema de parcerias, na formação de "boias frias" ou até mesmo ocupações industriais agenciadas por "gatos", pôde-se identificar processo de proletarização de famílias de assentados à medida que tais trajetórias marcaram a exploração econômica de crianças e jovens, ao nutrir-se, também, de sonhos e expectativa de filhos de trabalhadores que buscavam por autonomia ao casar e sair de suas casas. O que estamos chamando de formação social inclui a memória que os entrevistados tiveram de suas vidas sempre articuladas às suas ocupações e ao trabalho que desenvolveram no campo desde crianças, consolidando valores sociais para eles como o trabalho, a família e a autonomia.

Contudo, tais valores se situaram em campo histórico contraditório. Quanto mais eram negados o trabalho digno, quanto mais a família era desagregada por contexto de instabilidade social e mais a autonomia esbarrava na necessidade de sobrevivência, mais renovou-se, no decurso das trajetórias de vida dos entrevistados, esses mesmos valores. Por isso, percebemos que a memória positiva baseada nos valores dos trabalhadores se constitui mais como projeto político anunciado no presente do que como uma confirmação histórica. Nesse sentido, um certo desajuste na produção da memória nos serviu como evidência. As experiências foram narradas para nós de maneira objetiva quando os entrevistados relatavam a "dureza", a "falta de carne", o "dividir casa com o patrão", do "aperto", das necessidades materiais e da vida "sofrida". Por outro lado, a construção da narrativa também aparece quando os entrevistados apresentavam o passado de maneira heroica, marcada por afetos familiares e "aventuras" sociais. O significado histórico dessa contradição na produção da memória ajudou-nos numa importante síntese que pode estar associado à constituição de subjetividades marcadas pelo antagonismo entre o que foi o processo de formação social de Guaíra e o que deveria ter sido, entre a vivência e a expectativa, algo que molda historicamente a memória dos trabalhadores no presente e os posiciona como classe social a partir de suas experiências do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é possível chegar nesse momento. Primeiro indicaria que se houvesse mais tempo para pesquisar, compreendo que iria continuar pesquisando, porque esse debate ainda me instiga a realizar questões que não foram apresentadas ou que foram mal elaboradas, ou também porque tenho como propósito retomar alguns desses aspectos em pesquisas futuras. Nesse sentido, o "ponto final" colocado na presente pesquisa, como mencionei não é a conclusão das dúvidas e questionamentos em torno dos problemas pesquisados, bem como não é também propriamente, uma "conclusão", se não, o título acima teria outro nome e iria dispor de uma perspectiva, bem como abordagem diferente.

Ao se debruçar sobre essa pesquisa, tinha como norte, histórias de trabalhadores rurais, seja enquanto algo que dialogou com a minha subjetividade e a minha trajetória de vivência e acadêmica, porque foi nesse espaço que comecei desde o TCC a pensar sobre trabalhadores no meio rural. Desse modo, a pergunta principal que me conduziu em parte pela pesquisa foi: *Como os trabalhadores rurais de Guaíra, se "fizeram" e se "fazem" tanto nas trajetórias, quanto na vivência do processo histórico entre às décadas de 1960 até os dias atuais?* Mesmo não destacando essa questão ao longo do texto, foi isso que me propus a refletir em torno da pesquisa, seja enquanto forma de pensar os modos de vida construídos pelos entrevistados que privilegiei para presente pesquisa, seja enquanto questão que construí durante a trajetória da pesquisa, ao longo desses dois anos de mestrado.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, onde me propus refletir sobre a construção de trajetórias para a localidade conhecida por Guaíra, bem como, como isso também esteve imbricado pelas experiências trabalho, tentei dialogar com um ponto que me deparei com leituras que realizei para a construção do Projeto de Mestrado.

A construção desse capítulo também refletiu um eixo inquietante: "Entender" as complexidades em torno das relações sociais das vivências construídas em Guaíra. Porque ao ter nascido nesse local e ter morado lá até os 18 anos, sempre tive vinculações com esse espaço e isso também me instigou a construir a pesquisa, no sentido de analisar como foi construída a composição demográfica, bem como os processos de migração para essa localidade.

Sempre ouvi histórias de descendentes dos guairenses, ou também que com a Geada Negra da década de 1970, houve um "fluxo" de migração de trabalhadores de Guaíra para o Norte do Brasil. Nesse sentido, foi a partir do debate em torno das narrativas do senhor Nelson, ao me deparar com a sua trajetória de chegada, bem como os interesses e perspectivas de construir um espaço de moradia que "entendi" a dinâmica envolta no espaço urbano de Guaíra.

Assim como, foi com as narrativas de Maria Diaz que me deparei com o processo de migração que ela realizou para Rondônia, significando as suas vivências na trajetória. Tanto as narrativas de Sebastião (Pseudônimo), quanto Geralda também tiveram importâncias para analisar os processos sócio-históricos que ocorreram e ainda acontecem em Guaíra.

Em meu segundo capítulo, onde me propus refletir sobre o trabalho desde a infância e o *fazer-se* na relação familiar, me debrucei sobre questões que para mim foram importantes em decorrência de ser algo que estava envolto na perspectiva e narrativas dos trabalhadores que eu entrevistei. Mas ao mesmo tempo, partiu das indagações que construí posteriormente ao ingresso do Mestrado e que foram reformuladas a partir da minha trajetória de escrita, confluindo com indicações do meu orientador, de colegas e de amigos da pós-graduação.

O que me instigou a construir esse capítulo também foram as narrativas de João Paulo, Sebastião e Maria Diaz, seja enquanto tema que abarcava a questão do trabalho desde a infância, que compreendi no começo da pesquisa enquanto exploração infantil, mas que, posteriormente ao processo de escrita, notei e construí uma concepção diferente que esteve refletido em entender os modos de vida construídos por esses trabalhadores. Enquanto houve esse aspecto, o outro debate proposto (trabalho em relações familiares) foi me instigado por leituras que também realizei para construção do projeto de Mestrado, mas que me provocaram a construir uma concepção diferente da apresentada.

Foi no lidar com as narrativas orais, bem como com as fotografias, que me deparei por exemplo com as dinâmicas familiares envoltas nas memórias construídas por João Paulo, quando entrevistado chegou em Guaíra, assim como, quando com sete anos, ele já ajudava seus pais a apartar bezerras e o que isso significava para ele. Ou também, quando analisei as narrativas de Maria Diaz, quando ela narrou os aspectos morais em torno do aprendizado do trabalho, ou do trabalho como boia-fria, aos 16 anos de idade, na propriedade da mecanização e a sua morada com seus pais na posse.

Para pôr de fato "um fim", menciono um aspecto que em parte em está implícito no que busquei discutir nesse espaço do texto, mas agora, gostaria de indicá-lo de forma explícita. Isso se relaciona às mudanças de perspectivas, seja durante a trajetória de pesquisa narrada ao longo do presente texto, seja enquanto trajetória da vivência até o presente momento. Quando menciono a palavra "perspectiva" sugiro tanto o mais teórico-acadêmico, mas também a mudança da própria visão em torno de coisas que já eram conhecidas, ou até de coisas que foram "descobertas". Ao realizar o presente debate "conheci" uma Guaíra que eu não conhecia, apesar de ter morado nesse espaço durante vários anos e ainda regressar alguns momentos. Com o fato de conhecer os sujeitos que tiveram suas narrativas apresentadas, assim como analisar

propriamente as dinâmicas de sociabilidade que estiveram presentes na espacialidade do município também. Não entendo ambos os eixos enquanto separados, porém foi a partir desses debates realizados que pensei e (re)pensei a própria localidade onde moro.

FONTES

EUGÊNIO. **Entrevista realizada por Vanderson Ribeiro Silva e Lauro Ramos Silva Júnior**, em agosto de 2023, no Bairro – Centro de Guaíra. Duração de 42 minutos.

GERALDA. **Entrevista realizada por Vanderson Ribeiro Silva**, em julho de 2023, no Bairro Vila Eletrosul (Guaíra). Duração de 90 minutos.

JOÃO PAULO. **Entrevista realizada por Vanderson Ribeiro Silva,** em março de 2023, Comunidade Rural Cruzeirinho (Guaíra). Duração de 25 minutos.

JOÃO PAULO. **Entrevista realizada por Vanderson Ribeiro Silva**, em dezembro de 2023, na Comunidade Rural Cruzeirinho (Guaíra). Duração de 26 minutos.

MARIA DIAZ. **Entrevista realizada por Vanderson Ribeiro Silva,** em novembro de 2022, próximo a Estrada da faixinha (Guaíra). Duração de 55 minutos.

NELSON. **Entrevista realizada por Vanderson Ribeiro Silva e Rita de Cássia Ribeiro,** em fevereiro de 2023, na Comunidade Rural Sítio dos Italianos (Guaíra). Duração de 50 minutos.

SEBASTIÃO (pseudônimo). **Entrevista realizada por Vanderson Ribeiro Silva,** em junho de 2023, nas proximidades da Comunidade Rural Cruzeirinho (Guaíra). Duração de 44 minutos.

VALDIR (pseudônimo). **Conversa e anotações em cadernos de campo, produzidas por Vanderson Ribeiro Silva,** em setembro de 2023, nas proximidades do Distrito Rural de Doutor Oliveira Castro (Guaíra).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEKSIEJUK, Omar. **Essa Terra tem dono – Guayrá.** Curitiba: E. Copi Batel, 2008.

BACKES, Gilson. O ciclo produtivo de hortelã no Oeste do Paraná: Outras Memórias. **Revista História em Reflexão** (UFDG), Dourados, v. 2, n. 4, jul/dez 2008.

BALEEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa. **Constituições Brasileiras – Volume V**. 3ºed. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012

CANDIDO, Antônio**. Parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. São Paulo: Editora Duas Cidades, 2001.

CARVALHO, Joselene Ieda dos Santos Lopes de. **"Bairros de má fama":** Experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra (1975-2013). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2016.

CARVALHO, Murilo. **A Cara Engraçada do Medo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

CÓDIGO PENAL. – Brasília: Coordenação de Edições Técnicas do Senado Federal, 2017.

CORRÊA, Simone. **O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Comissão da Pastoral da Terra e a luta dos expropriados da Itaipu em Guaíra/PR (1975-1990).** 2013. Monografia (Graduação em História) – Curso de Licenciatura em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

CUNHA, Elton. A recente ocupação: migração e territorialização em Rondônia. In: **Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios,** n. 28º, 2015, Florianópolis. Trabalho completo publicado em anais de evento.

CUNICO, Jaqueline Michele. Relações de trabalho e o Capitalismo no campo do Oeste Paranaense, 1970-2012. **Revista Espaço Plural**, PPGH-UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, v. XVII, n. 34, janeiro-junho, pp. 291-319, 2016.

FIQUEIRA, Ricardo Resende. **Pisando fora da própria sombra:** A escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Souza. **Nas frestas da história:** provocações de gênero no último meio século (Oeste do Paraná) **–** Coleção Tempos Históricos, v. 24. Curitiba: Editora CRV, 2022.

GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra, um mundo de águas e histórias.** Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

HERREIRA, Carlos Alexandre. **Os trabalhadores da pecuária pantaneira em ação:** A trajetória de meninos-peões na justiça do trabalho (1978-1984). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2015.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 79-103, 2001.

LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas:** Trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LAVERDI, Robson. Migrações e outros deslocamentos entre fronteiras: Trajetórias de pescadores tecendo pertencimentos em Guaíra-Paraná**. Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. X, n. 20, p. 113-119, janeiro-junho, 2009.

MARIN, Joel. Infância Rural e Trabalho Infantil: Concepções e Contextos de Mudanças. **DEsidades**, NIPIAC-UFRJ, Rio de Janeiro, n. 21, ano. 6, p. 46-58, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** A degradação do outro nos confins do humano**.** São Paulo: Editora Contexto, 2024.

MASSUDA, Ely. Produção e Consumo de algodão e as indústrias de fiação de algodão no Paraná. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, UEM, Maringá, v. 27, n. 1, pp. 61-68, 2005.

MASUZAKI, Teresa. A luta dos povos guarani no Extremo Oeste do Paraná. **Revista Pegada**, UNESP, Ourinhos, v. 16, n. especial, pp. 75-88, maio/2015.

MORAIS, Patrícia Viera. **Sô particularmente profissional, tenho experiência":** Trabalhadores e Redes de convivência desde tenra idade no Oeste Paranaense (1960-2021). 2022, pp. 192. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2022.

MOREIRA, Juliane; CARVALHO, Alessandra. Modulações de Discurso, Interpretações e Memórias sobre a Geada Negra de 1975 e a Cafeicultura Paranaense. **Revista HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, Anápolis, v. 11, n. 3, pp. 288-317, 2021.

MOREIRA, Vagner José. **Os imperativos do agronegócio:** Histórias de trabalhadores e camponeses no processo de reorganização das relações de trabalho no campo e a luta pela reforma agrária (Oeste do Paraná, 1970-2020)**.** Jundiaí: Paco Editorial, 2023.

MOREIRA, Vagner José. "Situação difícil aquele tempo": Memórias em movimento e os levantes de trabalhadores. In: MOREIRA, Vagner. **O levante comunista de 1949:** Memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista. Cascavel: Editora Edunioeste, 2012.

MUNTOREANU, Hortência Zeballos. **Guahyrá – Guaíra**. São Paulo: Editora Arte Impressa, 1992.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros:** Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). 2002, pp.201. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em História (UFF/UNIOESTE) – Niterói, 2002.

NUNES, Erivelton; SILVA, João; Queiroz, Silvana. Migrações inter-regionais no Brasil: O que há de novo? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 2, n. 37, pp. 388-407, agosto de 2017.

PENTEADO, Maria Antonieta Gomes. **Trabalhadores da cana:** Protesto Social em Guariba, maio 1984. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2000.

PERONDI, Miguel; RIBEIRO, Áureo. As estratégias de Reprodução de Sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de Colonos no Sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, UFLA, n. 2, v. 2, pp. 3-15, jul/dez 2000.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, Campina Grande, Paraíba, n. 2, p. 2-13, 2010.

PORTELLI, Alessandro. História oral: uma relação dialógica. In: PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9-25.

PRIORI, Angelo. **O Protesto do Trabalho:** História das lutas sociais dos trabalhadores rurais no Paraná: 1954-1964**.** Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1996.

RIBEIRO, Dandara. **Comunidade Quilombola Manuel Ciriaco dos Santos:** Identidades e famílias negras em movimento. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2018.

ROMANELLI, Geraldo; BEZERRA, Neuzeli Maria. Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. **Paidéia**, FFCLRP-USP, Rib. Preto, junho/99.

SAKAMOTO, Leonardo (Org.) **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

SANFELICE, Cátia Franciele. **Mudanças no Mundo dos Trabalhadores:** Os pescadores profissionais de Guaíra/PR (1970-2011). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

SANTOS, Janaina. **Trabalhadores na Vila Eletrosul:** Discutindo trajetórias e sentidos sobre o viver a cidade (Guaíra, 1980-2015). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

SCHREINEIR, Davi Félix. **A formação de uma cultura trabalho:** Cotidiano, Trabalho e Poder – Extremo Oeste do Paraná – 1970/1988. 1994, pp. 158. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Curso de Pós-Graduação em História do Brasil – UFSC, Florianópolis, 1994.

SILVA, Jéssica de Lima da. **"Nossa Luta é a terra":** Construção de uma identidade negra quilombola no Município de Guaíra, PR, (1960-2014). 2015, pp. 108. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

SILVA, José Flávio. **Antes e o Depois das Sete Quedas:** O espaço geográfico de Guaíra. 2008, pp.146. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio-UNIOESTE, Toledo, 2008.

SILVA, Mara Dhulle dos Santos. **Guaíra**: A cidade em tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

SILVA, Nauber. **A escravidão contemporânea no interior de São Paulo (1991-2010)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Sagga, 2022.

SWAIN, Tânia. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: ALBERTIN, Catherine. **Fronteiras.** Brasília: Universidade de Brasília, 1988, p. 250.

TEXEIRA, Lucineide. **Dinâmicas territoriais em Rondônia:** Conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970-2004). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

THOMPSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: Envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional. **Projeto História,** São Paulo, n. 16, p. 277-296, fev. 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária V.2 (A Maldição de Adão)**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros:** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VARUSSA, Rinaldo José. Pioneiros da flexibilização e os boias-frias da indústria: Oeste do Paraná, década de 1980. In: BOSI, Antônio (Org.). **Trabalhado e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010):** estudos sobre a cadeia avícola. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

VARUSSA, Rinaldo José. "Daí, eu agarrei o mundo": Experiências e Trajetórias de Trabalhadores "Sem Profissão Definida" A partir do Oeste do Paraná (Décadas de 1970 a 2000). **História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 43, p. 71-102, jul-dez 2010.

VOLL, Francisco. Uma análise da influência de algumas atividades econômicas na formação do Oeste do Paraná. In: CRESTANI, Leandro; BALLER, Leandro; OLIVEIRA, Nilton. **História, Fronteiras e Territórios:** A construção do espaço agrário. Toledo: Editora FASUL, 2016.

WACHOWICZ, Ruy. **Obrageros, mensus e colonos:** História do Oeste Paranaense. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WILLIANS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.